

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA URBANA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA  
URBANA**

**INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NA ÁREA DE EMPREGO:**

Uma caracterização para o monitoramento de Políticas Públicas Locais.

**RICARDO AUGUSTO BONOTTO BARBOZA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Engenharia Urbana, para a obtenção do título de mestre em Engenharia Urbana.

Orientação: **Profª. Drª. Ana Cristina de Almeida Fernandes**

Co – Orientação: **Profº. Drº. Elton E. Casagrande**

**São Carlos  
Novembro 2003**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

B238is

Barboza, Ricardo Augusto Bonotto.

Indicadores de sustentabilidade na área de emprego:  
uma caracterização para o monitoramento de políticas  
públicas locais / Ricardo Augusto Bonotto Barboza. -- São  
Carlos : UFSCar, 2003.

151 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2003.

1. Planejamento urbano. 2. Sustentabilidade. 3. Emprego.  
4. Políticas públicas. 5. Indicadores urbanísticos. 6.  
Monitoramento. I. Título.

CDD: 711 (20<sup>a</sup>)

*“Vejo os homens mais fortes e inteligentes do mundo”,  
E vejo todo esse potencial sendo desperdiçado,  
Uma geração inteira enchendo tanques e servindo mesas,  
Escravos de colarinho branco  
A propaganda nos faz correr atrás de coisas, trabalhos que odiamos.  
Para acabar comprando o que não precisamos”.*

*“Fomos criados pela televisão”,  
para acreditar que um dia seríamos ricos , estrelas do cinema e do rock,  
Mas não seremos  
E esteamos aos poucos aprendendo isso,  
E estamos ficando muito zangados”.*

*“Somos os filhos do meio da História”,  
Não vivemos a Grande Guerra nem a Grande Depressão,  
Nossa Grande Guerra é a Espiritual,  
E a nossa Grande Depressão são nossas vidas”.*

(Tyler Durden, 1999.)

Dedico esse trabalho a uma força maior, que nos impulsiona a conseguir tudo o que queremos na vida, a qual eu chamo de Deus.

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe e ao meu pai, que, apesar de todas as dificuldades, me deram todo o apoio necessário.

Em especial à minha Avó e minhas tias Geni e Marli, e ao meu querido irmão e sua mãe Nice.

A minha namorada Vanessa pelo seu companheirismo e paciência e a toda a sua maravilhosa família.

Aos muitos queridos amigos que, próximos ou distantes, estiveram sempre presentes ao longo desses dois anos: Daniel, Ernani, Fábio, Fabrício, Flávio, Luciano André, Renato, Tavinho, Wilson, em especial ao pessoal da academia.

À Ana Cristina e Elton, pela amizade, confiança e orientação.

Aos professores, Bernardo, Ricardo Siloto e Shimbo, pelas oportunidades que me proporcionaram e pelas sugestões e conselhos.

Aos pesquisadores que passaram pelo Núcleo de Conjuntura e Estudos Econômicos da UNESP-Araraquara.

À Equipe do PPPJ ou 3PJ pelo companheirismo e constante troca de impressões.

À Prefeitura Municipal de Araraquara e o Núcleo de Conjuntura e Estudos Econômicos da UNESP/Araraquara, pelo apoio financeiro para o desenvolvimento das questões referentes ao problema do emprego, sem o qual não seria possível a realização deste trabalho.

À Prefeitura Municipal de Jaboticabal pela recepção e pela colaboração.

A todas as pessoas entrevistadas pela colaboração e paciência e em especial ao vereador Maurício Brusadini pela ajuda na realização das entrevistas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>1 - DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO TÉCNICO.....</b>	<b>9</b>
1.1 - NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE FATO.....	9
1.2 - O PRIMEIRO CICLO DE DESENVOLVIMENTO OCORRIDO NO BRASIL (1930-1950).....	12
1.3 - O SEGUNDO CICLO DE DESENVOLVIMENTO OCORRIDO NO BRASIL (1950-1980).....	16
1.4 - O TERCEIRO CICLO DE DESENVOLVIMENTO OCORRIDO NO BRASIL (1980 - ).....	19
<b>2 – EMPREGO E EMPREGABILIDADE .....</b>	<b>25</b>
2.1 – NOÇÃO DE EMPREGO .....	25
2.2 – O EMPREGO FORMAL NO BRASIL RECENTE E A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA DOS ANOS 90.....	26
2.3 – O EMPREGO FORMAL NO BRASIL RECENTE E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA MUNDIAL .....	31
<b>3 – INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO E DE EMPREGO .....</b>	<b>41</b>
3.1 – NOÇÃO DE INDICADORES .....	41
3.2 – INDICADORES NA ESFERA MUNICIPAL.....	44
3.3 – INDICADORES DE EMPREGO .....	48
3.4 – PRINCIPAIS INDICADORES DE EMPREGO NA LITERATURA .....	51
<b>4 - SELEÇÃO DOS INDICADORES .....</b>	<b>58</b>
4.1 – MODELOS TEÓRICOS PARA OBTENÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE .....	58
4.2 – CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE.....	64
4.3 - MATRIZ DE AVALIAÇÃO DOS INDICADORES .....	81
4.4 – SELEÇÃO DOS INDICADORES, COM BASE NOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	86
<b>5 – RESULTADOS OBTIDOS NO ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>88</b>
5.1 – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	88
5.2 – RESULTADOS .....	93
5.3 – PERCEPÇÃO DE REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO LOCAL .....	102
<b>6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>ANEXO I - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE JABOTICABAL .....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO II - RESULTADOS OBTIDOS PARA O MUNICÍPIO DE JABOTICABAL .....</b>	<b>125</b>
<b>ANEXO III - PERCEPÇÃO DE REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO LOCAL .....</b>	<b>134</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>140</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>142</b>

## **RESUMO**

Este trabalho desenvolveu e buscou uma moldura conceitual que expressa as questões que permeiam processo de investigação em Políticas Públicas. Em particular o trabalho objetivou a incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade para o município de Jaboticabal. Coloca-se em pauta os temas relativos à noção de sustentabilidade com um referencial para a construção de indicadores aplicáveis à gestão pública. As temáticas desenvolvidas discorrem sobre as questões conceituais que envolvem um referencial sustentável na área de emprego, o potencial de utilização dos indicadores e índices e as perspectivas do desenvolvimento endógeno no Brasil contemporâneo.

## **ABSTRACT**

This research was prepared with the propose of showing the reflections about the which ones ruled this research. It seeks to supply a conceptual frame that expresses the matters that permeated that processors investigation that embodies the research, the training and the intervention in a Project of Public Politics. In specifically of this work that it objectifies mantaining principles and indicators incorporation in Jaboticabal's Municipal district; they place at issue the relative themes to the maintaing's notion with a referencial for the construction of applicable indicators to the public administration. Under tha tfocus of considerations was organized this mastering dissertation work. The developed thematic run or flow over about the conceptual matters that they involve a referencial sustainable in the job area, the potential of utilization of the indicators and indices and the perspectives of the endogenous development in Brazil contemporary.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de mestrado desenvolvido no programa de Engenharia Civil da Universidade Federal de São Carlos originou-se a partir de um projeto FAPESP de políticas públicas, em parceria com a Prefeitura Municipal de Jaboticabal, denominado: “Incorporação de Princípios e Indicadores de Sustentabilidade na Elaboração de Políticas Urbanas”.

O objeto do Projeto FAPESP era o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o uso em políticas públicas. Dentro do espectro de indicadores eleitos os de emprego receberam, em particular, muita atenção, em função de sua importância e de orientação às ações políticas a serem realizadas no município.

Nesse contexto utilizou-se as atividades do projeto de pesquisa para construir, em sintonia com o projeto FAPESP uma discussão e a estruturação de indicadores de sustentabilidade para o monitoramento do emprego local.

No trabalho procurou-se construir uma metodologia que combinasse o enorme referencial teórico e empírico sobre emprego, existente no âmbito das Ciências Econômicas e, ao mesmo tempo, subsidia-se às políticas públicas locais. Portanto, os indicadores deveriam ser objetivos e de fácil aprendizado pela comunidade local.

Para dar conta da construção pretendida, elaborou-se três capítulos que oferecessem as três dimensões necessárias a esta pesquisa. Respectivamente, o primeiro capítulo tratou de Desenvolvimento e Progresso Técnico. O segundo tratou do Emprego e da Empregabilidade e o terceiro capítulo resenhou a literatura sobre Desenvolvimento de Indicadores e de Emprego.

No primeiro capítulo resenha-se os principais autores da economia brasileira que interpretaram o processo de substituição das importações e noção de desenvolvimento que orientou a prática política no Brasil, através de planos de desenvolvimento, até o início dos anos 80. O segundo capítulo discute a condição do emprego no Brasil e o distanciamento da reflexão sobre desenvolvimento e finalmente o terceiro capítulo, sistematizou a literatura sobre indicadores, importância e significado.

Após a constituição dos três primeiros capítulos que viabilizaram a noção de indicadores, sistematizou-se os principais indicadores de emprego existentes. Com a identificação dos

principais indicadores que mensuram o emprego formal no Brasil, no capítulo quarto sistematizou-se a literatura que amparou a pesquisa em relação a critérios, seleção e escolha de indicadores aplicáveis no âmbito de localidades, especialmente de pequenas localidades. No entanto a utilidade deste estudo teórico teria validade se ao mesmo tempo fosse entendido como útil pela comunidade.

Com o objetivo de aplicar os indicadores ao município de Jaboticabal estudou-se diversos indicadores de emprego e através de uma matriz que considerou os atributos de cada indicador selecionou-se um grupo que, em termos teóricos apresentavam a sustentabilidade desejada, como clareza, fácil obtenção, indicador bem definido etc.

Com os indicadores em mãos, calculou-se os resultados para o município de Jaboticabal e através de um processo de entrevistas avaliou-se a pertinência da seleção teórica – capítulo cinco. Procurou-se assim verificar se o resultado de cada indicador tinha correspondência com a interpretação de cada entrevistado. Os resultados falam por si. Pode-se adiantar que o trabalho obteve sucesso e que a perspectiva teórica foi refinada com as reuniões realizadas através do projeto FAPESP, uma vez que, contribuíram para uma perspectiva mais geral sobre as diversas formas de interpretação das condições econômicas da localidade.

Com os cinco capítulos procurou-se atingir o objetivo de aplicar indicadores de emprego para cidades de pequeno e médio porte, visando criar um sistema de monitoramento por parte da comunidade local em relação ao emprego.

Finalmente, deve-se reconhecer que a escolha de indicadores como instrumentos de monitoramento de políticas públicas não é uma tarefa trivial. Devido à complexidade que os determinam normalmente é necessária uma lista ampla e abrangente de variáveis que se deseja mensurar e acompanhar, que tenham relação causal com toda a variedade de atividades da sociedade. Indicadores de sustentabilidade tentam integrar as diferentes dimensões da sustentabilidade, tornando possível através de sua interpretação a análise da real qualidade de vida e das perspectivas da comunidade ao longo do tempo e comparativamente a outras comunidades. A implementação de políticas públicas, passo fundamental na busca coordenada por uma maior sustentabilidade, também apresenta uma série de dificuldades, devendo os aspectos conceituais estar muito bem definidos. De forma geral, os tomadores de decisão podem contar com três opções:

- (1) **Instrumentos de comando e controle**, que utilizam leis, normas e punições, para obrigar a comunidade a mudar seus atos;
- (2) **Instrumentos econômicos**, que através de tributos, subsídios ou incentivos fiscais estimulam a mudança;
- (3) **Instrumentos voluntários**, que, baseiam-se na iniciativa individual das pessoas, estimuladas a partir de meios cognitivos e sensitivos.

Cada conjunto de instrumentos, porém, apresenta diferentes vantagens e limitações, devendo os três serem usados em conjunto. A decisão sobre qual instrumento usar também não pode ser tomada de forma precipitada. Apesar das diversas experiências descritas na bibliografia, é difícil prever de antemão qual o melhor instrumento para cada situação. Para uma escolha com maior probabilidade de sucesso é necessário conhecer muito bem os instrumentos e ter uma certa familiaridade com as particularidades da comunidade.

Por esses motivos, a aplicação de indicadores de sustentabilidade, para o monitoramento da oferta de empregos é objeto que necessita de estudo e análise aprimorados. O objetivo do indicador é primordialmente oferecer um instrumento de mensuração, que pode a partir daí auxiliar o gestor público a desenhar políticas públicas adequadas ao problema identificado e monitorar os efeitos da implementação das políticas. Não há relação direta de causa e efeito entre a adoção de indicadores e a melhoria da qualidade de vida das pessoas; tudo depende da escolha correta do indicador e da aplicação correta das medidas necessárias para a solução do problema que o indicador evidencia. No caso deste trabalho, acredita-se que os indicadores de emprego selecionados atendem aos critérios de sustentabilidade e demonstraram –se úteis.

# 1 - DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO TÉCNICO

## 1.1 - Noção de Desenvolvimento e Desenvolvimento de fato

Neste primeiro capítulo será feita uma breve discussão, que visa a introdução do leitor com um tema que permeia a discussão principal deste trabalho, sobre um tema extremamente complexo e que sucinta muitas variedades de idéias: o desenvolvimento

A definição de desenvolvimento, grosso modo é: o crescimento econômico (aumento do produto interno bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua própria economia” (SANDRONI, 1996). Alguns outros autores complementam e ilustram melhor o que foi definido pelo dicionário de economia.

BRESSER (1975), considera o desenvolvimento como um processo de transformação global, em que, o seu resultado mais importante é o crescimento do padrão de vida da população. Para o autor é por este motivo que se utiliza a expressão “desenvolvimento econômico”, como sinônimo de “desenvolvimento”, pois o aspecto econômico acaba tornando-se preponderante.

Observa-se que tanto as considerações feitas por SANDRONI (1996), quanto por BRESSER (1975), acabam vindo de encontro uma da outra, pois ambos defendem a idéia de que para se caracterizar o desenvolvimento é preciso que ocorra um processo de melhora do padrão de vida da população, ou seja o aspecto preponderante é o desenvolvimento econômico para depois se atingir os ganhos sociais. Outra coincidência de pensamentos reside no fato de que para os dois autores é notória a confusão de conceitos que se faz entre desenvolvimento e desenvolvimento econômico, onde a maior parte da literatura especializada, segundo BRESSER, trata os conceitos como sinônimos.

Segundo SEN (2000), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Esta visão contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social.

SEM (2000), por sua vez, tem uma outra noção de desenvolvimento, ressaltando o caráter primordial da esfera social em detrimento ao caráter econômico, não tornando uma necessariamente intrínseca a outra nesta ordem.

BRESSER (1975), amplia ainda mais a definição de desenvolvimento definindo: como um processo de transformações econômicas, políticas e sociais, em que também se observa o crescimento do padrão de vida da população. Este processo, na visão do autor, trata de uma melhora nas estruturas econômicas, políticas e sociais de um determinado país ou região, não considerando o desenvolvimento se este não trouxer consigo modificações de caráter social e político e se este desenvolvimento social e político, não for ao mesmo tempo o resultado e a causa de transformações econômicas. Para o autor esse na verdade é o que se pode se chamar de desenvolvimento verdadeiro, real ou como neste trabalho será denominado **"Desenvolvimento de Fato"**.

Segundo BRESSER (1975), um sistema social deve-se constituir de relações tanto econômicas como sociais e políticas e como a própria expressão sugere, as relações devem-se interdependem, de forma que as relações sofram alterações recebendo as influências das modificações havidas. Estas alterações repercutirão na estrutura política e social; se a repercussão for pequena e o crescimento do nível de renda, por exemplo, não for acompanhado de transformações políticas e sociais o desenvolvimento não poderá ser considerado de fato. O desenvolvimento de fato, tem como aspectos dominantes de seu processo de transformação a via econômica e o resultado por excelência o crescimento do padrão de vida desta população.

Utiliza-se muito o termo padrão de vida e não renda per capita, isto foi colocado por BRESSER (1975), de uma maneira proposital. As sociedades modernas em todas as suas instâncias aceitam o aumento do bem estar como um objetivo a ser alcançado, assim sendo, torna-se muito mais significativo identificar o desenvolvimento, como a população tendo tido um aumento em seu padrão de vida. Apesar da renda per capita, como discutiremos ao longo desta dissertação, ser um bom indicador analisando esta medida de forma isolada ela se torna muito deficiente, pois muitas vezes a renda per capita cresce sem que haja um aumento efetivo do padrão de vida da população.

Como foi observado, para que se possa ocorrer um processo de desenvolvimento de fato deverá ocorrer uma melhora no padrão de vida da população de forma: automática, necessária e autônoma. Automática, no sentido de que o processo de desenvolvimento econômico passará a gerar a si mesmo, isto ocorre quando um país atinge o estágio de capitalismo comercial, tendo o reinvestimento estimulado pelo lucro tornando-se regra. Necessário quando um país atinge um patamar mais avançado, o de caráter industrial, pois o reinvestimento das empresas e o seu posterior crescimento tornar-se uma questão de sobrevivência das mesmas. Autônoma, diz respeito ao crescimento da renda, que uma vez iniciado o processo de desenvolvimento ele tende não só a gerar –se a si mesmo, como também encontrar dentro de suas próprias fronteiras, especialmente em seu mercado de interno seus próprios fatores dinâmicos (BRESSER, 1975).

Concebido dessa forma restritiva, segundo a qual não só as transformações devem ser ao mesmo tempo econômicas, políticas e sociais, como também o resultado mais direto é o aumento do padrão de vida da população, e esse aumento é automático, autônomo e necessário, ou seja, auto-sustentado, o conceito de desenvolvimento de fato torna-se historicamente situado.

Todas essas condições só se conjugam quando, em um determinado país ou região, as relações e as técnicas de produção adquirem cunho predominantemente capitalista; quando o Governo da sociedade, a administração da produção e a própria convivência social deixam de ser regidos por critérios tradicionais e se enquadram no espírito do racionalismo; quando, finalmente, a riqueza social básica não é mais a terra, como é próprio dos sistemas econômicos tradicionais, ou mesmo as mercadorias, como acontece com o capitalismo comercial, e sim o capital investido em prédios e equipamentos destinados à produção, como acontece no socialismo e no capitalismo industrial.

Para exemplificar estes conceitos BRESSER diz que não se pode falar em desenvolvimento de fato da Grécia antiga ou do Egito dos Faraós. Da mesma forma, não podemos falar em desenvolvimento do Brasil na época do ciclo da cana ou do ouro. Nesses momentos houve sem dúvida aumento de riqueza, o qual, todavia, beneficiou em regra a apenas uma elite. As transformações sociais e políticas decorrentes não se revestiram de maior importância, não chegando a mudar a estrutura social ou o sistema de poder daquelas regiões, e faltou a esses aumentos de riqueza quaisquer caracteres automático, autônomo e necessário. Não houve, portanto desenvolvimento, no sentido que foi empregado pelo autor (BRESSER, 1975).

Para BRESSER (1975), o desenvolvimento de um país tem em geral um princípio bastante definido. Na medida em que é um processo historicamente situado, surge apenas no momento em que o sistema econômico em que ele ocorre torna-se predominantemente capitalista. E uma sociedade ainda basicamente tradicional pode ocorrer um processo de crescimento econômico que fornece as bases para o posterior desenvolvimento. Foi o que ocorreu no Brasil, a partir de meados do século XIX até 1930. O desenvolvimento, porém, só começa a ocorrer quando a sociedade tradicional entra em crise, quando os critérios racionais começam a superar os tradicionais, quando o capital passa a ter mais importância do que a terra, quando a competência começa a sobrepor-se ao sangue, quando a lei se impõe aos costumes, quando as relações impessoais e burocráticas começam a substituir as de caráter pessoal e patrimonial, quando a sociedade bivalente de senhores e servos de aristocratas e plebeus, começa a dar lugar a uma sociedade plural, quando o poder político deixa de ser o privilégio de uma oligarquia claramente definida e começa a se tornar cada vez mais difuso, quando a economia de base agrícola tradicional começa a dar lugar a uma economia industrial e moderna, quando a unidade de produção básica não é mais a família, mas a empresa, e depois não é mais a empresa familiar, mas a empresa burocrática, quando os métodos de trabalho tradicionais cedem aos racionais, quando a produtividade e a eficiência se transformam em objetivos básicos das unidades de produção, e quando o desenvolvimento econômico se torna o objetivo das sociedades, quando o reinvestimento se torna uma condição de sobrevivência para as empresas, quando, enfim, o padrão de vida começa a aumentar de forma automática, autônoma e necessária.

É exatamente essa parte do processo de desenvolvimento brasileiro (desenvolvimento de fato), que tentaremos expor brevemente nos parágrafos a seguir. Trata-se do período em que, como Bresser descreveu acima, começou de fato o processo de desenvolvimento brasileiro.

## **1.2 - O primeiro ciclo de Desenvolvimento ocorrido no Brasil (1930-1950)**

Para o Brasil foi necessário um século para o engajamento no processo de desenvolvimento de fato (como definido por BRESSER, 1975 na introdução deste capítulo), se comparado com o desenvolvimento verificado nos países europeus que se engajaram na primeira revolução industrial Capitalista, ocorrida na Inglaterra no início do século XIX.

Para que o processo de transformação tivesse início no Brasil e começasse a ocorrer o desenvolvimento econômico, não foi necessário uma revolução política, embora na maioria dos países, que passaram por este processo de desenvolvimento, uma ruptura tenha sido verificada nas instituições políticas dominantes.

Segundo SINGER (1996), é essencial, todavia, que a classe dominante tradicional – geralmente uma oligarquia de caráter aristocrático – seja substituída no controle político da sociedade por um grupo de classe média. Essa substituição será tanto mais rápida e completa quando mais radical for a revolução política. As transformações, rumo ao desenvolvimento, são diversas. A Revolução de Cromwell, na Inglaterra, ou a Revolução Brasileira de 1930, foram sociais e ideologicamente muito menos radicais do que a Revolução Francesa, ou a Revolução Russa de 1917. Conseqüentemente, a ascensão ao poder de grupos de classe média, naqueles países, e a perda do poder por parte da aristocracia, ocorreram de forma paulatina, enquanto nestes se verificou de um só golpe, especialmente no caso da Revolução Russa. Excepcionalmente o poder político pode não ser tomado por um grupo de classe média, para que tenha início o desenvolvimento, e sim por uma facção decadente da aristocracia, como aconteceu no Japão.

Na grande maioria dos casos, porém, o desenvolvimento será iniciado no momento em que o poder político estiver predominantemente ou exclusivamente nas mãos de um grupo de classe média constituído seja de empresários burgueses, seja de políticos ou militares nacionalistas, seja de políticos e intelectuais comunistas. No primeiro caso enquadram-se todos os países industriais da área capitalista, além de países que estão ainda nos primeiros passos do seu desenvolvimento, como o Brasil. No segundo caso temos países como a Índia, o Egito, o México. No terceiro caso estão os países comunistas. Naqueles países em que o desenvolvimento é iniciado por políticos e militares nacionalistas, o sistema econômico tende, durante um certo período, a ser indefinido. A propriedade privada dos bens de produção é admitida, mas o setor socializado da economia é grande. Depois de um certo tempo, porém, as tendências do sistema econômico em questão começam a delinear-se em uma forma predominantemente capitalista, como aconteceu no México, ou predominantemente socialista, como sucede na Índia e no Egito (SINGER, 1996).

Para SINGER (1996), a tomada do poder por um desses grupos de classe média – que, obviamente, à medida que se vão estabelecendo no poder vão-se transformando em classe alta – somada a uma série de outros fatores de ordem econômica que não cabe agora aqui

discutir, dão o sinal de partida ao processo de desenvolvimento. Tem início, então, uma fase na história do país que tem sido chamada por uns de Revolução Industrial, para salientar a básica identificação do desenvolvimento com o processo de industrialização, por outros de Revolução Nacional, especialmente quando se trata de um país colonial ou semicolonial, que para iniciar seu desenvolvimento tem não só que colocar em segundo plano sua oligarquia tradicional como também desvencilhar - lhe do jugo de potências imperialistas, para dar ênfase ao rompimento com o estado de estagnação crônica que caracteriza as sociedades tradicionais.

Segundo Bielschowsk (2000), no mundo anterior à Revolução Industrial, o desenvolvimento econômico era basicamente um processo de aglutinação de pequenas unidades econômicas e de divisão geográfica do trabalho. Na classe comercial estava o agente dinâmico do desenvolvimento.

Pode-se dizer que a primeira Revolução Industrial Capitalista ocorreu plenamente entre os anos de 1820 e 1830 na Inglaterra. A partir deste ponto a Inglaterra, liberou suas exportações de capitais, de equipamentos e também acabou liberando a saída de emigrantes com aptidões técnicas. Apesar de que essas novas bases técnicas tenham sido simples e não se deram utilizando-se tecnologia não muito complexa e caracterizaram-se por: baixa densidade de capital por trabalhador, baixa relação capital produto e acesso fácil ao mercado internacional de equipamentos, no Brasil a consolidação industrial acabou levando mais de 50 anos para ser implementada. Teve -se início entre as décadas de 1870 e 1880 e consolidou-se apenas na década de 1930, ou seja, praticamente com um século de atraso em relação à Inglaterra (CANO, 1993).

O dinamismo da Revolução Industrial, em sua primeira etapa, atuava pelo lado da oferta concentrando a atenção do empresário na grande tarefa de por todos os meios de se reduzir os custos. A obsessão em se reduzir estes custos, com as novas técnicas de produção, constituiu-se no ponto crucial de todo o sistema econômico. Entre os processos econômicos e a ciência experimental surge uma articulação íntima que constituirá a característica mais fundamental da civilização contemporânea (Bielschowsk, 2000).

Estima-se que o longo período da sociedade brasileira com a convivência escravocrata e o fato de que nossas elites fossem extremamente conservadoras, fizeram com que o Brasil não tivesse efetivas preocupações para o progresso social. A sociedade brasileira, também não

formou um estado estruturalmente mínimo que se preocupasse com uma política de industrialização e ao mesmo tempo, com uma política de engajamento no progresso internacional. Teve –se assim no país apesar da independência, uma continuidade da estrutura rural da sociedade e até a libertação dos escravos em 1888, predominantemente escravista. É esse período que mostra, de fato o próprio nascimento do capital industrial brasileiro, que foi feito através de transformações parciais do velho capital mercantil nacional, exportador da economia nacional cafeeira escravista. Considera-se que no Brasil ao longo do período de 1880-1930 foi feita apenas a implantação dos principais setores da indústria leve de bens e consumo não duráveis (FURTADO, 1995).

Segundo Cano, 1993, na década de 20 do século passado ocorreu à maturação desta indústria leve e somado com as crises de sobreacumulação produtiva cafeeira, e da indústria leve mais a expansão das classes médias urbanas paulistas e cariocas e a constituição de uma força de trabalho urbano modesta, com as transformações impelidas pela modernização mundial, que vinha ocorrendo, pode –se observar pressões no sentido do avanço da industrialização capitalista do Brasil. O período que se segue posterior a estes acontecimentos (1930 – 1955), observa-se à transição para um novo padrão de acumulação que pode ser considerado e chamado de processo de industrialização.

Segundo Bielschowsk (2000), a primeira Revolução Industrial caracterizou-se por um aumento substancial da participação da indústria de bens de capital, sobretudo da indústria de equipamentos, no total da produção industrial. Essa modificação na estrutura do aparelho produtivo foi muito provavelmente acompanhada de alterações na distribuição da renda, crescendo a massa total dos lucros com uma maior intensidade do que a folha de salários.

Essa característica descrita no parágrafo acima mostra bem a situação ocorrida no Brasil, com a ruptura a partir de 1930. Essa ruptura com a economia primária exportadora, que determinava não só a demanda de bens de consumo, mas uma constituição do mercado de trabalho, acabou sendo denominada de industrialização restringida: restringida porque a industrialização na verdade se consolida apenas com a indústria leve e ocorre apenas uma implantação limitada de algumas indústrias de bens intermediários e de bens de capital, que neste período formam um pequeno parque de bens de produção não permitindo ainda a reprodução autodeterminada da indústria brasileira.

Apesar de não permitirem ainda a reprodução autodeterminada da indústria brasileira, a ruptura com a classe econômica primário exportadora faz com que o primeiro ciclo de desenvolvimento de fato ou real no Brasil ocorra.

### **1.3 – O segundo ciclo de Desenvolvimento ocorrido no Brasil (1950-1980)**

A principal característica da segunda fase do desenvolvimento das economias industriais, conhecida como Segunda Revolução Industrial, foi a de tornar a oferta de mão de obra menos elástica. Esta fase se caracteriza, por um desequilíbrio fundamental entre a capacidade de produção de bens de capital e a possibilidade de absorção dos mesmos (Bielschowsk, 2000).

Embora estas novas transformações tivessem sido ocorridas na Inglaterra, a segunda revolução foi acompanhada pelas futuras grandes potências (Estados Unidos Japão e Alemanha). A segunda revolução industrial tem o seu período ao longo da segunda metade do século XIX e provocou uma radical transformação no processo de industrialização, pois começou a partir deste momento um maior emprego da base científica com o desenvolvimento da física e da química; a inovação do motor a combustão; o uso da eletricidade e o surgimento da grande empresa, como por exemplo: Trustes, Cartéis e oligopólios além dos padrões tecnológicos muito mais complexos. Este novo padrão de Industrialização constitui-se também em duas novas formas de capitais: O capital bancário e o capital financeiro (SANDRONI, 1996).

Segundo CANO (1993), o Brasil só começou a se inserir nessa segunda Revolução Industrial, a partir da crise de 1929, ou seja, assim como na primeira revolução industrial o país demorou meio século para engajar-se. No caso do Brasil outro meio século foi necessário para a consolidação e implantação: entre 1930 – 1950, inicia-se de forma restringida e incipiente e a fase final se caracteriza entre os anos de 1956-1962 e 1968-1980, quando se conclui a instalação dos setores produtores de bens intermediários e de capital.

SANDRONI (1996), verifica que as dificuldades para a implantação da base industrial brasileira deveu-se a dois fatores básicos: o primeiro foi a inexistência de poupança interna; o segundo foi das restrições externas. Estas restrições, por sua vez, materializam-se na baixa oferta de créditos externos, pois neste período, até 1956, a preocupação dos países centrais era com a reconstrução européia, ou seja, a entrada tardia do Brasil neste segundo processo

de desenvolvimento mundial acabou sendo, o grande fator que prejudicou a absorção plena dos benefícios advindo desta industrialização no contexto mundial e em contrapartida provocou alguns efeitos nefastos na economia e geração de empregos como discutiremos nos parágrafos seguintes.

O segundo ciclo de desenvolvimento de fato brasileiro fez-se em dois momentos distintos: o primeiro esforço de industrialização pesada veio com o plano de metas, entre os anos de 1956-1960 e entre os anos de 1967 a 1974 que se estende embora de uma forma mais desacelerada até 1980.

O governo militar que tomou o poder em 1964 fez as reformas necessárias à continuidade do avanço material do capitalismo brasileiro. As reformas fiscais, tributárias, financeiras, monetárias e bancárias modernizaram o país, mas analogamente proporcionou uma das mais longas quedas do salário real (SINGER, 1996).

O fato de que o Brasil, neste período, estava sendo dominado por um Estado Militar facilitou a imposição das políticas econômicas necessárias ao avanço da industrialização e da modernização, ampliando se consideravelmente nosso volume de comércio exterior, aproveitando –se do substancial aumento que ocorria no período com o comércio internacional. As taxas de crescimento entre 1967-1974 foram as maiores registradas na história brasileira, mas estas taxas estavam sendo obtidas em bases muito frágeis com o empréstimo de capital estatal tanto na constituição dos setores mais pesados da indústria como na execução da infra-estrutura de energia, transportes e comunicação (CANO, 1993).

A crítica feita por CANO (1993), foi a impossibilidade de sustentação desse modelo de desenvolvimento a partir de 1974, com isso o governo brasileiro, mudou a sua trajetória com a implantação do segundo plano nacional de desenvolvimento, que buscava aprofundar a industrialização pesada, procurando com isso, criar graus de liberdade para se tentar corrigir, os gravíssimos desequilíbrios cambiais e financeiros gerados pelo projeto econômico anterior. Além do desequilíbrio externo, o país também não contava com um financiamento interno compatível com a magnitude do plano econômico, portanto foi ignorada por parte do governo militar a frágil estrutura financeira de longo prazo, tanto pública como privada do Brasil. A partir do momento em que as fontes internas de financiamento foram esgotadas apelou-se para mais um endividamento externo, já que o primeiro tinha sido acionado entre os anos de 1970 e 1972.

O segundo plano nacional de desenvolvimento em sua maior parte fracassou devido à insuficiência do financiamento, que fez com que vários empreendimentos não fossem concretizados. O que se precisa compreender é o fato do Brasil ter entrado na fase final do processo de desenvolvimento propiciado pela segunda revolução industrial, com isso acabou pouco absorvendo deste sistema, como foi comentado anteriormente. Este processo de industrialização que atingiu o mundo teve início no século XIX e teve o seu apogeu na década de 60. O Brasil, portanto estava diante do esgotamento de um processo de acumulação que se consolidou plenamente com a ajuda do sistema industrial americano para a Europa e o Japão, entre 1950 e 1970, ao qual o Brasil entrou tardiamente CANO (1993).

Segundo Bielchowsk (2000), a segunda Revolução Industrial apresentou a seguinte forma: a oferta de capital tendeu a crescer mais rapidamente do que a oferta de trabalho, isto normalmente geraria uma forte pressão no sentido da redistribuição da renda a favor dos trabalhadores, entretanto, uma baixa nas taxas de lucros, acabou desencadeando uma série de reações, tendentes a reduzir o volume das inversões, a gerar um grande desemprego temporário, a se reduzir o ritmo do crescimento, entre outras variáveis negativas. Conclui-se com isso que o problema estava na inelasticidade da oferta de mão de obra.

A partir de 1979 observa-se a elevação das taxas de juros, o que agravou ainda mais as contas externas do país, inviabilizando totalmente o pagamento do serviço da dívida. O governo militar ajudou o setor privado devedor estatizando os seus débitos externos, ou seja, as obrigações privadas junto aos bancos internacionais acabaram sendo absorvidas pelo estado que acabou elevando em um quarto esta dívida, que já não era baixa. Com a estatização dessa dívida o estado passou a ser o maior comprador cambial, para poder fazer frente ao seu serviço financeiro, e para poder compra-los, dada a impossibilidade de ser feita uma reforma tributária séria, por motivos políticos, com isso o governo viu-se obrigado a se endividar internamente e elevar cada vez mais a taxa de juros no mercado financeiro para poder colocar seus títulos públicos no mercado (CANO, 1993).

Observa-se claramente que ocorre uma diferença de opiniões e teorias, para explicar a derrocada brasileira no fim do segundo ciclo de desenvolvimento de fato e os efeitos negativos que foram posteriormente observados. Entre os autores que foram estudados Cano (1993) defende a teoria da inserção tardia brasileira neste processo de desenvolvimento como a principal causa da crise dos anos 80. Bielchowsk (2000) defende a tese de que os problemas relacionados com a inelasticidade da mão de obra no processo da segunda

Revolução Industrial é que, a partir da década de 80 acabaram, mergulhando o país em uma crise econômica e social profunda.

Pode se observar que o Brasil apresentou maiores dificuldades para inserir-se nesta segunda Revolução Industrial, do que tinha apresentado para engajar-se na primeira. Isto, como foi discutido anteriormente, deveu-se em grande parte também as radicais alterações nos processos de industrialização, e a necessidade cada vez maior de investimentos à frente da demanda, liderados pela ação estratégica do Estado.

#### **1.4 – O terceiro ciclo de Desenvolvimento ocorrido no Brasil (1980 - )**

A terceira revolução industrial que se constituiu no mundo a partir da década de 70, caracteriza-se por uma série de transformações técnicas como, por exemplo, o surgimento de um novo padrão técnico, buscando o aperfeiçoamento qualitativo dos produtos, maior simplificação, informatização e automação dos processos de produção, economia de energia na produção e substituição de matérias primas convencionais por outras mais elaboradas, mais leves, mais caras e com maior base científica e tecnológica, promovendo acentuada substituição de trabalho não qualificado por trabalho cada vez mais qualificado. Outra característica dessa terceira revolução industrial é uma forte reconcentração de capital que ocorre no fim da década de 80 e início dos anos 90, nos principais oligopólios de quase todos os setores produtivos dos países centrais (CANO, 1993).

Ocorrem também as chamadas transformações institucionais, que se caracterizam pelas constituições de blocos econômicos, como por exemplo, o Mercado Comum Europeu, a Alca e o Mercosul, entre outros.

Com o advento dessas mudanças, conseqüentemente o poder financeiro internacional da produção do controle tecnológico e do mercado, passou crescentemente a depender mais dessas empresas e bancos, diluindo e dificultando ainda mais o poder de negociação internacional dos países emergentes, como o Brasil. As grandes decisões sobre produção, comércio, transferência de tecnologia e financiamento sofreram um deslocamento institucional da esfera estatal para a privada.

Foi deste processo que surgiram, discursos e políticas de cortes neoliberais como, por exemplo, o consenso de Washington: termo criado pelo economista inglês John Williamson (Do Institute for International Economics, EUA, e do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial), que se constituía em de dez diretrizes que deveriam ser adotadas pelos países da América Latina, estas medidas são:

1. Disciplina Fiscal
2. Prioridades dos gastos públicos
3. Reforma Fiscal
4. Liberalização de Financiamento
5. Taxa de Cambio
6. Liberalização do Comércio
7. Investimento externo direto
8. Privatização
9. Desregulamentação
10. Direito de Propriedade

Segundo Williamson (1992), essa taxionomia, acima descrita acaba indo de encontro com idéias de outros importantes economistas da época, como por exemplo, Stanley Fischer que citou em um seminário na cidade de Washington no ano de 1989, oito dos dez pontos propostos no chamado “Consenso de Washington”.

O programa de reformas políticas acima descritos pode ser resumido com, prudência macroeconômica, liberalização microeconômica e orientação externa. Difere bastante da facilidade de obtenção de déficits orçamentários e empréstimos externos, da confiança nos empreendimentos estatais, da substituição das importações e da teoria de dependência, que ainda prosperava na América latina na década de 80 (Williamson, 1992).

A dificuldade enfrentada pelo Brasil, para engajar –se neste processo de desenvolvimento e crescimento e de conseguir seguir as diretrizes estabelecidas no Consenso de Washington,

que se tornaram praticamente "leis" em todos os países da América Latina, reside no fato destes países estarem dependentes de negociações internacionais, que são cada vez mais difíceis de se obterem, dados os poderes adquiridos pelas empresas transnacionais em detrimento ao capital disponível por parte do governo.

A dificuldade existente na inserção brasileira do desenvolvimento ocorrido na década de 90 reside na dominação do capital internacional por órgãos não governamentais. O Brasil possui graves problemas internos que dificultam esta entrada de capital externo, alguns destes problemas são: o endividamento público, a ausência de políticas de desenvolvimento, a ineficiência da reforma administrativa e previdenciária que são em grande parte responsáveis pelo desmantelamento nos quadros técnicos do funcionalismo público na década passada, entre outros problemas (Cano, 1993).

Outro grande problema para a entrada do país nesta nova revolução foi o fato das potências dominantes impingir a chamada abertura comercial, acordos sobre patentes e propriedade intelectual, abrandamento a regulação sobre investimentos externos. Tudo isso sobre pressão de restrições aos financiamentos oficiais por parte do FMI, BIRD e BID.

A partir da década de 90 a política brasileira opta pelo caminho neoliberal, seguindo as diretrizes do Consenso de Washington, primeiro com o governo Collor de Melo, seguido pela administração Itamar Franco e atualmente com a política econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa adoção da política neoliberal, que visava em um primeiro momento corrigir deficiências históricas do setor produtivo e que tinha como objetivo a entrada em definitivo do Brasil neste processo de terceira revolução industrial, acabou-se tornando extremamente nefasta.

Como exemplo, pode se citar a agropecuária brasileira, que era considerada uma das mais competitivas do mundo, e que com este rearranjo processado perdeu a sua competitividade, pois os produtos estrangeiros chegavam as parceiras com um preço muito mais acessível, causando uma superprodução do setor que gerou uma quebra na agricultura em meados da década de 90. Outra questão delicada que foi enfrentada pela economia brasileira foi o corte de subsídios e a indefinição quanto a uma política séria no setor primário da economia (Cano, 1993).

Cano também se refere, aos aspectos institucionais que a terceira revolução nos legou com o surgimento dos grandes blocos econômicos. A inserção brasileira no mercosul obrigou o país a baixar tarifas alfandegárias, o que acabou com a competitividade principalmente da agroindústria do sul frente aos produtos platinos. Com o atraso brasileiro em engajar –se na terceira revolução industrial em cerca de 15 anos a partir da década de 90 começou também no que tange o setor industrial uma forte renovação.

Segundo Cano (1993), essa renovação da indústria brasileira é extremamente difícil e complexa e esta sendo feita ao longo últimos 10 anos. Se totalizarmos as parcelas necessárias para a modernização do parque industrial brasileiro, confrontando seu montante com as necessidades de investimento e deduzindo o tempo cronológico de no mínimo de 15 anos para que se ocorra as mudanças, passariam para cerca de 30 anos o atraso brasileiro em relação às potências hegemônicas no que tange a absorção dos paradigmas desta nova revolução.

É bom salientar-se que esta previsão foi feita apenas levando em consideração as necessidades de capitais, outras questões básicas devem ser levadas em consideração:

- A) A grande reconcentração de capital recentemente efetuada pelas grandes empresas transnacionais que dificultarão o acesso tecnológico e de mercado.
- B) As finanças internacionais que nas mãos dos bancos privados demandam penosas negociações e que mostram no momento um grau muito baixo de financiar nosso desenvolvimento.

Todas as revoluções industriais acarretaram em um acentuado aumento da produtividade do trabalho e, em consequência, causaram desemprego tecnológico. Os deslocamentos foram grandes, milhões de trabalhadores perderam suas qualificações à medida que máquinas e aparelhos permitiram obter novos com menores custos os resultados produtivos que antes exigiam a intervenção direta do homem.

É exatamente neste ponto crucial, que a terceira revolução industrial acaba divergindo das revoluções anteriores, pois ela acarretou de uma forma muito mais acelerada do que a primeira e a segunda revolução o aumento da produtividade do trabalho tanto na indústria como em numerosos serviços, sobretudo dos que recolhem, processam, transmitem e arquivam informações. Além da substituição do trabalho pelo humano pelo computador,

parece provável a crescente transferência de uma série de operações das mãos de funcionários que atendem o público para a própria usuária. Isto é a chamada difusão do auto serviço, facilitado pelo emprego universal do microcomputador (SINGER, 1996).

Como se pode observar, o engajamento brasileiro nesta terceira revolução industrial esta sendo feita através de uma política de corte neoliberal. Esta política foi adotada a partir de 1994, com o Plano Real de uma forma efetiva e apesar de terem surtido alguns efeitos extremamente positivos como, por exemplo: o controle da inflação acabou tornando a estrutura brasileira demasiadamente dependente de investidores externos. Após um período de euforia com a queda da inflação e uma boa taxa de investimento no período 94-97, o país começou a sentir os efeitos nefastos de se ter um cambio valorizado frente ao dólar. Essa sobrevalorização da moeda acabou pressionando os juros de uma forma muito forte, o que por sua vez acabou gerando um período de muito baixo crescimento econômico e no caso dos anos de 1998 e 1999 uma recessão CANO (2001)

Para CANO (2001), a desvalorização do real em janeiro de 1999 tinha como objetivo, tirar a pressão da taxa de cambio e por conseqüência possibilitar a queda nas taxas de juros. A desvalorização cambial brasileira acabou não conseguindo este objetivo, pois a volatilidade do capital externo, ao qual o Brasil é extremamente depende para poder honrar compromissos com a rolagem da dívida interna e externa, se tornou extremamente instável e para conseguir segurar estas divisas de curto prazo, especialmente, o Banco Central Brasileiro teve que deixar os juros em patamares muitos altos, o que inibiu e inibe uma retomada efetiva do crescimento econômico.

O que se concluí desta primeira seção do capítulo um é que: a inserção brasileira mesmo que tardia na terceira revolução industrial, acabou sendo feita seguindo uma política neoliberal. Esta política sintetizada pelas diretrizes do consenso de Washington fez com que vários setores da economia brasileira sofressem uma perda muito grande de competitividade frente aos mercados externos e também se levando em consideração o mercado interno. Pode se citar como exemplos principais os setores primários e secundários da economia brasileira que sofreram muitas perdas neste período.

A conseqüência principal deste modelo econômico adotado foi à queda vertiginosa do número de empregados com carteira assinada no Brasil na década de 90. Os setores agropecuários e industriais brasileiros acabaram demitindo um grande contingente de mão de

obra formal e o setor terciário, que nos países que foram vanguardas da terceira revolução como EUA e Inglaterra acabaram absorvendo esse excedente de mão de obra, no Brasil não conseguiu uma absorção mais efetiva.

Em suma, até 1980 o desenvolvimento econômico no Brasil levou a incorporação crescente da população ao emprego formal. Não é exagero afirmar que após a crise da dívida dos países em desenvolvimento, a meta do desenvolvimento passou a depender da implantação das recomendações do Consenso de Washington assim, de 1981 até meados da década de 90 a busca pela melhoria deste padrão de vida da sociedade brasileira dependeu de soluções de endividamento externo, interno e da estabilidade preços. Também se descobre que o desenvolvimento não é um fenômeno automático. Depende das decisões políticas, econômicas (públicas e privadas) e, sobretudo das instituições.

São diversas as interferências que restringem a capacidade de uma economia se desenvolver. No Brasil, se o emprego formal for tomado como um indicador de desenvolvimento, então como será mostrado, o Brasil não realizou a profunda transformação como conceitualmente explicavam os autores revisados neste capítulo.

O que se observa no fim dos anos 90 é um contingente de pessoas sem emprego muito grande, atingindo o Brasil, estes números vêm crescendo ano a ano no país. É esta problemática que a seção dois visa tratar mais efetivamente, mas antes estudaremos de uma forma mais direta a noção do emprego que será empregada nesta pesquisa.

## 2 – EMPREGO E EMPREGABILIDADE

### 2.1 – Noção de Emprego

Para que se coloque o debate sobre o emprego em perspectiva, é necessário primeiro examinar criticamente uma série de pressupostos. O primeiro fator básico é que a palavra ocupação não é sinônima de emprego.

Para Singer (1996), a palavra emprego implica assalariamento. E uma relação de emprego só existe quando alguém em geral, uma firma, dá um emprego a alguém. A própria linguagem desse conceito acaba tornando-se enganadora, pois não existe uma doação e sim uma relação de compra e venda. O emprego na verdade é resultado de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado.

Costumasse cunhar pelos empresários o termo oferta de emprego como se o emprego fosse alguma dívida da empresa, que a firma faz ao empregador. Na realidade é exatamente o contrario que ocorre: o trabalhador é que oferece, ele na verdade é o vendedor e a mercadoria não é o emprego, mas na verdade a capacidade de produzir do trabalhador que é uma dívida para os empresários. A firma empregadora é o comprador, o demandante e como tal, pago o preço da mercadoria que no caso é o salário (SINGER, 1996).

O emprego, por sua complexidade e pela relação dinâmica com o desemprego e a inatividade, não é um fenômeno de fácil medição. Mesmo nos países avançados onde a homogeneização do mercado de trabalho alcançou níveis mais elevados, se reconhece à dificuldade crescente em limitar-se à apreensão do fenômeno apenas a definição de alguns critérios lógicos ou de regras práticas normativas para se estabelecer limites estreitos da população empregada (MATOSO, 1999).

Para MATOSO (1999), a sombria relação entre emprego, inatividade e desemprego, vem exigindo que as pesquisas não se limitem apenas em estudar o impacto do desemprego aberto, tal como é definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ou seja, existem mais formas de desemprego do que aquela definida pelo trabalhador sem emprego e que buscou trabalho na semana de referência, e são grandes os desafios na busca de uma identificação

dessas categorias intermediárias, que favoreça, assim, a compreensão de sua amplitude e a complexidade das relações que elas mantêm.

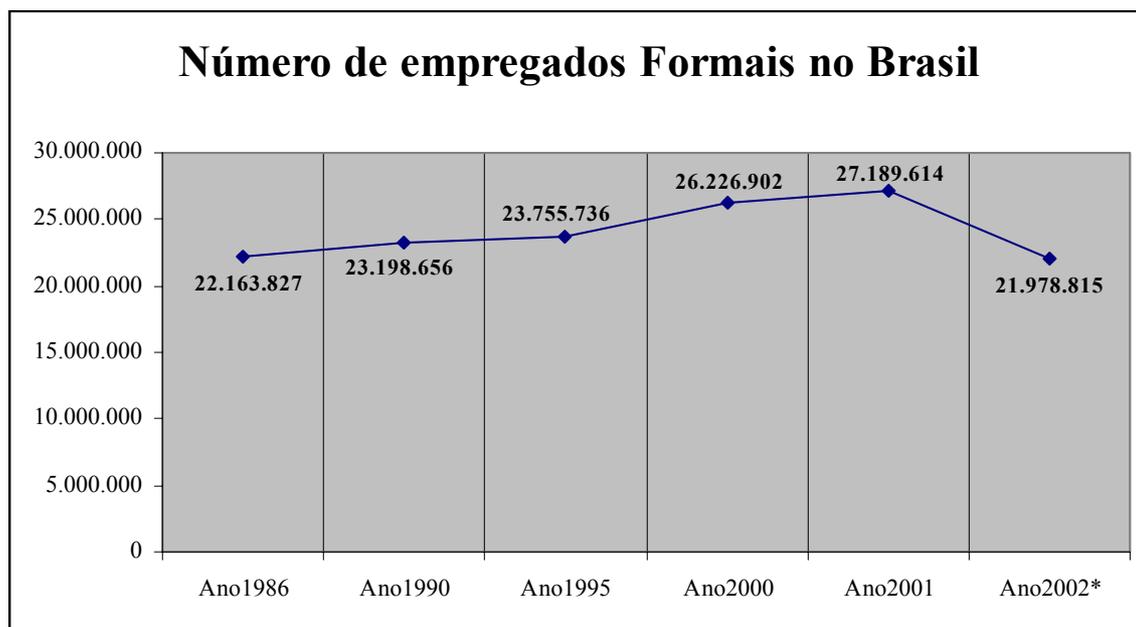
Como se observou no capítulo um (principalmente na seção quatro) desenvolve-se, desde a década de setenta, um complexo debate acerca das profundas transformações que estariam ocorrendo nas economias avançadas em função da difusão do novo paradigma técnico-produtivo e do acirramento da competição intercapitalista. A ruptura nas tradicionais normas de produção e concorrência seria de tal ordem que evidenciaria uma mudança econômica estrutural, responsável pela constituição de uma nova composição do emprego, com maior destaque para as ocupações superiores e diretivas.

Esta seção analisa a queda no número de empregos formais ocorridas no Brasil recente, para isso foram seguidas duas vertentes que estão especificadas nos tópicos a seguir: a primeira que mostra o problema do emprego com carteira assinada sob a ótica da política econômica adotada pelo governo Brasileiro a partir da década de 90, cunhada de política neoliberal, instituída através do Consenso de Washington. E a segunda tratando da queda no número de empregos registrados analisando sob o ponto de vista da reestruturação produtiva em decorrência dos efeitos causados pela Terceira Revolução Industrial (melhor explicada na seção quarta do primeiro capítulo).

## **2.2 – O Emprego Formal no Brasil recente e a política econômica brasileira dos Anos 90**

Segundo MATOSO (1999), o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se observam no Brasil recente, é um fenômeno de amplitude nacional, de extraordinária intensidade e jamais ocorrido na história do país. Para o autor o Brasil, nunca conviveu com um desemprego tão elevado. Tampouco com um grau de deterioração das condições de trabalho, como o crescimento vertiginoso do trabalho temporário, por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, com os milhares de subempregos que se espalharam pelo país.

## Gráfico 1



Fonte: RAIS/Mtb 1986-2001

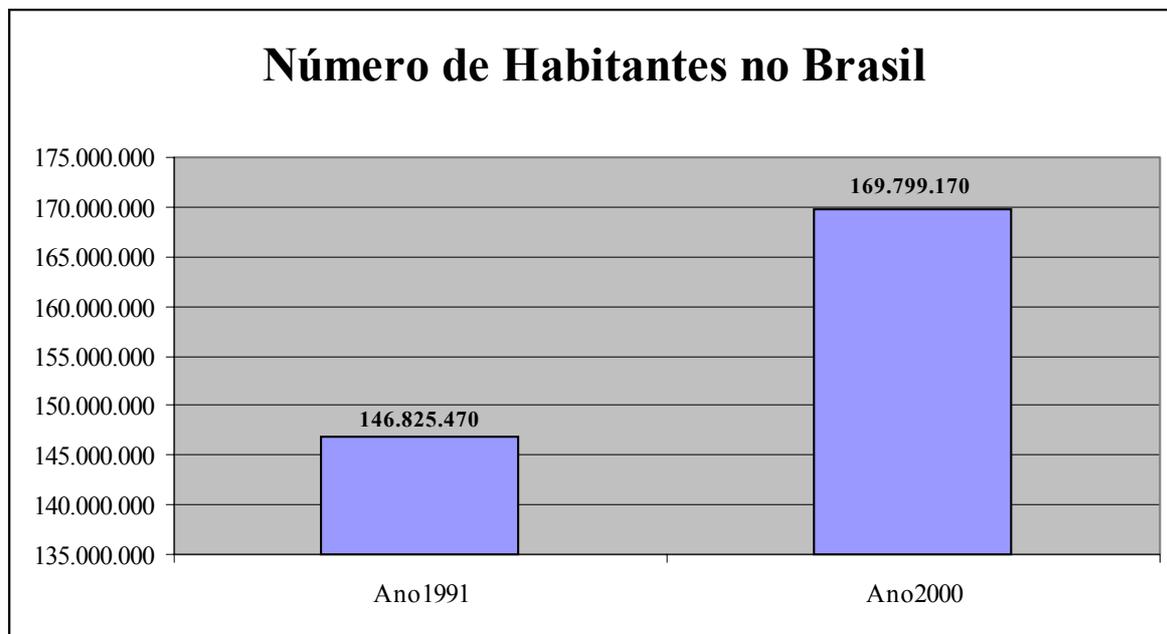
- CAGED /Mtb - 2002
- Em Milhões de Trabalhadores

<sup>1</sup>O gráfico um corrobora o que foi dito por MATOSO (1999), pois observa-se que durante a década de 90 ocorreu uma variação muito pequena do emprego formal brasileiro. Entre os anos de 1990 e 2000 a variação acumulada foi, em termos percentuais, de 13,05% e se compararmos o ano de 1986 (primeiro da pesquisa) com o de 2002 (último da pesquisa), apesar dos dados serem de fontes diferentes, guardando as devidas proporções ocorreu uma queda no nível de emprego de 0,83%. Esta comparação entre os anos de 1986 e 2002 é pertinente, pois ela mostra um dado referente a década de 80 (1986), onde a política econômica era outra com, o último dado (2002) em que já foram sentidos os efeitos da política econômica de corte neoliberal adotado durante praticamente quase toda a década de 90.

Em contrapartida como se observa no gráfico dois que nos últimos dez anos a população brasileira como um todo apresentou um crescimento de 15,65%. Observa-se assim que a taxa de emprego formal, cresce em um ritmo inferior ao ritmo do crescimento vegetativo da população, e isto precariza e muito as condições de vida da população, pois o ideal seria um

crescimento igual de ambas as taxas, sem contar entretanto o montante da população que esta desempregada e o número de pessoas que estão ingressando no mercado de trabalho.

**Gráfico 2**



Fonte: IBGE

\*Em Milhões de Habitantes

Essa precarização das condições de trabalho começaram a ser sentidas no Brasil a partir dos anos 80, pois surgiu pela primeira vez com intensidade o desemprego urbano e teve início a deteriorização das condições de trabalho, com ampliação da informalidade. Neste período, entretanto, foram preservadas as estruturas industriais produtivas, com isso o desemprego e precarização ainda foram relativamente baixos e, sobretudo, vinculados às intensas oscilações do ciclo econômico na década e ao processo inflacionário. O que se conclui deste período é que o desemprego crescia com a retração da atividade econômica e diminuía quando a economia voltava a crescer, mantendo-se estabilizado quando a economia estagnava-se, por isso, no fim da década de 80 o desemprego ainda eram considerados baixos e a deteriorização das condições de trabalho eram pouco acentuadas (MATOSO, 1999).

---

<sup>1</sup> Os dados apresentados sobre o Emprego Formal foram disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego através do Relatório Anual de Informação Social e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e estão especificados no Anexo um deste trabalho.

Para MATOSO (1999), o que ocorre a partir da década de 90 é uma alteração profunda neste quadro. Para o autor não só desempenho produtivo brasileiro foi pequeno e resultante de efeitos de oscilações do ciclo econômico sobre o mercado de trabalho, como a geração de emprego sofreu as conseqüências profundamente desestruturantes de um processo de retração das atividades produtivas acompanhando do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha colocado no lugar outras capazes de substituí-las.

Os dados da tabela um corroboram o que foi defendido pelo autor no parágrafo acima, na década de 90 ocorreu uma significativa queda no número de assalariados com carteira assinada ou de empregos formais, em um período de 10 anos a queda foi de 24,87%. O número de pessoas que passaram a trabalhar sem carteira assinada, ou considerados empregados informais aumentou 46,20% no mesmo período. As pessoas que trabalham por conta própria, também denominadas de autônomas, cresceu em dez anos 32,77% e os empregadores, ou seja, as pessoas que são responsáveis pela oferta de empregos, também denominados de “capitalistas”, cresceu em apenas 11,36%.

**Tabela 1 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação**

<b>Total das Regiões Metropolitanas</b>		
	<b>Dezembro de 1989</b>	<b>Junho de 1999</b>
Empregos Formais	59,5%	44,7%
Empregos Informais	18,4%	26,9%
Autônomos	17,7%	23,5%
Empregadores	4,4%	4,9%

Fonte: (PME/IBGE)

A redução do mercado formal de trabalho, isto é aquele regulamentado pelas leis trabalhistas e integrado aos mecanismos institucionais que garantem proteção ao trabalhador, tais como a Previdência Social, o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e o seguro desemprego pode ser observado na tabela acima.

Segundo as pesquisas do IBGE ou do DIEESE-SEADE, no ano de 2002, mais de 50% dos ocupados brasileiros das grandes cidades se encontram em algum tipo de informalidade, grande parte sem registro e garantias mínimas de saúde, aposentadoria, seguro desemprego, FGTS. Ou seja, três em cada cinco brasileiros ativos das grandes cidades estão ou

desempregados (um em cinco) ou na informalidade (dois em cinco), sendo que destes últimos uma grande parcela apresentava evidente degradação das condições de trabalho e de seguridade social.

Segundo dados do Instituto Datafolha, o Brasil possui cerca de 24 milhões de pessoas nestas condições e deste montante mais da metade trabalham sem registro em carteira, porque não conseguem outro tipo de trabalho. Desta forma, reduziu-se a participação dos assalariados, conformando um verdadeiro processo de desassalariamento, com ampliação da ocorrência de condições de trabalho em que prevalecem situações sem contribuição para a Previdência e, portanto sem acesso a aposentadoria. A corrente de pensamento que defende a teoria de que a inserção brasileira no mundo globalizado foi feita, de forma atabalhoada na década de noventa, sem respeitar uma gradatividade mais consistente, considera esse fator como preponderante para a queda do número de empregos formais, como por exemplo, os dados da tabela um.

Para MATOSO (1999), com a era da internacionalização e da financeirização do capital, os países que adotaram estratégias de inserção passivas e subordinadas nos mercados mundiais pagam um duplo preço. Submetem-se aos novos mecanismos por meio dos quais o grande capital busca maximizar a extração do excedente, ao mesmo tempo que debilitam a produção e o emprego nacional e colocam o trabalho, que em países subdesenvolvidos (como por exemplo o Brasil) nunca alcançaram os níveis de integração dos países avançados, em condições de intensa desestruturação e anomia.

Segundo este mesmo autor, no Brasil as aberturas comercial e financeira jogaram a economia na selva da competição internacional sem qualquer proteção e com um medíocre crescimento da produção. Com essa dinâmica imposta e com o predomínio da esfera financeira e dos credores e com a destruição da produção e do emprego nacional, as grandes empresas tornaram-se debilitadas diante de seus concorrentes internacionais, do setor financeiro e do governo, entanto, estas mesmas empresas se viram fortalecidas relativamente aos trabalhadores, cujo poder de barganha foi ainda mais depauperado pelo desemprego e pela precarização do trabalho. O que se pode concluir é que de uma maneira geral, quanto mais debilitada e subserviente ao governo, às finanças e aos concorrentes são as empresas, mais tendem a exercer de forma autoritária e unilateral o seu acrescido poder junto aos trabalhadores.

O que se percebe é que a partir do movimento recente da economia brasileira estabeleceu-se, então, um forte conluio entre essas empresas e o governo visando assegurar a intensificação da inserção subordinada e garantir que a conta deste processo recaia sobre os trabalhadores. Ressalte-se que aqui não está contemplada as pequenas empresas, em geral estas empresas de pequeno porte sofrem tanto com os trabalhadores formais. O somatório entre o fato das grandes empresas abrirem mão da produção, terceirizando várias atividades e ao mesmo tempo abandonarem linhas de produção, fechar unidades, racionalizar a produção, importar máquinas e equipamentos, buscar parcerias, fusões ou transferências de controle acionário reduzindo custos, sobretudo na mão de obra. Por outro lado, vão aumentar seu lucro não operacional mediante a ampliação de posições no mercado financeiro, eventualmente mais que compensando as perdas pela redução de seus mercados.

O governo ao invés de instituir e combater através de políticas públicas eficientes e direcionadas a articulação de um projeto nacional, passa a propor a intensa flexibilização da legislação que regula o trabalho de maneira a favorecer a desregulação e a redução dos custos empresariais. Como se pode observar nos parágrafos acima, a ideologia predominante foi a de que a inserção brasileira nesta nova doutrina capitalista, também denominada globalização, feita de maneira equivocada, foi a maior responsável pela queda do emprego formal.

Uma outra corrente de pensamento defende que a globalização é um processo irreversível e, portanto, o fator responsável pela queda do emprego formal. Logo formalmente o estado nacional é o responsável pela queda do emprego.

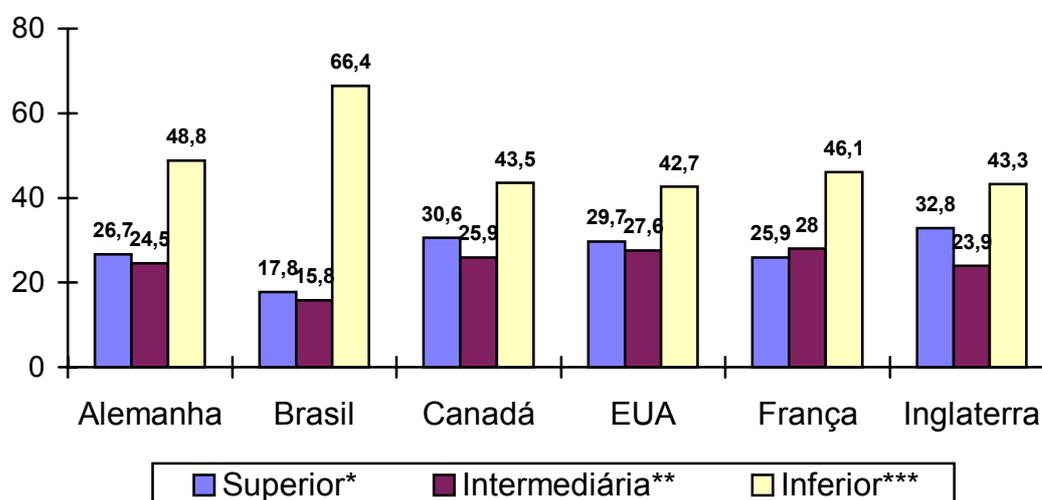
### **2.3 – O Emprego Formal no Brasil recente e a reestruturação produtiva mundial**

POCHMANN (1990), defende a idéia de que para uma primeira aproximação com o tema, procura-se identificar qual seria o sentido da evolução da estrutura ocupacional em países selecionados para, posteriormente, analisar as tendências das ocupações profissionais no Brasil.

O avanço na concorrência intercapitalista e a adoção de um novo paradigma tecnológico estariam provocando alterações significativas nas economias avançadas. Parece não haver

dúvida sobre o crescimento da importância das ocupações caracterizadas como superiores e de postos diretivos, responsáveis pela utilização de trabalhadores com maior exigência de qualificação e escolaridade. Ao mesmo tempo, as profissões inferiores (operações simples e manuais), ainda majoritárias na estrutura ocupacional, estariam perdendo participação relativa. O gráfico um, mostra como estavam compostas na década de 90 as atividades econômicas, segundo a divisão da Organização Internacional do Trabalho (OIT), explicadas no gráfico abaixo. Estes dados mostram a situação de países desenvolvidos da Europa e América do Norte e o Brasil.

**Gráfico 3: Composição ocupacional em países selecionados nos anos 90 (em %)**



\* postos de gerência, direção, planejamento e programação e de nível superior; \*\* postos de controle de supervisão, operadores e administração; \*\*\* postos de atividades simples, manuais e de execução  
Fonte: OIT, 1996.

Deve-se destacar, inicialmente, que há diferenças importantes entre as economias avançadas, principalmente no caso de países como a Alemanha e a França, que apesar dos avanços na adoção do novo paradigma técnico-produtivo, mantêm uma participação relativamente menor para as ocupações profissionais superiores e, por consequência, maior para as ocupações profissionais inferiores.

O Brasil também tenderia a se distinguir da estrutura ocupacional das economias avançadas, pois apresentaria alta concentração de trabalhadores nas ocupações profissionais inferiores e baixa concentração nas ocupações profissionais intermediárias e superiores.

Uma característica importante da mudança na estrutura da ocupação diz respeito à perda de participação relativa das ocupações industriais. A composição das ocupações - ainda que mais dependentes do chamado setor terciário - parece continuar dependendo muito do setor industrial, porém agora mais de forma indireta, já que grande parte dos novos serviços oferecida encontra-se ligados às empresas de manufaturas.

Em outras palavras, a não existência de um expressivo setor de manufaturas dificulta o fortalecimento dos serviços modernos, especialmente aqueles vinculados ao novo padrão técnico-produtivo. Sem a industrialização plenamente desenvolvida o setor terciário tende a ter condições pouco favoráveis para generalizar, por exemplo, as ocupações profissionais superiores e mais qualificadas.

O que pode ocorrer, algumas vezes, é a utilização de trabalhadores qualificados em ocupações com menor grau de exigência profissional, como fenômeno resultante do acirramento da competição no interior do mercado de trabalho e a marginalização dos trabalhadores com baixa qualificação.

Nesse caso, o fato de as ocupações estarem sendo preenchidas por trabalhadores com maior qualificação em detrimento daqueles com menor qualificação pode-se referir muito mais ao estímulo da oferta (existência de força de trabalho escolarizada) do que da demanda de mão-de-obra (empregos de baixa qualificação) (SALM, 1997).

Por conta disso, merece atenção uma breve consideração acerca do comportamento comparado das ocupações no setor industrial nas economias avançadas e no Brasil para um período de tempo mais longo.

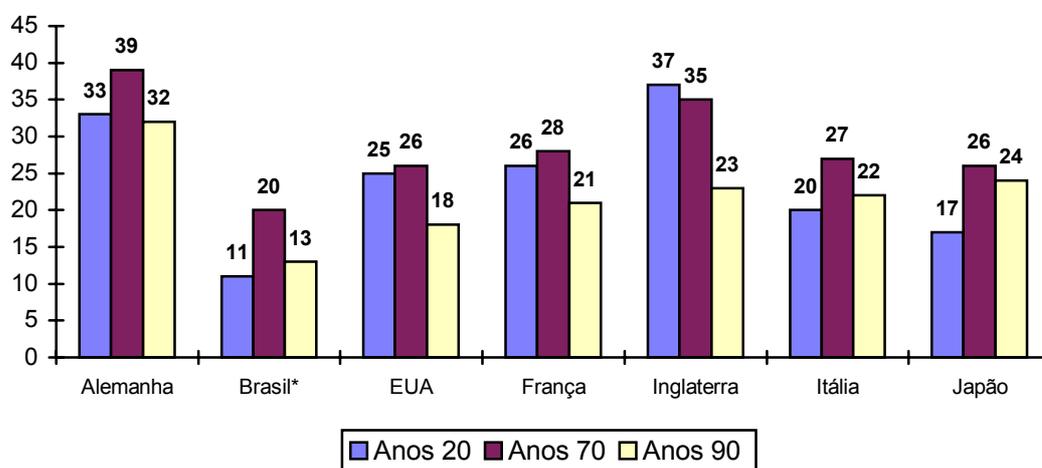
A tendência de redução relativa do emprego industrial pode ser observada com maior clareza no caso da Inglaterra e, com menor ênfase, nos Estados Unidos, que nos anos 70 praticamente mantiveram a mesma participação dos anos 20. Nos demais países, observa-se uma clara queda da participação do emprego industrial nos anos 90, após um crescimento verificado na década de 1970 (POCHMANN, 1990).

O Brasil também registra uma diminuição na participação relativa do emprego industrial no total da ocupação no período recente. Apresenta nos anos 90 uma situação próxima à

verificada na década de 1940, quando o setor de manufatura ainda era primitivo e muito restrito.<sup>2</sup>

O gráfico dois mostra, como se evoluiu o emprego na indústria de transformação comparando-se com o total de empregos existentes em cada país analisado. Este gráfico apresenta dados dos países mais desenvolvidos do mundo e do Brasil.

### Gráfico 4: Evolução da participação do emprego na indústria de transformação no total das ocupações em países e anos selecionados



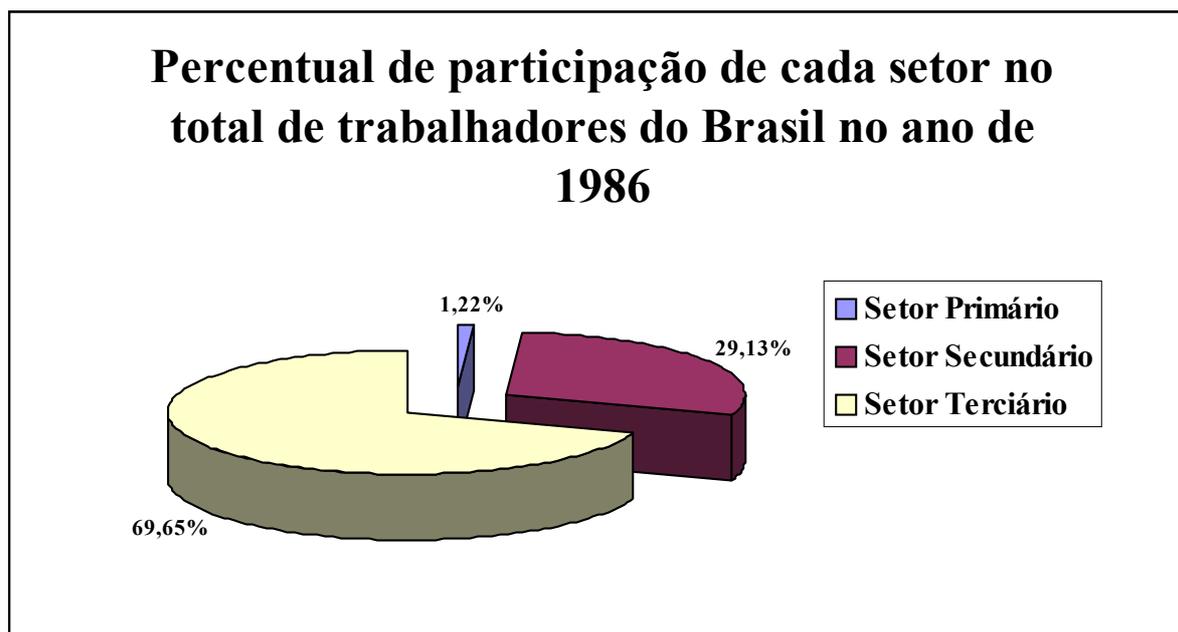
Fonte: Fonte: Castells & Aoyama, 1994; FIBGE.

\*=No Brasil, os dados iniciais referem-se a 1940 e não aos anos 20, como nos demais países.

Devido ao seu ingresso tardio na fase de industrialização, como foi discutido no capítulo um, a economia brasileira terminou por não colher plenamente os mesmos resultados ocupacionais verificados nas sociedades industriais maduras. Reflexo disso é a forte presença, ainda hoje, de ocupações no campo e, cada vez maiores, no setor terciário da economia (POCHMANN, 1997).

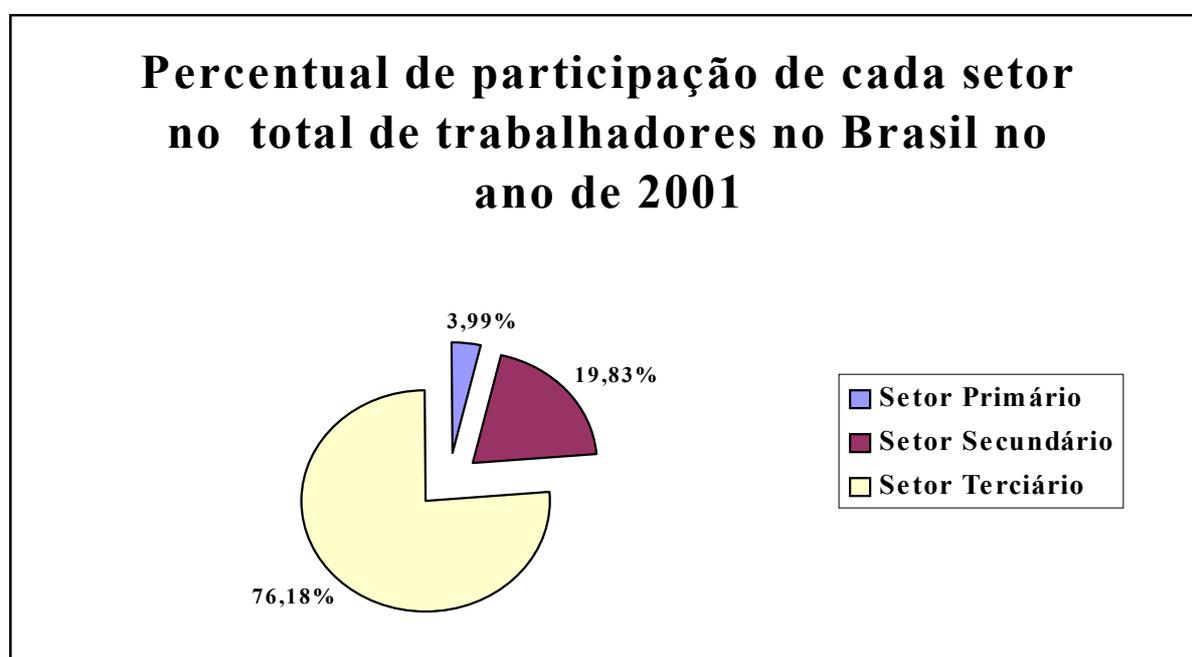
<sup>2</sup> Os dados oficiais nacionais sobre a estrutura ocupacional somente encontram-se disponíveis a partir do censo de 1940.

Gráfico 5



Fonte: RAIS - Mtb

Gráfico 6



Fonte: RAIS - Mtb

Segundo dados do Relatório Anual de Informação Social (RAIS), fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (expostos nos gráficos cinco e seis), no ano de 1986 a indústria participava com 29,13% de todo o emprego com carteira assinada no Brasil. Este

número passou no ano de 2002 a 19,83%, uma queda de quase dez pontos percentuais nos últimos quinze anos. O setor terciário da economia, por sua vez, apresentou um aumento saindo de 69,65% de todos os empregos no Brasil no ano de 1986 para no ano de 2001 empregar 76,18% de todos os trabalhadores formais.

Em números absolutos equívale dizer que foram extintos no setor secundário da economia (indústria) neste quinze anos pesquisados 725.168 mil postos de trabalho, enquanto que no setor terciário como um todo, englobando os setores de construção civil, comércio e serviços foram criados 5.345.125 milhões de novos empregos registrados (Fonte de dados do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil).

Para POCHMANN, 1997, conforme comparação com as economias avançadas, o Brasil não chegou a registrar o mesmo peso do emprego industrial no total da ocupação. Na Alemanha e Inglaterra, por exemplo, quase 2/5 dos empregos existentes chegaram a ser de responsabilidade do setor industrial.

Nos anos 70, durante o auge da expansão do emprego industrial, o Brasil chegou a possuir cerca de 20% do total dos empregos sob a responsabilidade da indústria de transformação. Vinte anos depois, a indústria de transformação passaria a responder por menos de 13% do total da ocupação nacional, muito abaixo, portanto, do patamar de emprego industrial encontrado atualmente nas economias avançadas (no mínimo de 18% do emprego total pertence ao setor de manufatura).

Sem ter apresentado uma estrutura ocupacional semelhante à das economias avançadas, o Brasil, a partir de 1990, passou a registrar novas tendências nas ocupações profissionais, como resultado do processo em curso de reconversão econômica.

Com a mudança da dinâmica industrial voltada ao mercado interno para a motivação dependente de maior inserção competitiva externa, a economia nacional começou a conviver, pela primeira desde os anos 30, com a perda absoluta e relativa de postos de trabalho na indústria de manufatura. Entre as décadas de 1980 e 1990, por exemplo, a economia brasileira perdeu próximo a 1,5 milhões de empregos no setor de manufatura (POCHMANN, 1996).

Para POCHMANN, 1998, em relação ao setor industrial como um todo, que envolve, além do setor de manufatura, a construção civil, verifica-se também uma redução absoluta dos

empregos com carteira assinada. Essa perda somente não foi maior porque as ocupações no setor da construção civil contrabalançaram, em parte, a destruição dos empregos nas empresas de manufatura.

Nesse contexto, qualquer comparação internacional sobre a estrutura ocupacional necessita considerar no Brasil, as distintas bases de evolução do desenvolvimento industrial, inicialmente sustentado pelo setor de manufatura (1930/80) e, recentemente, pelo processo de inserção externa competitiva (pós-1990).

Uma vez identificado o recente movimento de redução do emprego no setor industrial brasileiro, cabe analisar em que medida o setor terciário tem expandido seus postos de trabalho, já que o setor primário (agropecuário) vem, desde os anos 30, reduzindo a sua participação na ocupação total.

Reconhecendo que o setor terciário tende a ser muito heterogêneo e que as definições conceituais existentes a seu respeito nem sempre permitem uma real identificação acerca do seu comportamento, optou-se pela utilização de uma *tipologia* especialmente desenvolvida para analisar as variações ocupacionais urbanas no segmento não-industrial.<sup>3</sup>

Segundo POCHMANN, 1990 a adoção da categoria analítica de serviços e de suas respectivas classes possibilita uma mais adequada distinção das mudanças na composição e evolução ocupacional, bem como uma melhor interpretação acerca das novas tendências das categorias ocupacionais decorrentes do processo brasileiro de reconversão econômica nos anos 90. Para isso, dividiu-se o setor de serviços em 4 classes ocupacionais:

- (i) *distribuição*, como responsável principalmente pelas ocupações em comunicação, transporte e comércio;
- (ii) *produção*, como o segmento moderno da sociedade pós-industrial, envolvendo as ocupações de atendimento dos insumos e serviços diretos à produção industrial;
- (iii) *social*, como responsável pelas ocupações de atendimento ao consumo coletivo, envolvendo a educação, segurança e saúde; e
- (iv) *pessoal*, como responsável pelas ocupações de atendimento ao consumo individual, envolvendo lazer, alimentação e embelezamento.

---

<sup>3</sup> A literatura que serviu de base para o acompanhamento da evolução das ocupações nos setores urbanos não-industrial pode ser encontrada em: Singelmann, 1978; Castells & Aoyama, 1994.

A transposição dessa tipologia para as economias avançadas permite perceber que a queda na participação relativa do emprego nos setores industrial e agropecuário tem sido contrabalançada, em parte, pela evolução das ocupações formais no setor de serviços.

Embora sejam quase todas as classes de serviços que aumentam a participação relativa no emprego total, salvo redução nos serviços de distribuição na Alemanha, Estados Unidos e Japão, deve-se destacar a situação especial dos serviços de produção.<sup>4</sup>

Entre as décadas de 1970 e 1990, por exemplo, os serviços de produção aumentaram, em média, 50% a sua participação relativa na estrutura ocupacional, indicando novas oportunidades ocupacionais associadas às mudanças do paradigma técnico-produtivo.

As demais classes de serviço - que podem ser consideradas tradicionais na estrutura de ocupações das economias avançadas - apresentaram comportamentos recentes não muito diferenciados.

Como se pode observar pela tabela dois, a classe de serviços de produção, que mantinha uma participação residual na estrutura ocupacional, passou a ter importância destacada nas economias avançadas nesse final do século XX. Para a realidade brasileira, entretanto, a situação do setor de serviços não registra o mesmo comportamento.

---

<sup>4</sup> Os serviços de produção são destacados pela literatura especializada como portadores da modernidade promovida pelo novo paradigma técnico-produtivo. Representam as possibilidades de generalização da produção industrial a partir de uma rede de apoio que determina decisivamente a plena aplicação e desenvolvimento das novas tecnologias. Por conta disso, os serviços de produção tendem a expressar as exigências de novas ocupações profissionais, com trabalhadores multifuncionais e mais qualificados, ao contrário das demais classes de serviços. Sobre isso ver: Castells & Aoyama, 1994; Daniels, 1993; Gallart & Novick, 1997.

**Tabela 2: Evolução da distribuição dos empregos por setor econômico em anos e países selecionados (em %; total = 100,0)**

País/Ano	Agropecuária	Total da Indústria	Serviços				
			Total	Distribuição	Produção	Sociais	Pessoais
<b>Alemanha</b>							
- Anos 20	33,5	38,9	27,6	11,9	2,1	6,0	7,7
- Anos 70	8,7	47,1	44,2	17,9	4,5	15,7	6,1
- Anos 90	4,1	40,3	55,6	17,7	7,3	24,3	6,3
<b>Brasil</b>							
- Anos 40	66,7	12,8	20,5	8,8	1,1	4,7	5,9
- Anos 70	30,8	27,5	41,7	16,7	1,7	14,2	9,1
- Anos 90	20,9	19,6	59,5	39,3	1,2	14,6	5,6
<b>EUA</b>							
- Anos 20	28,9	32,9	38,2	18,7	2,8	8,7	8,2
- Anos 70	4,6	33,0	62,4	22,4	8,2	22,0	10,0
- Anos 90	3,5	24,7	71,8	20,6	14,0	25,5	11,7
<b>França</b>							
- Anos 20	43,6	29,7	26,7	14,4	1,6	5,3	5,4
- Anos 70	10,3	37,3	52,4	19,3	6,5	19,4	7,2
- Anos 90	6,4	29,5	64,1	20,5	10,0	23,5	10,1
<b>Inglaterra</b>							
- Anos 20	14,2	42,2	56,4	19,3	2,6	8,9	12,9
- Anos 70	4,7	35,7	59,6	19,9	7,5	24,2	8,1
- Anos 90	3,3	27,3	69,4	20,6	12,0	27,2	9,7
<b>Japão</b>							
- Anos 20	56,4	19,6	24,0	12,4	2,6	4,9	5,7
- Anos 70	14,2	33,7	52,1	25,2	6,0	11,6	9,2
- Anos 90	7,2	33,7	59,1	24,3	9,6	14,3	10,2

Fonte: Castells & Aoyama, 1994; FIBGE.

Historicamente, o setor de serviços como um todo já apresentava na economia brasileira um inchamento, influenciado pelo efeito combinado do drástico êxodo rural com a geração de empregos no setor industrial insuficiente ao universo de trabalhadores disponível no mercado de trabalho urbano. Em função disso, as alternativas de ocupação e renda no meio urbano terminaram sendo direcionadas para o chamado setor informal (setor da economia em que os trabalhadores não possuem carteira de trabalho assinada), que abrigava parcelas expressivas de trabalhadores nas ocupações de serviços, sobretudo na classe de distribuição (comércio, comunicações e transportes).

As demais classes de serviços apresentavam peso relativamente menor na estrutura de ocupação, bem inferior ao das economias avançadas. Os serviços sociais, que em países como a Alemanha e os Estados Unidos absorvem cerca 1/4 dos empregos existentes representam no Brasil menos de 15% do total das ocupações. Na década de 1990, os serviços passaram a responder por mais postos de trabalho, sem compensar, entretanto, a destruição

dos empregos verificada tanto no campo quanto na indústria. Atualmente, o aumento do desemprego aberto (desemprego que considera as pessoas que possuíam carteira de trabalho assinada e que agora não possuem mais), reflete justamente a incapacidade da economia brasileira gerar expressivos postos de trabalho, não obstante o setor de serviços continuar absorvendo uma parte dos trabalhadores que anualmente ingressam no mercado de trabalho e que são demitidas dos setores industrial e agropecuário (POCHMANN, 1990).

A classe de serviços que aumentou fundamentalmente o seu peso no total da ocupação no Brasil foi a de distribuição, já que os serviços sociais praticamente mantiveram sua posição relativa e as classes de produção e de serviços pessoais regrediram relativamente. Nesse sentido, convém destacar que a classe de serviços de produção, que já representava uma parcela relativamente pequena dos trabalhadores ocupados, passou a diminuir ainda mais a sua participação no total dos empregos nos anos 90. Esse fato revela que a evolução ocupacional está se distanciando muito da experiência recente das economias avançadas que, ao difundirem o novo paradigma técnico-produtivo, terminam expandindo rapidamente os serviços de produção.

Com base nas informações existentes, observa-se que o processo de reconversão econômica impõe à composição ocupacional brasileira mudanças estruturais. Diante da fragilização das empresas de manufatura, ocasionada pela substituição de parcela importante da produção industrial nacional por estrangeira e pelo ambiente competitivo interno muito desfavorável (juros reais altos, valorização cambial e ausência de política industrial efetiva), percebe-se que a nova tendência nas ocupações profissionais no Brasil não expressa claramente a adoção generalizada do novo paradigma técnico-produtivo. Com as mudanças na estrutura produtiva nacional nos anos 90, a composição da ocupação passou a acusar uma acentuada diminuição dos empregos industriais e um aumento dos postos de trabalho no setor de serviços de distribuição. Na classe de serviços de produção, que expressa os esforços de adoção do novo paradigma técnico-produtivo, há queda na participação ocupacional.

## 3 – INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO E DE EMPREGO

### 3.1 – Noção de indicadores

Existem diferentes definições para o significado de um indicador. Desde as mais simples que o consideram como um parâmetro que fornece as informações sobre um dado fenômeno até aquelas que atribuem significados ampliados e representatividades específicas para um indicador. De qualquer modo ele é um instrumento que deve permitir a percepção de um dado fenômeno ou de uma condição, de forma simplificada, compreensível e comparável. Alguns autores salientam também a sua importância como um sinal antecipativo de algum tipo de ocorrência, ressaltando o seu caráter preventivo. Pode-se, assim, constatar algumas características dos indicadores que são essenciais na percepção do potencial que podem oferecer. Dentre elas, transparece a sua origem em dados estatísticos, o seu caráter de sintetização de informações complexas, a sua função particular de detectar fenômenos antecipadamente e a sua atribuição de ser facilmente compreensível por seus usuários (SILVA, 2000).

Para MILANEZ (2002), é muito importante que os indicadores sejam interpretados de forma integrada com outros quesitos complementares para que se possa assegurar a consistência e a abrangência das informações obtidas. Alguns autores consideram que indicadores econômicos tais como o PIB, o PNB e seus equivalentes internacionais, que vinham sendo utilizados erroneamente como indicadores de qualidade de vida, acabavam por conduzir a políticas equivocadas. Um bom exemplo desse tipo de distorção pode ser ilustrado pelo caso do vazamento do petroleiro Exxon Valdez, no Alaska, há quase uma década. Esse fato fez com que aumentasse de forma perceptível o *GNP – Gross National Product* do país, em função da demanda por diversos trabalhos necessários na superação dos efeitos gerados por tal impacto. Neste caso os indicadores econômicos eram positivos, mas os ambientais não, ilustrando claramente como que o enfoque de apenas um aspecto pode camuflar ou distorcer a realidade.

Além desta ampliação analítica possibilitada pela comparação entre quesitos relativos aos aspectos econômicos, sociais e ambientais, tem-se também a possibilidade de monitoramento de um determinado indicador ao longo do tempo. A interpretação de uma dada condição

também se amplia ao se estabelecer comparações temporais. Pode-se obter determinados resultados para indicadores que se cortejados a outros locais não estejam satisfatórios, mas que se forem comparados com outros do mesmo local em um tempo anterior, pode explicitar uma condição de melhoria progressiva.

É sob esse enfoque que se considera o fato dos indicadores serem uma tendência ou um processo a ser permanentemente construído e avaliado não como uma condição definitiva e acabada. Os outros ingredientes essenciais à sua compreensão referem-se às escalas temporais e espaciais de consideração, de forma a compatibilizar-se os princípios e diretrizes estabelecidas com a especificidade do contexto adotado.

A primeira questão que se pode observar tendo como objetivo a definição de indicadores, é primeiramente separar alguns conceitos e definições para que se possa chegar a um melhor entendimento, sem os conceitos de dados.

Pode-se constatar que os dados são informações Brutas, sem nenhum embasamento teórico. E os indicadores apresentam um certo grau de sistematização. Os indicadores mostram alguma informação e conseguem representar e transmitir aspectos dos fenômenos estudados ou da instituição gerida. Podemos dizer em outras palavras que os indicadores são pequenas quantidades de informações que refletem o panorama de situações maiores e mais complexas. Quando algum conjunto de informações não pode ser mensurado diretamente ou em sua totalidade, utilizam-se indicadores para que se possam fazer essas condições (TYLER NORRIS ASSOCIATES et al., 1997).

Os índices consistem em um grupo especial de indicadores. Eles são formulados quando se busca uma visão mais sintética e simplificada de um fenômeno, ou conjunto de fenômenos. Quando se quer obter algum índice, devem-se combinar vários indicadores dos mais diferenciados de maneira que satisfaçam os objetivos perseguidos pelos seus pesquisadores. A partir do objetivo pré-definido, podem ser criados vários índices, utilizando-se inúmeros indicadores (MILANEZ, 2002).

Para a elaboração de índices, algumas precauções são necessárias. Esta elaboração deve ser sempre realizada com extremo cuidado, seguindo rigores estatísticos e matemáticos. Dificilmente consegue-se representar muitos fenômenos através de um único valor, correndo-

se o risco da criação de um índice que não seja capaz de retratar nenhum destes fenômenos com a precisão necessária para um melhor entendimento do mesmo.

Para BOSSEL (1999), a necessidade de mais de um indicador para captar todos os aspectos importantes de uma situação, um único indicador não consegue retratar com toda fidelidade a situação real.

GRANADOS & PETERSON (1999) afirmaram que uma das fraquezas dos índices é que os dados podem ser perdidos ou escondidos no processo de agregação, além disso, diferentes cenários podem levar ao mesmo valor dos índices. Dessa forma, ao se perceber a modificação de um índice para valores não desejados, corre-se o risco de não se conseguir identificar o problema para correção.

Por fim, MEADOWS (1998) ressaltou que por haver diferentes pessoas trabalhando com problemas diferentes e precisando de diferentes informações, não se definiria um índice único e global. “Portanto, ao invés de um índice único o que precisamos é um sistema de informação [...] para informar os vários tomadores de decisão nos diferentes níveis com diversos objetivos relacionados com a sustentabilidade e o desenvolvimento”.

O objetivo da utilização de um ou mais indicadores, esta relacionada à necessidade de medição de um fenômeno, seja para um simples conhecimento de caso ou para que algumas decisões sejam tomadas, possibilitando futuras intervenções que venham a ser realizada. Utilizando-se os conhecimentos embutidos nos indicadores podem ser observadas algumas realidades e constatações que persuadirão tomadas de decisões ou intervenções que venham a ser realizada.

No âmbito de qualquer instituição, seja ela estatal ou privada é grande o número de informações e de fenômenos que precisam ou que venham precisar ser monitorados e de informações que necessitam ser processadas e analisadas, para que se possa melhorar a gestão tornando-a mais eficiente e eficaz.

A principal razão para se medir o desempenho de um sistema organizacional é apoiar seu processo de melhoria. Realizam-se medições porque estas dirão qual a capacidade do sistema e o que pode ser esperado dele. Além disso, as medições fornecem o *feedback* necessário para a avaliação de uma intervenção.

Entre os objetivos das medições, SINK & TUTTLE (1993) citaram: controle, realização de previsões, análises de variações, estimativas de custos, planejamento, avaliação de pessoal, controle de qualidade, planejamento de ações, gerenciamento de projetos, análise e gerenciamento orçamentário, decisões sobre investimento, análise de custo e benefício, análise econômica, garantia de implementação de estratégias e motivação. Sendo, portanto, a medição e o uso de indicadores necessários em qualquer processo de gestão.

A ampliação da discussão sobre indicadores para abranger também outras dimensões da sustentabilidade, além da econômica tem uma origem recente. Indicadores e índices sempre foram bastante utilizados na administração pública, em diferentes esferas, fosse orientando a gestão e a tomada de decisões, fosse permitindo a comunicação com a população. Estatísticos e formuladores de políticas econômicas desenvolveram e difundiram uma série de indicadores, que acabaram tornando-se tradicionais, como produto interno bruto, renda nacional, taxa de desemprego etc.

A mudança do enfoque dos tomadores de decisão e da sociedade dos problemas exclusivamente econômicos fez com que outros indicadores se fizessem necessários. “Indicadores surgem de valores (nós medimos aquilo com o que nos importamos) e criam valores (nós nos importamos com o que medimos) (MEADOWS, 1998)”.

A partir do próximo tópico serão discutidas a relação dos indicadores com a esfera de Poder Público local, visando atingir no último tópico deste capítulo os indicadores de emprego que serão o foco maior de atenção deste trabalho.

### **3.2 – Indicadores na Esfera Municipal**

A formulação de indicadores e índices, principalmente aqueles voltados para os desempenhos econômicos, vem sendo praticada em diferentes países há muitas décadas. Essas informações têm proporcionado uma visão geral das condições de um dado local, em relação ao nível de emprego, taxas de inflação, balança de pagamentos, dívidas do setor público, produto interno bruto, entre outros. No entanto, isoladamente, têm se mostrado insuficiente como uma base de dados que permita uma apreensão mais completa da realidade.

A peculiaridade observada nas últimas décadas reside na importância gradativa que tem sido dada à implementação de indicadores que forneçam dados mais abrangentes, de forma a possibilitar análises e avaliações de tendências de alteração ou de transformação no meio físico e social. Esse recurso teve o seu grau de importância imensamente potencializado com o incremento do processo de urbanização das sociedades contemporâneas, na medida em que o fenômeno urbano e seus imperativos econômicos têm sido agentes fundamentais nos efeitos nefastos provocados por uma apropriação predatória do meio ambiente (SCHUMACKER, 1973).

Nos últimos 10 anos o quadro institucional brasileiro tem sido alterado de uma forma extremamente brusca. O comportamento dos agentes e das instituições tem sido também alterado nesses anos com a mesma intensidade. A organização dos setores privado e público tem procurado recriar suas atuações mudando suas formas de gestão, uma vez que, os métodos tradicionais de gerência não capacitam tais organizações a atender suas demandas.

Para GOODLAND (1999), na esfera privada, dada a lógica da produção, a administração através de indicadores econômicos, financeiros, de qualidade etc, foi sempre difundida e empregada. Porém, na esfera pública esta matéria é de certa forma novidade. A difusão de indicadores de toda variedade tem sido propagada de maneira a orientar as políticas, sobretudo públicas. O esforço para compreender tal propagação escapa aos objetivos desta comunicação, mas deve-se colocar que, segundo nosso entendimento, a difusão de conhecimentos em torno de indicadores, demonstra uma nova postura administrativa que permite uma aproximação importante entre os gestores de políticas públicas e os cidadãos.

Para ACSELRAD (1999), a proposição de indicadores, no entanto, é precedida pela definição de seus princípios e prioridades de um município ou região. A natureza do indicador dependerá, portanto, do que deve ser tratado enquanto problema crucial e obstáculo ao desenvolvimento sustentável. No caso brasileiro, a desigualdade da distribuição de renda e o desemprego são os elementos cruciais que deve ser enfrentado. Neste trabalho de dissertação de mestrado daremos um maior enfoque aos problemas relacionados com o emprego.

Porém, existem limites bastante acentuados na esfera municipal para que um conjunto de políticas públicas tenha o alcance e efeito de multiplicação desejado em relação à desigualdade. Outras instâncias de governo, como Estados e Federação, podem proporcionar

uma melhoria na qualidade do emprego ou na distribuição de renda, dado o alcance e a diversidade de suas políticas (ACSELRAD, 1999).

Desse modo, as cidades têm apresentado um duplo aspecto de considerações que se manifesta de forma conflitante e contraditória. O primeiro deles caracteriza-se pelo seu lado atrativo e sedutor, como o espaço de concentração das informações, das oportunidades de desenvolvimento pessoal, profissional ou empresarial, além das possibilidades de atendimento das necessidades de conforto de seus moradores. No segundo aspecto tem-se a consequência, nem sempre benéficas, da apropriação desses espaços que se caracteriza pela aglomeração e pela expansão de seus territórios muitas vezes provocando as poluições da água, do solo e do ar, as alterações climáticas, as enchentes, os congestionamentos de tráfego, os problemas com as deposições do lixo e outras mazelas mais (SILVA, 2000.)

Para SILVA (2000), como duas faces da mesma moeda, os efeitos nefastos podem ser constatados tanto pela degradação dos ambientes físicos urbanos que atingem a cidade como um todo, como pela precariedade das condições de vida de amplos contingentes sociais que neles habitam e que não usufruem os seus benefícios e comodidades. A falta de recursos financeiros de amplos segmentos da população é uma das principais causas desta exclusão que é socioespacial ou territorial. Essa condição se concretiza com as dificuldades de aquisição de lotes adequadamente urbanizados com sistemas completos de saneamento básico, de transporte coletivo, de coleta de lixo e de outros recursos que são de fundamental importância para se proporcionar o tão almejado conforto, segurança e bem-estar das populações urbanas. A conjunção desses fatores pode resultar em degradação ambiental, em distúrbios e inseguranças sociais, nas precárias condições de habitação, em insuficiência na oferta de infra-estrutura e de serviços e no comprometimento da qualidade de vida. É dentro desse quadro de considerações que se explicita a importância da construção de meios de superação tanto de tendências à deterioração ambiental e seus impactos à vida, como à degradação social e suas implicações na preservação da integridade do ambiente natural.

O referencial de indicadores quando aplicado às cidades pode fundamentar determinados procedimentos que visam tratar de maneira mais abrangente e integrada os vários aspectos que interagem na dinâmica dos meios urbanos. Se inicialmente essa noção estava mais restrita à esfera ambiental, nos últimos anos essa limitação foi extrapolada para os campos econômicos, sociais e políticos, denotando os estreitos vínculos entre essas diferentes abordagens.

Sob tal perspectiva, é necessário que se promovam gestões públicas democraticamente participativas e conscientes desta visão integrada dos problemas urbanos de forma a se contemplar soluções que superem o imediatismo, possibilitando a construção de um curto prazo comprometido e embasado também com o longo prazo. As ações e intervenções a serem implementadas devem buscar corresponder a uma estratégia que viabilize uma sociedade menos desigual e mais justa, com a realização do potencial econômico que possa gerar trabalho e renda em um meio ambiente saudável que respeite a capacidade de carga dos ecossistemas.

A crescente difusão das idéias que compõem o repertório da “sustentabilidade” ou mesmo do denominado “desenvolvimento sustentável” tem buscado a construção de princípios ou de diretrizes de ação que incorporados em determinados instrumentos de gestão possam proporcionar uma relação mais harmoniosa e duradoura entre as atividades humanas e o meio físico e social onde se inserem. Embora muitos aspectos dessas atividades que se desenvolvem no meio urbano dependam de outras instâncias de gestão, de âmbito estadual ou federal, é na esfera municipal que se definem passos importantes nas políticas públicas que afetam diretamente os cidadãos de uma dada localidade (SILVA, 2000).

Assim, aumenta-se a relevância da inserção de mecanismos participativos da população na definição das políticas a serem implementadas bem como no monitoramento das condições de um dado contexto urbano. Para a obtenção dessa compreensão é essencial que se obtenham dados que possibilitem a tradução desta realidade por meio de sua mensuração e do acompanhamento de sua evolução no tempo e no espaço.

Existem muitas alternativas possíveis de criação e implementação de instrumentos balizadores dos aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos e as suas diferentes interações, que nesse contexto foram denominados e enfocados como **Indicadores de Sustentabilidade Urbana**. Uma apreensão mais completa do potencial representado por um projeto dessa natureza provavelmente só será revelado com maior precisão ao longo do tempo, conforme se desenvolvam as suas sucessivas aplicações. Trata-se de um tipo de experiência ainda recente na trajetória que busca novos meios para o incremento da qualidade de vida das populações urbanas e para o aprimoramento das gestões públicas. Nesse sentido, as experiências já implementadas e as que ainda estão por vir a ser, devem conquistar um maior grau de maturidade e aperfeiçoamento conforme incorporem uma

dinâmica que permita uma permanente assimilação recíproca entre as contribuições da teoria, que discute e reflete, e da prática, que intervém e realiza (SILVA, 2000).

Para SILVA (2000), a perspectiva do longo prazo, mesmo que eventualmente possa parecer tão remota, só pode ser construída a partir do somatório dos passos produzidos no presente, de tal modo que a sua qualidade seja refém das condições que se criem dia após dia. Diante da argumentação de alguns autores de que as cidades são na sua essência insustentáveis, pode-se também supor que, inversamente, elas possam ser bem mais sustentáveis do que se apresentam hoje.

### **3.3 – Indicadores de Emprego**

Entre os diversos indicadores, os econômicos se destacam devido às circunstâncias provocadas pela atual política econômica que tem mantido uma elevada taxa de desemprego em todas as regiões do País, sem exceção. Por outro lado, a condição de geração de emprego consiste por si só em um indicador de sustentabilidade.

Nos últimos anos, a capacidade de geração de empregos tem estado atrelada à política de metas inflacionárias, deixando pouco espaço para políticas de expansão do produto. A exposição da economia à concorrência externa tem sido a conduta dominante, nesta década, para elevar os padrões de desempenho e proporcionar o desenvolvimento econômico. No entanto, o aumento do grau de competitividade que foi imposto à estrutura produtiva brasileira nos anos 90 não foi acompanhado de políticas públicas que atendessem às exigências derivadas do maior grau de competição. A lógica instituída é perversa, sobretudo porque as organizações privadas realizando um esforço de adaptação encontram os seus limites muito rapidamente, haja vista, a carência de recursos humanos especializados, só para citar um exemplo. De outro lado, a privatização que muito provavelmente tem proporcionado maior eficiência à economia, tem elevado os custos indiretos de produção, no momento em que ocorre queda da renda e do produto nacional, acentuando a concentração de renda.

Um outro obstáculo à adaptação é a falta de clareza da gestão pública em propor políticas adequadas, no caso de municípios, capazes de contribuir para o desenvolvimento, sobretudo sustentável. O alcance das políticas nas instâncias municipais tem, um alcance limitado para definir prioridades se comparado ao poder do Estado e da Federação (ACSELRAD, 1999).

Um primeiro desafio a ser enfrentado é o desconhecimento que um município tem em relação a si mesmo. Suas instituições entrelaçadas pelos propósitos públicos e privadas deixam de cumprir e exercer atividades que lhe são pertinentes, transferindo a responsabilidade para as prefeituras. Este traço é reforçado pela postura personalista do gestor que, centraliza as decisões, e, nesta instância, também entrelaça os propósitos públicos e privados (DUNFORD, 1996).

Distantes de seus objetivos, não há motivos para a ação de conhecer e de criar instrumentos de monitoramento da realidade que, em última instância, subsidiariam políticas para a reflexão sobre o meio.

Para ACSELRAD (1999), a construção de indicadores, supostamente, cumpriria a função de demonstrar, indicar uma dada situação. Por outro lado, o uso do recurso orçamentário estaria atrelado à melhoria dos indicadores segundo o desejo do contribuinte.

Para DUNFORD (1996), a implantação de indicadores que permitam o acompanhamento da atividade produtiva em um município deve ser precedida por um diagnóstico sócio-econômico da localidade. O diagnóstico compreende a coleta de um complexo de variáveis que, organizadas, permitem compreender a dinâmica social e econômica de um município ou região.

A obtenção das variáveis não se restringe à coleta de fontes secundárias. Fontes primárias, através de pesquisa de campo e entrevistas qualitativas também fornecem subsídios importantes à elaboração do diagnóstico. As pesquisas de campo e as entrevistas contribuem com elementos fundamentais para a formação de opinião do pesquisador e a escolha dos indicadores adequados.

Os indicadores significam quocientes que demonstram através de simplificação a evolução de uma situação. Limites superiores e inferiores podem ser estabelecidos, sinalizando a necessidade ou não de intervenção, alteração de política, de grau etc. Indicativos sinalizam apenas uma situação ou uma tendência. Antes de instituir indicadores é importante instituir indicativos que podem ser extraídos a partir de um diagnóstico econômico de um município (DUNFORD, 1996).

O perfil econômico de uma localidade é extraído a partir do entendimento da complexidade da atividade econômica, que se define pela intensidade de desenvolvimento das forças

produtivas dos setores econômicos. Não existem leis que determinem simetria na velocidade de incorporação de tecnologia pelos setores econômicos, em suas dinâmicas alocativas e eficiência no uso dos recursos. O correto entendimento das dificuldades enfrentadas pela atividade econômica do município é pré-condição para que seja construída uma determinada ação. A amplitude da ação, setorial, por exemplo, dá margem para a criação de indicadores econômicos. O que precede a proposta imediata do indicador é a pesquisa – diagnóstico, que utilizando uma metodologia adequada, indica problemas em uma certa atividade ou setor econômico (ACSELRAD, 1999).

Difícilmente, um município está isolado economicamente em sua região. Para fins de análise, podemos reduzir a interação econômica de um município a duas condições: 1. Pólo de atração; 2. Polarizado. O posicionamento no diagnóstico do município na sua região é fundamental porque permite uma ação institucional – entre prefeituras, integrada. A compreensão deste posicionamento facilita a ação de outras instituições a estabelecerem políticas de cooperação quando o obstáculo enfrentado por uma atividade ou setor é similar.

Em resumo, o diagnóstico deve propiciar o entendimento dos obstáculos vivenciados pelos diversos agentes econômicos do município e no seu entorno.

A partir do diagnóstico pode-se idealizar a construção de indicativos na área produtiva, que em geral, pertencem a duas ordens: 1. microeconômico; 2. macroeconômico. Os indicativos de primeira ordem são estabelecidos para servirem de referência da capacidade de utilizar os recursos e fornecer bens e serviços. Apesar de serem micro são bastante gerais e informam sobre tecnologia empregada, qualificação dos empregado(s) e proprietário(s), natureza da gerência – propriedade e gestão, tipologia dos produtos e serviços, mercado consumidor, controles de custos e preços e tipologia de concorrência que enfrenta.

Os indicativos de segunda ordem são estabelecidos para servirem de referência quanto ao grau de fragilidade do(s) setor(es) do município frente aos choques de oferta e demanda. Assim, as flutuações das vendas, dos custos, dos lucros, e emprego ilustram o desempenho das atividades econômicas da localidade.

Um recorte para estudar a economia local pode ser feito através da identificação de suas cadeias produtivas existente em um município.

Neste capítulo, entretanto, vamos nos ater a triar os indicadores relacionados ao emprego já existentes na literatura.

### 3.4 – Principais indicadores de emprego na literatura

Neste tópico pretende-se levantar o maior número possível de indicadores que tratem da questão do emprego. Objetiva-se com isso encontrar dentro da literatura especializada **indicadores secundários**, passíveis de serem aplicados, seguindo as diretrizes de sustentabilidade sócio-econômica.

A reflexão sobre a tendência do desenvolvimento em função da taxa de crescimento econômico implica em explorar com certa profundidade os elementos teóricos que suportam esta relação. Em primeiro lugar, a expansão do PIB e sua relação com a população estão longe de indicar desenvolvimento. Embora a medida seja uma *proxy* internacionalmente comparada, sabemos que se pode criar sua antítese, através da oposição entre a renda apropriada pelos mais ricos e pelos mais pobres. Em segundo lugar, há uma ampla aceitação de que a escolaridade, produtividade e salário real “andam juntos”. Todavia, devemos ponderar a relação em vista da existência de pelo menos duas categorias do trabalho: qualificado e desqualificado. Para o primeiro, esta relação é aplicável, enquanto para o segundo não é. Não é verossímil a relação para a unidade trabalho.

Dunford (1996) trabalhou com estas duas dimensões, da renda per capita e do trabalho, ou seja, de sua produtividade. Preocupado com o comportamento das disparidades regionais na Europa unificada, destacou duas relações fundamentais da relação desenvolvimento-crescimento: a primeira, a razão entre produto e população ocupada, ou seja, a produtividade; e a segunda, a razão entre população ocupada e a população total residente, que denominou de potencial de utilização de recursos humanos. Nesta segunda está a medida de operacionalização do desenvolvimento social que estaria sendo alcançado junto com ganhos de produtividade, e não às custas destes. Desta forma, o autor efetua uma decomposição do indicador clássico de renda per capita, tornando-o mais acurado para identificar faixas de maior ou menor desenvolvimento medido a partir do emprego entre regiões, ou seja, a partir da demanda e não da oferta. Tecnicamente, a relação:

$\frac{pib}{população}$  é expressa pela multiplicação da produtividade,  $\frac{pib}{populaçãopregada}$  pela

taxa de ocupação  $\frac{populaçãopregada}{população}$ . Assim:

$$\frac{pib}{população} = \frac{pib}{pop. empregada} \times \frac{pop. empregada}{população}. \quad (1)$$

(a)

(b)

(c)

Com esta simples decomposição dos fatores que constituem o produto per capita Dunford (1996), criou um instrumento para avaliar quanto da população total é mobilizada para a produção de riqueza, em paralelo à dimensão da produtividade decorrente desta mobilização. Implícito nesta decomposição está o argumento de que ganhos de produtividade são essenciais, sim, para o crescimento econômico, mas são insuficientes como parâmetro para o desenvolvimento, podendo promover relevantes disparidades de renda interpessoais (à medida que não se comprometa com a taxa de desemprego) e inter-regionais (em vista dos conhecidos padrões regionais de especialização setorial).

Apesar da objetividade dos cálculos, muitos são os fatores que interferem nos dois quocientes que produzem o produto per capita. No que tange ao cálculo de produtividade, há o espectro de preços relativos, produção física e ganhos (lucratividade setorial). A taxa de emprego, por sua vez, depende do crescimento populacional, das convenções que regulam as relações capital-trabalho, o mercado de trabalho e proteção social, das características etárias e de gênero da população, além da escolaridade e qualificação profissional.

Os choques produzidos pelas reformas econômicas e institucionais nos anos 90 no Brasil exigiram maior produtividade da força de trabalho sem imediato impacto nos salários. A transformação da estrutura ocupacional deste mercado, com a introdução de novas profissões, exigências maiores com relação a experiência profissional, atributos pessoais como liderança, senso cooperativo e descentralização das decisões, não foi acompanhada de aperfeiçoamento da estrutura institucional responsável pela formação da mão de obra. Nesta lacuna, cresceu a disparidade entre trabalho qualificado e pouco qualificado ou desqualificado. Além do mais, outro tipo de trabalho desapareceu, aquele que sucumbiu às transformações do meio produtivo, geralmente característico do tipo de desemprego

estrutural. Neste sentido, as elevadas taxas de desemprego aberto na década 90 passaram a ter um componente estrutural muito forte.

A produtividade e as condições que a determinam são, contudo, cruciais ao crescimento econômico. A variação do produto depende especialmente da produtividade, enquanto o nível do produto depende dos gastos, especialmente, dos investimentos. Considerando esta importância, fazemos uso da expressão abaixo que denota a variação do produto,  $\Delta Y$ , que é dada por:

$$\Delta Y / Y = \Delta A / A + ak\Delta K / K + an\Delta N / N \quad (2)$$

(a)            (b)            (c)

As variáveis K, N, A, ak e an são, respectivamente, capital fixo, emprego, produtividade, elasticidade do produto com respeito ao capital e elasticidade do produto com respeito ao trabalho. A equação (2) é conhecida como a equação contábil do crescimento. O ganho de produtividade da economia é o resíduo da diferença entre:

$$\Delta A / A = \Delta Y / Y - ak\Delta K / K - an\Delta N / N \quad (3)$$

Fatores microeconômicos definem o componente (b) da equação (2), como a escolha da tecnologia, avaliação do mercado e das condições de financiamento; o mercado de trabalho define (c), estabelecendo os salários.

Retomando a equação (1), a expressão de valores pela relação PIB/população ocupada é uma síntese de decisões empresariais em função do meio competitivo. As mudanças no marco regulatório da economia e o conjunto de reformas interferiram em quatro variáveis que determinam a produtividade no Brasil: 1. a tecnologia adotada, promovendo a modernização do parque produtivo da economia; 2. os métodos de gestão e de qualidade; 3. os salários pagos; e 4. as mudanças no perfil da demanda por formação e qualificação profissional.

A questão, porém, é que a assimetria característica no desenvolvimento dos fatores produtivos e de outros recursos que definem a capacidade das regiões responderem, em termos produtivos, às mudanças e oferecer oportunidades de trabalho, promovem as disparidades regionais, o que, por sua vez, repercute sobre as condições de vida da população, no sentido de sua limitação ou expansão.

A crítica muito pertinente em relação aos indicadores de emprego diz respeito, exatamente ao que foi discutido por DUNFORD (1996), e reside no fato destes indicadores, terem a capacidade ou não de definirem que tipo de políticas públicas os governantes locais ou regionais poderiam estar criando para melhorar a qualidade de vida da população local.

Os próximos indicadores apesar de tratarem de forma muito conceituada a questão do emprego, apresentam exatamente este problema, ou esta não complexidade, citada por DUNFORD (1996).

Os dezenove indicadores de emprego que serão analisados neste trabalho foram extraídos do site da Organização Internacional do Trabalho <http://www.ilo.org>.

O primeiro indicador a ser analisado, desta fonte, segue a divisão estipulada no próprio site da Organização Internacional do Trabalho e é conhecida como, **taxa de participação da força de trabalho**. Este indicador tem como princípio a relação entre o total de pessoas empregadas e a medida da população de uma determinada região. Este indicador serve para indicar o tamanho relativo da fonte do trabalho disponível para a produção dos bens e dos serviços. A taxa de participação da força de trabalho é calculada expressando o número das pessoas que estão trabalhando como uma porcentagem da população. A força trabalhada é a soma do número das pessoas empregadas.

O segundo indicador extraído deste contexto é o que estuda a **relação de emprego / população**. Este indicador tem como princípio mostrar a proporção da população em idade ativa de uma economia que esta empregada. Como um indicador, a relação de emprego /população fornece a informação da capacidade de uma economia em criar trabalhos. Embora uma relação total elevada seja considerada tipicamente "boa", o indicador sozinho não fornece a informação de problemas do mercado de trabalho tais como o salário baixo, o subemprego, condição de vida dos pobres, ou a existência de um setor informal grande. Conseqüentemente, como se apresentará alguns dos indicadores neste trabalho, recomenda-se fortemente ao avaliar políticas de mercado de trabalho políticas públicas específicas para rever coletivamente os indicadores. Virtualmente cada economia no mundo que coleta a informação no status do mercado de trabalho deve, teoricamente requisitar a informação para calcular relações do emprego /população.

O indicador **condição no emprego** possui três importantes princípios: (a) salário de trabalhadores remunerados, ou empregados; (b) trabalhadores informais; e (c) trabalhadores de família contribuindo (denominados também trabalhadores de família por pagar). Estes três grupos dos trabalhadores são apresentados como porcentagens do total empregado para ambos os sexos e para o homem e mulher separada. As subcategorias do grupo de trabalhadores informais com empregados (isto é empregadores) e trabalhadores informais sem empregados (isto é o próprio trabalhador) - não estão disponíveis para todas as economias, mas são apresentados se possível. O indicador de condição no emprego está disponível geralmente para as economias mais avançadas (industrializadas).

O indicador **emprego setorial** tem como princípio: subdividir o emprego total em cinco setores da atividade econômica: indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária. Esta é uma divisão feita pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e adotada no Brasil, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também conhecida como desagregação dos Grandes Setores do IBGE. Este indicador analisa a quantidade de pessoas que estão empregadas em cada um destes setores verificando a particularidade e "vocação" de uma determinada região no âmbito da gera o de empregos.

O indicador **trabalhadores em meio expediente tem** como princípio de a o indivíduos cujo total das horas trabalhadas   menor do que "o tempo integral". Este indicador abrange este determinado número de trabalhadores como uma propor o do emprego total.

O indicador **horas de trabalho** tem como princípio: relacionar aquelas pessoas empregadas que trabalham geralmente em um número "curto" de horas por a semana (aqueles cujas horas usuais do trabalho estão abaixo de uma metade das horas semanais usuais para a maioria de pessoas empregadas, neste caso 20 horas por semana), com àqueles que trabalham geralmente as horas "excessivas" por a semana (aquelas cujas horas usuais do trabalho se realizam acima das horas semanais usuais para a maioria de pessoas no emprego, neste caso 40 horas por semana).

O indicador **emprego informal** tem como princípio: medir todas as pessoas que estejam trabalhando mais não possuam nenhum vinculo empregatício. Este indicador   medido como uma porcentagem do emprego total.   uma rela o do número de pessoas empregadas no setor informal ao número total da popula o.

O indicador **taxa de desemprego** tem como princípio mostrar o número de pessoas que estão desempregadas frente à população total de uma determinada região.

O indicador **Taxa de Desemprego nos jovens** tem como princípio o termo "juventude": que foi definido no último censo do IBGE, como o espaço amostral das pessoas de 15 a 24 anos. Assim sendo o termo "adulto" consulta àqueles maiores do que 25 anos. O indicador de taxa de desemprego nos jovens, tem como princípio a divisão entre o número total de pessoas entre 15 e 24 anos que estão desempregadas pelo número total de desempregados de uma determinada região.

O indicador **tempo no desemprego em longo prazo** tem como princípio a duração do desemprego, isto é, o período de tempo que uma pessoa que esta sem ocupação procura e encontra um trabalho, reinsertando-se no mercado de trabalho novamente.

O indicador **desemprego por grau de escolaridade** tem como princípio distribuição da porcentagem de desempregados totais de uma economia de acordo com o seu grau de instrução.

O indicador **taxa de Sub Emprego** tem como princípio relacionar o número das pessoas empregadas cujas horas do trabalho no período de referência são insuficientes, com relação a uma situação de emprego mais desejável em que a pessoa está disposta e disponível para aceitar.

O indicador **diferenças dos níveis de escolaridade no emprego** tem como princípio mensurar como esta distribuído o grau de instrução, dentro do mercado de trabalho em uma determinada região. Este indicador inclui nove medidas que pertencem aos níveis educacionais, e uma décima medida que é a da falta de instrução. Os indicadores cobrem a realização educacional de mulheres e homens na força de trabalho inteira.

O indicador **Salários reais médios na indústria** tem como princípio observar o salário médio de todas as pessoas que estão empregadas no setor industrial de uma determinada economia em uma determinada região.

O indicador **de ganho salarial por ocupação** tem como princípio observar as tendências e salários ocupacionais (isto é taxas ou salário) nos vários setores da economia.

O indicador de **produtividade do trabalhador**, tem como princípio dividir toda a riqueza produzida em uma determinada região, Produto Interno Bruto, no caso de países ou Valor Adicionado, quando o âmbito e o foco de ação forem regiões menores, pelo número total de trabalhadores empregados nesta mesma região.

O indicador **fluxo do mercado de trabalho** tem como princípio descrever a experiência do mercado de trabalho dos indivíduos sobre o período de referência, isto é, quantas pessoas se moveram para fora dos trabalhos e se estivesse fora para dentro do emprego ou de um emprego para outro. A melhor mudança e mais justa no número das pessoas nestas situações e nas características de força de trabalho dos grupos.

Com base no conjunto dos indicadores e de seus conceitos apresentados, será selecionado um grupo dos mesmos a ser aplicados ao município de Jaboticabal. A seleção seguirá critérios que assegurem a afinidade do indicador com a noção de sustentabilidade.

## 4 - SELEÇÃO DOS INDICADORES

Neste capítulo pretende-se utilizar os conceitos de sustentabilidade para que se possa consistência criteriosa para a identificação de quais indicadores deverão ser usados na aplicação para a cidade de Jaboticabal. Neste capítulo objetiva-se fornecer uma base teórica através de uma recuperação dos principais debates sobre sustentabilidade, no âmbito de indicadores, feitos por vários autores na literatura especializados, afins de que os critérios de aplicação dos indicadores sigam além dos conceitos econômicos os conceitos implícitos na sustentabilidade.

### 4.1 – Modelos teóricos para obtenção de indicadores de sustentabilidade

Para HARDI & ZDAN (1997) para que modelos teóricos sejam eficazes, eles devem permitir a realização de duas metas:

- (1) Ajudar na determinação das prioridades na escolha dos indicadores
- (2) Permitir a identificação de quais indicadores poderão ser importantes no futuro.

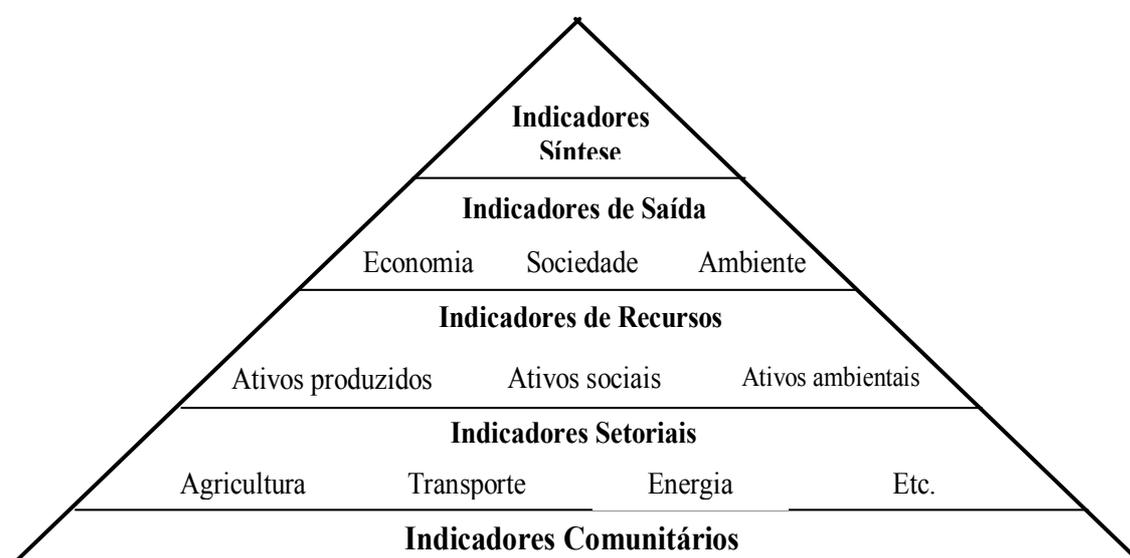
Segundo os autores, qualquer estrutura que fosse escolhida refletiria algum tipo de modelo teórico utilizado para interpretar alguma região pré-determinada. Tal opinião foi compartilhada por MEADOWS (1998), para quem indicadores não seriam abstrações dos sistemas, mas sim abstrações de abstrações, de modelos ou conjunto de pressupostos sobre como o mundo funciona, o que é importante, e o que deveria ser medido. Esses modelos foram agrupados em cinco grupos principais: modelos com base na economia, modelos de ligação do bem estar ambientais e humanos, modelos com diferentes formas de capital, modelos de estresse e resposta a estresse e formas do tema tripartite: social, ambiental e econômico (HARDI & ZDAN, 1997).

O modelo contábil vem sendo usado por alguns países que buscam adaptar seus sistemas de contas nacionais. A implantação deste modelo, de forma geral, ocorre em duas etapas. Em um primeiro momento, busca-se adicionar aos ativos financeiros, os ativos relacionados às demais dimensões da sustentabilidade: social e ambiental / ecológica. O segundo passo consiste em apresentar outros dados relevantes à sustentabilidade, como mudanças na

população, poluição de águas, mudanças na produtividade etc. (OCDE, 1999b). O modelo pirâmide liga o bem estar ambiental e humano. Este modelo pode funcionar como ferramenta para a estruturação de dados estatísticos e permite ainda a interação entre diferentes campos de política. Por outro lado, está fortemente vinculado à economia ecológica e aos procedimentos de monetarização de bens não-financeiros. Este modelo, apresentado pela OCDE (1999b), cria uma hierarquia de indicadores, como apresentado na tabela três.

Segundo MILANEZ (2002), o processo inicia-se nos indicadores locais, definidos a partir da realidade e contexto de cada região, mas mantendo alguma semelhança para permitir uma posterior agregação. Depois são criados os indicadores setoriais, onde dentro de cada setor devem ser integrados aspectos econômicos, sociais e ambientais / ecológicos. A seguir, os indicadores de recursos descrevem a acumulação e consumo de capitais – ativos naturais, produzidos e sociais; estes indicadores oferecem informações sobre como os padrões atuais impactam as atividades futuras. Como penúltima etapa há os indicadores de saída, que caracterizam a direção e a qualidade do desenvolvimento que vem sendo obtido e, por fim, os indicadores síntese, ou índices, que combinam as informações e buscam mostrar uma imagem geral do atual caminho em direção a sustentabilidade.

**Tabela 3**



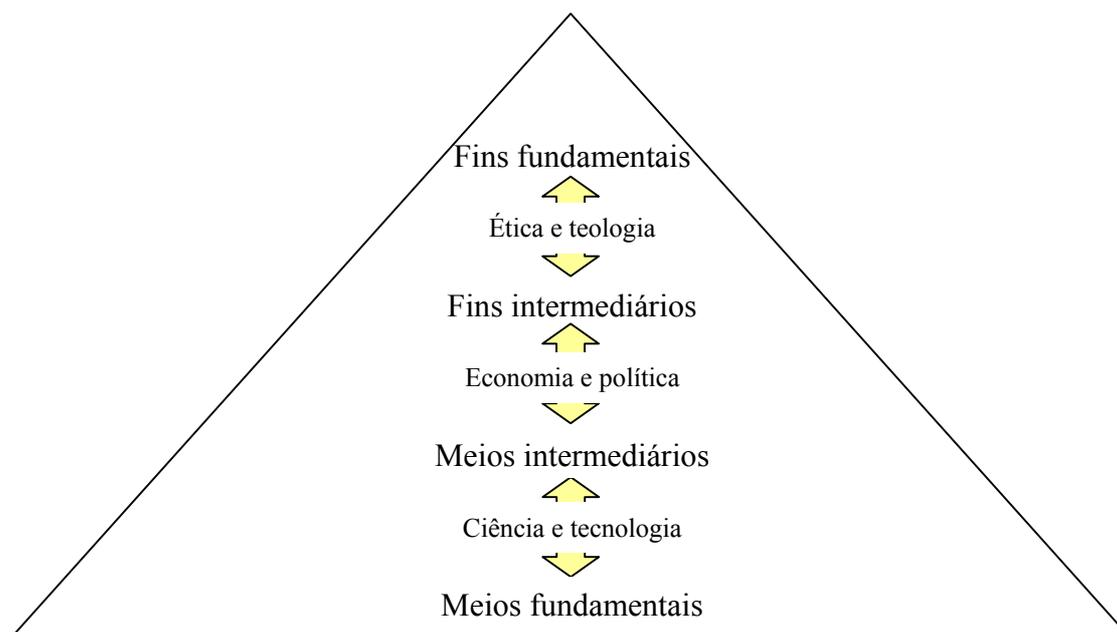
Fonte: Milanez (2002)

O triângulo de Daly foi criado em 1973 e tentava sistematizar, de forma hierarquizada as relações entre a economia humana e o meio ambiente. Conforme apresentado na tabela quatro, a base do triângulo é formada pelos meios fundamentais (*ultimate means*) e sobre

esses meios toda a vida é construída. Na base de tudo estão os “ultimate means”, sobre os quais toda a vida e transações econômicas são construídas. Corresponderia ao que alguns autores chamam de capital natural, tal como a matéria, a energia do sol, os ecossistemas e as informações genéticas (Meadows, 1998).

Segundo MILANEZ (2002), em seguida, haveria os meios intermediários (*intermediate means*), que definiriam a capacidade produtiva da economia. Entre os exemplos citados estão: ferramentas, máquinas, fábricas, trabalhadores, material processado, fontes de energia mais concentradas. Alguns economistas ecológicos utilizam os termos capital construído e capital humano. Tais meios seria condição necessária, mas não suficientes, para a realização de objetivos mais elevados. Acima dos meios intermediários, estariam os fins intermediários (*intermediate ends*). Finalmente no topo do triângulo, figurariam os fins fundamentais (ultimate ends), que seriam desejáveis por si só, valores tais como felicidade, auto-realização, identidade de comunidade, harmonia.

**Tabela 4**



Fonte: Milanez (2002)

Propôs-se que o Triângulo de Daly fosse utilizado como forma de orientar a escolha de indicadores de sustentabilidade. Segundo eles, a sociedade capitalista ofereceria muitos indicadores para o meio do triângulo, mas ainda seria necessária a elaboração de indicadores

para a base (sustentabilidade) e para o topo (desenvolvimento) deste. As primeiras deveriam ser baseadas nas ciências naturais e mensurar a saúde da natureza com grandezas físicas, as segundas por sua vez, utilizariam conceitos da filosofia e psicologia e procurariam indicar a situação do bem estar das pessoas.

Entretanto, em um trabalho realizado pelo Balaton Group, o triângulo de Daly, recebeu algumas críticas. Ele foi considerado, muito antropocêntrico, uma vez que assume que o papel dos meios fundamentais é proporcionar os fins fundamentais, ou seja, a função dos recursos naturais é servir ao homem.

Segundo MILANEZ (2002), foi observado que a estrutura é muito estática, não havendo a consideração do fator tempo. Além disso, o modelo mede apenas um fluxo quantitativo por vez, há pouca possibilidade de medir a degradação qualitativa, ou mesmo interação entre diferentes capitais naturais.

O modelo pressão-estado-resposta foi criado pela OCDE para auxiliar a elaboração de políticas ambientais. Dependendo do contexto em que foi utilizado, sofreu algumas mudanças: a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas elaborou o modelo tendência (*driving force*)-estado-resposta e a Agência Européia de Meio Ambiente passou a trabalhar como modelo tendência-pressão-estado-impacto-resposta (OCDE, 1999b). Segundo este modelo,

Os indicadores de tendência seriam aqueles escolhidos, que tivessem alguma relação com os fatores causais. Dessa forma, teriam um caráter mais dinâmico e mais relacionado com as ações de fluxo da sociedade, conforme a classificação utilizada por BOSSEL (1999).

A distinção entre os indicadores de tendência e de pressão não é muito clara. Há autores que os tratam como elementos distintos (ALEMANHA, 1997) e outros que os consideram como sinônimos (GRANADOS & PETERSON, 1999). Os indicadores de pressão devem ser utilizados quando se deseja descrever um fator de estresse ou a influência sobre um estado. Há autores, ainda, que diferenciam os indicadores em pressão direta (ex. emissões) e pressão indireta (ex. crescimento da população) (BELL & MORSE, 1999).

Os indicadores de estado, por sua vez, estão relacionados com a qualidade do ambiente, tanto do ponto de vista de seu uso como fonte (quantidade e qualidade dos estoques de recursos

naturais), quanto como fossa (áreas contaminadas, qualidade das águas ou poluição atmosférica).

Como consequência da pressão exercida pelas atividades humanas, surgem diferentes impactos que precisam ser monitorados também. Por exemplo, o lançamento de resíduos sólidos a céu aberto em lixões (pressão) pode causar tanto a proliferação de vetores e aumento de algumas doenças, quanto a poluição dos corpos d'água (impactos).

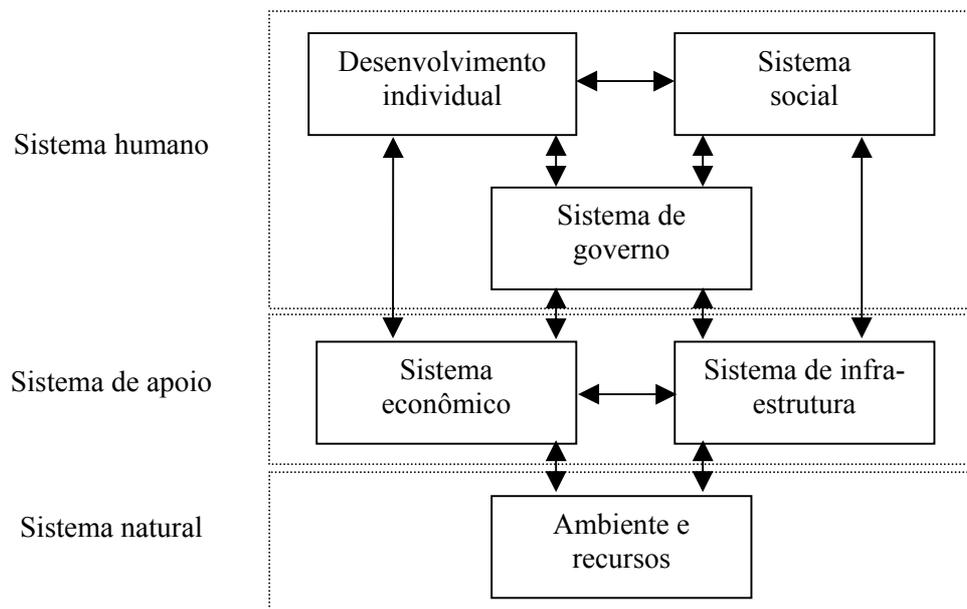
Por fim, os indicadores de resposta tentam monitorar como a sociedade muda seu comportamento para reduzir a pressão e os impactos sobre o ambiente, ou sobre outros segmentos da sociedade.

Este modelo foi o primeiro, dentre os aqui apresentados, que buscou uma visão mais sistêmica entre os indicadores, tentando identificar cadeias de causa e efeito. Apesar de ser um salto qualitativo importante, ainda apresenta algumas limitações, pois é direcionado para cadeias isoladas, não conseguindo monitorar processos como *loops* ou retroalimentação. Outra limitação deve-se ao fato de ser ainda muito estático e não considerar que o mesmo indicador pode servir como pressão em uma cadeia, e impacto, ou mesmo resposta em outra (BOSSSEL, 1999).

Apesar de ter sido apresentado por BOSSSEL (1999), o modelo dimensional sistêmico não recebe em seu trabalho nenhum nome específico. Foi denominado desta forma, pelo fato de tentar encarar a partir de uma visão de sistemas, as três diferentes dimensões da sustentabilidade.

Neste modelo, como pode ser visto na tabela cinco, as três dimensões: social (sistema humano), econômica (sistema de apoio) e ambiental /ecológica (sistema natural) são decompostas em subsistemas. A primeira em desenvolvimento individual, sistema social e governo; a segunda em infra-estrutura e sistema econômico e a terceira em recursos e meio ambiente.

A partir dessa subdivisão utilizam-se as interações e relações de causa e efeito entre os diferentes subsistemas, como orientação para se buscar os indicadores.

**Tabela 5**

Fonte: Milanez (2002)

O Balanced Scorecard (BSC) foi desenvolvido dentro do ambiente corporativo como uma estrutura integrada de indicadores de desempenho. Um BSC padrão, conforme descrito nos manuais, é composto por quatro perspectivas: a financeira (ou dos acionistas), dos clientes, dos processos internos e do aprendizado e crescimento da empresa. Devendo a estratégia e os indicadores ser definidos nesta ordem de prioridade.

Durante o processo de criação de um BSC identificam-se relações de causa e efeito (tendo como elo final algum elemento da perspectiva financeira) e os ciclos de retroalimentação.

Usualmente, classificam-se os indicadores de um BSC em dois grupos: os indicadores de ocorrência e os indicadores de tendência. O primeiro grupo é integrado pelas informações genéricas e estáticas que permitem a verificação da realização e da consistência dos resultados. Já o segundo tipo de indicadores consiste nos vetores de desempenho: dados mais específicos e dinâmicos que comunicam a maneira através da qual os resultados foram atingidos. Um BSC quando bem elaborado deve conter tanto indicadores de ocorrência, quanto de tendência.

Entre os objetivos das empresas que adotam este modelo estão: a comunicação, a informação, o aprendizado e a motivação de funcionários e alta gerência (KAPLAN, 1997).

Essa estrutura, entretanto foi adaptada por FIGGE et al. (2001) para englobar as outras dimensões da sustentabilidade, dando origem ao SBSC. Nessa nova utilização, o SBSC continua sendo aplicado no contexto empresarial, buscando monitorar a melhoria das companhias com relação a aspectos sociais, econômicos e ecológicos.

Os autores propuseram três possibilidades de adaptação do BSC tradicional para o SBSC.

- (1) Integrar totalmente aspectos sociais e ambientais às perspectivas já existentes, mantendo a orientação para a perspectiva financeira;
- (2) Criar uma nova perspectiva, que englobe indicadores sociais e econômicos e sirvam como orientação para os demais, juntamente com a perspectiva financeira;
- (3) Elaborar um Scorecard para indicadores sociais ou ecológicos.

Essas aplicações do BSC vêm sendo testadas e suas vantagens e desvantagens avaliadas.

O uso destes modelos, entretanto, apesar de orientar a elaboração da estrutura dos indicadores, pode, devido à amplitude e variabilidade dos fenômenos relacionados com a sustentabilidade, levar à geração de conjuntos muito grandes de indicadores. Como o monitoramento de todos seria algo inviável, torna-se necessária sua avaliação para permitir a seleção de alguns mais representativos e mais vinculados aos objetivos da comunidade. Alguns autores buscaram, então, criar formas de facilitar o processo de avaliação e escolha dos indicadores.

## **4.2 – Critérios para a avaliação dos indicadores de sustentabilidade**

Diferentes autores propuseram critérios para avaliar a qualidade de um indicador. Além dos textos teóricos, que listam quais as características mais desejáveis de um indicador de sustentabilidade, há alguns que procuraram sistematizar ou aplicar tais critérios. Por exemplo, o Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, realizou um seminário na cidade de Bellagio, Itália, onde o principal objetivo era criar princípios capazes de servir como orientação para uma avaliação prática do progresso, em direção à

sustentabilidade. Os, então chamados, Princípios de Bellagio, foram criados com a seguinte sistemática (TYLER NORRIS ASSOCIATES et al. 1997; BOSSEL, 1999):

- Princípio 1: relaciona-se com a definição de uma visão;
- Princípios 2 a 5: estão vinculados com o foco prático e com o sistema geral;
- Princípios 6 a 8: tratam do processo de avaliação;
- Princípios 9 e 10: referem-se à necessidade de continuidade.

Na avaliação de MEADOWS (1998), os Princípios de Bellagio serviriam como orientação para a avaliação do processo de elaboração, escolha, interpretação e comunicação dos indicadores de sustentabilidade. Em uma tentativa de sistematizar o processo de avaliação dos indicadores, DOYLE et al. (1997) elaboraram um questionário de validação para indicadores da saúde das cidades. Através desse questionário avaliar-se-ia cada indicador para verificar seu grau de adequabilidade. Na Tabela seis, são sistematizados alguns critérios para avaliar indicadores de sustentabilidade e como os trabalhos diferentes trabalhos os mencionaram. Dentre os objetivos dos indicadores de sustentabilidade, estão a orientação para a formulação de políticas e a mudança de conduta da população. Sob esse ponto de vista, tais indicadores devem não apenas estar relacionados com a comunidade onde serão aplicados (**coerência com realidade local**), mas ser importantes para elas (**relevância**). Em alguns casos, a compreensão pode ser mais importante do que a informação em si.

Para atingir o maior número possível de atores, deve-se pensar no apoio da mídia local. Para tanto, os indicadores devem ser interessantes para esta, devendo-se escolher, dentro do possível, indicadores criativos e originais. Um indicador somente é válido se puder ser compreendido e utilizado pelas pessoas de todas as camadas sociais, incluindo os formuladores das políticas públicas (**clareza na comunicação**). Mais do que informar, os indicadores devem motivar e mobilizar as pessoas (**pró-atividade**) Eles devem informar o que a população deseja saber e onde exatamente se deseja chegar (**facilidade para definição de metas**), permitindo a compreensão dos fatos e a elaboração de conclusões. Estratégias importantes para isso são o envolvimento da população na escolha (**construção participativa**) e na mensuração dos indicadores (**monitoramento participativo**).

Por outro lado, há autores que defendem que a atuação dos indicadores de sustentabilidade deve ser complementar à atuação da população. Nesse sentido, seria importante que o poder público medisse os fenômenos que a população não consegue monitorar por conta própria (**complementaridade à ação comunitária**). Quanto aos parâmetros em si, existem alguns pontos que ainda não são consensuais. É comum distinguir, dentro da visão científica, indicadores objetivos e subjetivos. Os indicadores objetivos, quase sempre medem quantidades, em números, e podem ser verificados por mais de uma pessoa. Por esses motivos são mais fáceis de validar e comunicar, sendo mais valorizados. Os indicadores subjetivos, por sua vez, costumam ser medido por dentro do indivíduo, por meio meios não facilmente explicáveis (**capacidade de ser quantificável**).

**Tabela 6: Critérios para escolha de indicadores**

<b>Critério</b>	<b>WARREN, 1997</b>	<b>TYLER NORRIS ASSOCIATES, 1997</b>	<b>MEADOWS, 1998</b>	<b>DOYLE et al., 1997</b>	<b>Bellagio (BOSSELL, 1999)</b>
<b>Coerência com realidade local</b>		Os indicadores devem ilustrar os valores da comunidade.			Projetar a avaliação para que atenda às necessidades do público a quem se destina; Obter uma ampla representação dos diversos segmentos da sociedade; Dar apoio à capacidade local de avaliação.
<b>Relevância</b>	Refletir algo básico e fundamental para a saúde econômica, social e ambiental de longo prazo da comunidade.	O indicador deve contar algo sobre o sistema que as pessoas precisam saber.	Ser politicamente relevante para todos os agentes do sistema, inclusive aqueles com menor poder.	A definição é culturalmente relevante? O indicador representa uma influência significativa sobre a saúde?	

Tabela 6: Critérios para escolha de indicadores (cont).

Critério	WARREN, 1997	TYLER NORRIS ASSOCIATES, 1997	MEADOWS, 1998	DOYLE et al., 1997	Bellagio (BOSEL, 1999)
<b>Clareza na comunicação</b>	<p>Ser claro e simples, permitir uma rápida compreensão e aceitação pela comunidade;</p> <p>Revelar se as mudanças são reversíveis e controláveis</p>	<p>Um indicador somente é útil se puder ser interpretado e utilizado pelos moradores da comunidade;</p> <p>Os indicadores devem ser divulgados para serem efetivos. A criatividade na sua elaboração e apresentação aumentará a chance de serem usados;</p> <p>Permitir a conclusão de fatos.</p>	<p>Ter clareza no valor, não permitindo nenhuma dúvida sobre qual direção é boa e qual é ruim;</p> <p>Ter clareza no conteúdo, sendo facilmente compreensível, com unidades que fazem sentido, expressas em números que são compreensíveis</p> <p>Não ter nem tanta informação, para ser compreendido, nem tão pouca que o torne incapaz de dar uma imagem adequada da situação;</p>	<p>As unidades e definições usadas são específicas e claras? A definição mais apropriada foi usada?</p> <p>O indicador é facilmente interpretável?</p>	<p>Usar um número limitado de indicadores, para permitir um sinal mais claro de progresso;</p> <p>Tornar os dados e métodos acessíveis a todos;</p> <p>Tornar explícitos todos os julgamentos, pressupostos e incertezas;</p> <p>Promover o desenvolvimento do aprendizado coletivo e o retorno aos tomadores de decisão.</p> <p>Buscar a simplicidade de estrutura e de linguagem</p>

Tabela 6: Critérios para escolha de indicadores (cont).

Critério	WARREN, 1997	TYLER NORRIS ASSOCIATES, 1997	MEADOWS, 1998	DOYLE et al., 1997	Bellagio (BOSEL, 1999)
<b>Pró-atividade</b>		Os indicadores não devem apresentar apenas os problemas da comunidade, mas mostrar também o que vem dando certo, de forma a motivar;	Ser estimulante e excitante, capaz de sugerir uma ação efetiva.		Estimular e servir como forma de mobilizar os tomadores de decisão; Ter as responsabilidades definidas e apoiar os tomadores de decisão.
<b>Facilidade para definição de metas</b>		Existe uma definição de visão que pode ser utilizada como referência?			Ser orientado por uma visão de sustentabilidade e metas previamente definidas; Ter como base um grupo explícito de categorias ou de modelos que liguem visões e metas aos indicadores e critério para avaliação; Comparar os valores dos indicadores com as metas e valores de referência.

Tabela 6: Critérios para escolha de indicadores (cont).

<b>Critério</b>	<b>WARREN, 1997</b>	<b>TYLER NORRIS ASSOCIATES, 1997</b>	<b>MEADOWS, 1998</b>	<b>DOYLE et al., 1997</b>	<b>Bellagio (BOSSEL, 1999)</b>
<b>Construção participativa</b>			As pessoas devem contribuir com a escolha dos indicadores e ter acesso aos resultados.		Assegurar a participação dos tomadores de decisão para garantir a conexão com a elaboração de políticas.
<b>Monitoramento participativo</b>			Fazer uso daquilo que as pessoas podem medir por elas mesmas e compilá-lo com visões temporais e espaciais.		
<b>Complementaridade à ação comunitária</b>			Incluir informações que as pessoas não conseguem medir por elas mesmas		
<b>Capacidade de ser quantificável</b>	Ser quantificável.				
<b>Capacidade de ser qualificável</b>			Se orientarmos nossas decisões apenas por indicadores quantitativos e não por qualitativos, produziremos um mundo de quantidade, sem qualidade.		

**Tabela 6: Critérios para escolha de indicadores (cont).**

<b>Critério</b>	<b>WARREN, 1997</b>	<b>TYLER NORRIS ASSOCIATES, 1997</b>	<b>MEADOWS, 1998</b>	<b>DOYLE et al., 1997</b>	<b>Bellagio (BOSSEL, 1999)</b>
<b>Intangibilidade</b>			O desenvolvimento sustentável exige que olhemos o bem-estar das pessoas; medido em termos subjetivos. sob o domínio da filosofia		
<b>Tangibilidade</b>			Dinheiro e preços possuem uma série de ruídos, como inflação e instabilidade, sendo demasiadamente instáveis. Como a sustentabilidade trata de coisas físicas (água, comida, saúde) é melhor, quando possível, medi-las em unidades físicas ao invés de monetárias (anos de vida saudável, ao invés de gastos com saúde).		

Tabela 6: Critérios para escolha de indicadores (cont).

<b>Critério</b>	<b>WARREN, 1997</b>	<b>TYLER NORRIS ASSOCIATES, 1997</b>	<b>MEADOWS, 1998</b>	<b>DOYLE et al., 1997</b>	<b>Bellagio (BOSSEL, 1999)</b>
<b>Consistência científica</b>	As metodologias usadas para desenvolver os indicadores devem ser claramente definidas, precisamente descritas, socialmente e cientificamente aceitáveis e de fácil reprodução	O indicador pode se defender, apoiado e justificado em termos lógicos e científicos?			
<b>Accessibilidade dos dados</b>	Fazer referência a valores acessíveis; Relativamente fácil de coletar e utilizar.	Caso os dados não existam, devem ser criadas formas de mensuração e coleta; O processo de elaboração deve levar em consideração o custo.	Ser mensurável a um custo razoável; Ser capaz de ser obtido sem grandes demoras.	A informação é facilmente disponível?	Oferecer capacidade institucional para obtenção, manutenção e documentação dos dados.
<b>Confiabilidade da fonte</b>		Indicadores podem parecer ao público “inacreditáveis”, se a fonte de informações não possuir uma certa reputação.			

Tabela 6: Critérios para escolha de indicadores (cont).

<b>Critério</b>	<b>WARREN, 1997</b>	<b>TYLER NORRIS ASSOCIATES, 1997</b>	<b>MEADOWS, 1998</b>	<b>DOYLE et al., 1997</b>	<b>Bellagio (BOSSEL, 1999)</b>
<b>Amplitude geográfica adequada</b>	Ser sensível à mudança no espaço		Apropriado em escala: nem agregado demais, nem agregado de menos.		Definir um espaço de estudo grande o suficiente para incluir não apenas impactos locais, quanto os regionais, ou mesmo, globais.
<b>Padronização</b>		Quanto mais padronizado for o indicador com relação àqueles utilizados em outras comunidades, maior a possibilidade de comparar uma realidade com as demais.		O indicador pode ser comparado entre diferentes países e culturas?  O indicador usa medidas padrão, quando relevantes?  As unidades e definições usadas são comparáveis com padrões internacionais aceitáveis ou com a prática normal?  O indicador está em conformidade com o protocolo de medidas aceitáveis internacionalmente?	Utilizar medidas padronizadas sempre que possível.

Tabela 6: Critérios para escolha de indicadores (cont).

<b>Critério</b>	<b>WARREN, 1997</b>	<b>TYLER NORRIS ASSOCIATES, 1997</b>	<b>MEADOWS, 1998</b>	<b>DOYLE et al., 1997</b>	<b>Bellagio (BOSEL, 1999)</b>
<b>Sensibilidade a mudanças no tempo</b>	Se aplicado a cada ano, o indicador deve mostrar tendências significativas;  Ser sensível a mudanças dentro dos grupos;			Os dados podem ser vinculados ao tempo?	Adotar um horizonte de tempo longo o suficiente para capturar as escalas de tempo tanto dos seres humanos, quanto dos ecossistemas;  Desenvolver a capacidade de repetidas medidas para determinar tendências;  Buscar ser iterativo, adaptativo e oferecer respostas às mudanças e incertezas.
<b>Estabilidade no tempo</b>		Os dados para o indicador precisam ser obtidos de forma confiável ao longo do tempo		A definição é estável ao longo do tempo?  Os dados coletados são suficientes para permitir a análise de futuras comparações?	
<b>Adequabilidade a mudanças da realidade</b>					Ajustar metas, modelos e indicadores, à medida que contribuições sejam feitas.

Tabela 6: Critérios para escolha de indicadores (cont).

<b>Critério</b>	<b>WARREN, 1997</b>	<b>TYLER NORRIS ASSOCIATES, 1997</b>	<b>MEADOWS, 1998</b>	<b>DOYLE et al., 1997</b>	<b>Bellagio (BOSEL, 1999)</b>
<b>Preditividade</b>	Preditivo ou antecipativo	Deve avisar antecipadamente os problemas, antes que eles se tornem de difícil solução.			Antecipar as condições futuras, a partir de condições históricas e atuais.
<b>Abrangências das dimensões</b>		Indicadores de sustentabilidade devem mostrar as ligações entre o bem estar social, econômico, ambiental e político da comunidade.		Quão completos são os dados gerados pelo indicador?  O indicador relaciona-se com saúde em todas as metas <sup>5</sup> ?	Incluir a revisão não só do sistema como um todo, como também de seus elementos;  Considerar os subsistemas vinculados às diferentes dimensões da sustentabilidade e a interação entre os elementos integrantes desses subsistemas;
					Considerar tanto consequências positivas e negativas

---

<sup>5</sup> Does the indicator relate to health for all targets?

**Tabela 6: Critérios para escolha de indicadores (cont).**

Critério	WARREN, 1997	TYLER NORRIS ASSOCIATES, 1997	MEADOWS, 1998	DOYLE et al., 1997	Bellagio (BOSEL, 1999)
					<p>das atividades humanas de forma que reflitam os custos e benefícios para os sistemas, do ponto de vista monetário e não-monetário;</p> <p>Considerar as condições ecológicas das quais a vida depende;</p> <p>Considerar o desenvolvimento econômico e outras atividades externas ao mercado que contribuem para o bem-estar social;</p> <p>Considerar a equidade e a disparidade dentro da geração atual e entre esta e as gerações futuras.</p>

**Tabela 6: Critérios para escolha de indicadores (cont).**

<b>Critério</b>	<b>WARREN, 1997</b>	<b>TYLER NORRIS ASSOCIATES, 1997</b>	<b>MEADOWS, 1998</b>	<b>DOYLE et al., 1997</b>	<b>Bellagio (BOSSEL, 1999)</b>
<b>Capacidade de síntese</b>			Transmitir rapidamente uma mensagem geral, mas permitir a um usuário descer até os detalhes, se assim desejar.		

Fonte: MILANEZ (2002)

Como visto no caso do triângulo de Daly, há diferenças níveis nos quais a sustentabilidade deve agir. Do ponto de vista dos recursos naturais, é importante que sejam medidas coisas materiais que realmente representem a disponibilidade desses recursos (**tangibilidade**). Ao mesmo tempo, há aspectos relacionados com a satisfação pessoal e com a realização dos indivíduos, que dificilmente seriam palpáveis mas, que da mesma forma devem ser medidos (**intangibilidade**).

Apesar desses desacordos, é consensual que os indicadores devem ser obtidos de forma sistemática e rigorosa, através de uma método replicável em circunstâncias semelhantes (**consistência científica**).

Ao se criarem indicadores, é importante que os dados sejam de fácil obtenção, especialmente se for levada em consideração a participação da comunidade (**acessibilidade dos dados**) e eles sempre devem ser fornecidos por instituições confiáveis (**confiabilidade das fontes**).

Indicadores de sustentabilidade podem ser usados tanto para comparar a situação de uma comunidade com outras, definidas como *benchmarking*, quanto para verificar o quanto as comunidades evoluíram em busca de uma maior sustentabilidade.

Por causa desses motivos, os indicadores devem se referir a fenômenos cujas causas e efeitos sejam passíveis de ser localizados no espaço e em uma escala na qual a comunidade possa interferir (**amplitude geográfica adequada**). Ao mesmo tempo, quanto mais consagrados forem os indicadores, melhor definido será o seu método de mensuração e mais fácil será para comparar com outras localidades (**padronização**).

Um fator que precisa ser amplamente discutido com relação aos indicadores de sustentabilidade é o tempo. Os indicadores devem mostrar rapidamente qualquer tipo de alteração em um fenômeno, de forma que as decisões sejam tomadas enquanto correções ainda podem surtir efeitos (**sensibilidade a mudanças no tempo**). Com relação à duração do indicador, entretanto, duas posições são apresentadas. Há autores que defenderam que os indicadores sejam robustos, dessa forma, torna-se possível a elaboração de séries temporais e a análise de longo prazo (**estabilidade no tempo**). Por outro, há também quem tenha afirmado que os indicadores devem ser flexíveis,

permitindo ajustes ao longo do tempo (**adequabilidade a mudanças da realidade**). Certamente, a realidade modifica-se periodicamente, e os indicadores deveriam acompanhá-la. Entretanto, a modificação de um indicador tende a impedir a sua comparação com os dados obtidos anteriormente, sem comprometer o rigor científico.

Ainda com relação ao tempo, os indicadores devem ser antecipativo. Eles devem ser capazes de permitir que se anteveja uma situação, antes que ela realmente ocorra. Tal característica contribui para que tendências que discordem da sustentabilidade sejam corrigidas antes de comprometerem a situação (**preditividade**).

Os indicadores precisam, ainda, ser capazes de fazer ligações ou relações entre os diferentes elementos das distintas dimensões da sustentabilidade (abrangência das dimensões). Quando possível, deve-se buscar concentrar o maior número de informações em um indicador, embora deva-se tomar cuidado para que essa prática não comprometa os demais critérios. (DOYLE et al., 1997; TYLER NORRIS ASSOCIATES et al. 1997; WARREN, 1997; MEADOWS, 1998; SUSTAINABLE SEATTLE, 1998; BOSSEL, 1999) HARGET & MEYER apud BELL & MORSE, 1999).

Apesar de todos esses critérios para verificar a aplicabilidade dos indicadores, é possível durante a elaboração de um conjunto de indicadores, que se obtenha ainda uma lista bastante grande. Por exemplo, a ONU listou 132 indicadores (SILVA, 2000), o que pode representar um número excessivamente difícil de ser monitorado, na escala local. Para tentar reduzir essa quantidade de indicadores, BOSSEL (1999) sugeriu alguns procedimentos:

- (1) **Agregação** – utilizar o indicador mais agregado possível;
- (2) **Condensação** – utilizar o indicador que represente a última consequência de um determinado problema, sem considerar os indicadores e sistemas intermediários;
- (3) **Enfoque no elo mais fraco** – dar preferência aos componentes que podem representar uma real ameaça ao sistema;

- (4) **“Cesta básica”** – se houver diferentes indicadores vinculados, pode-se considerar a criação de índices que ofereçam uma visão média da situação;
- (5) **“Cesta mínima”** – se a satisfação de um aspecto depender do estado de cada um dos vários indicadores, pode-se escolher, como indicador representativo, aquele que possuir o pior resultado;
- (6) **Indicador representativo** – identificar a variável que ofereça uma informação confiável do desenvolvimento do sistema.
- (7) **Avaliação subjetiva da viabilidade** – se uma pequena quantidade de informações estiver disponível, deve-se fazer uma avaliação subjetiva e sumária do sistema.

Alguns desses procedimentos apresentam uma certa validade, mas a sua utilização nem sempre é necessária, ou mesmo possível, de acordo com o contexto local. Por exemplo, ao se priorizar a condensação ou a cesta básica, pode-se perder a visão do sistema, o que também seria bastante importante. Por esse motivo, MEADOWS (1998) relacionou alguns riscos aos quais se está sujeito durante o processo de escolha e utilização de indicadores de sustentabilidade:

- (1) **Dependência de falsos modelos** – escolher indicadores baseados em relações de causa e efeito que não são reais;
- (2) **Desviar a atenção da experiência direta** – pode-se utilizar os números para mudar a percepção das pessoas, por exemplo, utilizar o aumento do preço das ações para afirmar que a economia está bem, embora o índice de desemprego continue elevado;
- (3) **Excesso de agregação** – se muitas coisas são colocadas juntas, sua mensagem combinada pode ficar indecifrável. Por exemplo, no PIB são medidos os gastos “bons” como educação ou lazer e “ruins” como hospitalização e gastos com segurança;
- (4) **Excesso de confiança** – os indicadores podem dar a falsa sensação de que existe controle da situação, embora eles somente monitorem o que está ocorrendo;

- (5) **Falsificação deliberada** – se o indicador trazer más informações, as pessoas podem deliberadamente alterar algumas definições ou mascarar alguns dados;
- (6) **Incompletude** – os indicadores apenas são um pequeno pedaço de informação sobre o sistema, não possuem uma série de detalhes e particularidades que somente a vida real apresenta;
- (7) **Medir o que é mensurável, ao invés do que é importante** – por dificuldades operacionais, pode-se correr o risco de medir algum fenômeno relacionado, ao invés daquilo que realmente se precisa saber, por exemplo número de crianças na escola ao invés de seu aprendizado.

Sendo assim, a elaboração e uso dos indicadores consiste em um processo que não requer apenas o conhecimento do fenômeno, ou instituição, em questão; mas o cumprimento de alguns procedimentos para sua escolha e validação.

### 4.3 - Matriz de Avaliação dos indicadores

Uma vez ordenados os indicadores de emprego (Capítulo 3), a etapa seguinte consistiu em avaliar, de acordo com os critérios apresentados na bibliografia, quais seriam os melhores indicadores. Para tanto se elaborou uma matriz de avaliação, com base nos critérios de escolha de indicadores, apresentados na bibliografia.

Todavia, devido ao grande número de indicadores a serem avaliados e de critérios a serem utilizados, os preenchimentos da uma matriz mostrou-se como uma tarefa trabalhosa e demorada.

Como forma de simplificar o processo tentou-se, reduzir o número de critérios, a agrupando-os por similaridade. Algumas das tentativas realizadas são apresentadas na Tabela sete. As alternativas geradas, todavia, não foram consideradas satisfatórias, uma vez que em alguns casos, se perderia muita informação. A própria avaliação dos indicadores tornou-se mais complexa, pois muitos indicadores passaram a atender parcialmente cada critério.

Reviu-se então a decisão de agrupamento e optou-se por trabalhar com os critérios individualmente. Entretanto, a análise dos critérios realizada durante as tentativas de agrupamento permitiu verificar que, não necessariamente, o atendimento a todos os critérios eram desejáveis, ou mesmo possíveis, para um mesmo indicador. A bibliografia sugeria que dever-se-ia ter indicadores tangíveis e intangíveis, indicadores que a população pudesse medir e indicadores que a população não pudesse medir, indicadores quantitativos e qualitativos, ou mesmo, indicadores que fossem estáveis ao longo do tempo e indicadores que fossem flexíveis.

Para aplicação da matriz de avaliação, nesses casos, a aplicação de ambos os critérios não geraria nenhum resultado, pois se o indicador não atendesse a um critério, atenderia ao outro, necessariamente. Como não havia forma de avaliar qual critério seria o mais indicado, muito menos o mérito dos autores que os propunham, optou-se por excluir os indicadores “contraditórios”.

**Tabela 7: Exemplo de agregação de critérios**

Simulação 1	Simulação 2
<p><b>Envolvimento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Clareza na comunicação</li> <li>Pró-atividade</li> <li>Coerência com realidade local</li> <li>Construção participativa</li> <li>Monitoramento participativo</li> </ul> <p><b>Capacidade de indicar tendência</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Facilidade para definição de metas</li> <li>Preditividade</li> <li>Sensibilidade a mudanças no tempo</li> <li>Estabilidade no tempo</li> <li>Adequabilidade a mudanças da realidade</li> </ul> <p><b>Holismo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Abrangências das dimensões</li> <li>Capacidade de síntese</li> <li>Complementaridade à ação comunitária</li> </ul>	<p><b>Envolvimento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Clareza na comunicação</li> <li>Pró-atividade</li> <li>Coerência com realidade local</li> <li>Facilidade para definição de metas</li> <li>Relevância</li> <li>Construção participativa</li> </ul> <p><b>Capacidade de indicar tendências</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Preditividade</li> <li>Sensibilidade a mudanças no tempo</li> </ul> <p><b>Holismo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Abrangências das dimensões</li> <li>Capacidade de síntese</li> </ul> <p><b>Espacialidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Amplitude geográfica adequada</li> <li>Padronização</li> </ul>

<p><b>Espacialidade</b></p> <p>Amplitude geográfica adequada</p> <p>Padronização</p> <p><b>Mensurabilidade</b></p> <p>Acessibilidade dos dados</p> <p>Capacidade de ser quantificável</p> <p>Capacidade de ser qualificável</p> <p>Intangibilidade</p> <p>Tangibilidade</p> <p><b>Relevância</b></p> <p><b>Rigor</b></p> <p>Consistência científica</p> <p>Confiabilidade da fonte</p>	<p><b>Acessibilidade</b></p> <p>Acessibilidade dos dados</p> <p>Consistência científica</p> <p>Confiabilidade da fonte</p> <p><b>Não utilizados</b></p> <p>Tangibilidade</p> <p>Intangibilidade</p> <p>Monitoramento participativo</p> <p>Complementaridade à ação comunitária</p> <p>Capacidade de ser quantificável</p> <p>Capacidade de ser qualificável</p> <p>Estabilidade no tempo</p> <p>Adequabilidade a mudanças da realidade</p>
--	--

Ainda com relação à elaboração da matriz de avaliação optou-se por retirar também o critério “construção participativa”. Em situações reais de elaboração dos indicadores é de grande importância que a população participe da elaboração e monitoramento dos indicadores. Como no caso específico desse trabalho a fonte exclusiva foi a bibliografia, nenhum dos indicadores atenderia a esse critério, optou-se também por retirar esse critério.

Dessa forma acabou-se criando a matriz com os seguintes critérios:

- (1) Acessibilidade dos dados
- (2) Clareza na comunicação
- (3) Relevância
- (4) Abrangências das dimensões
- (5) Amplitude geográfica adequada
- (6) Padronização
- (7) Preditividade

- (8) Pró-atividade
- (9) Sensibilidade temporal
- (10) Facilidade para definição de metas
- (11) Coerência com realidade local
- (12) Consistência científica
- (13) Confiabilidade da fonte
- (14) Capacidade de síntese

Considerou-se, então, que submeter a avaliação de todos os indicadores pelos 14 critérios a outras pessoas seria uma atividade muito trabalhosa e que teria baixo índice de resposta. Os autores optaram, então, por realizar uma primeira avaliação, individualmente, para verificar a aplicabilidade da matriz.

Utilizou-se, nesse momento, um raciocínio binário para o preenchimento da matriz. Quando o indicador não atendia a um critério, atribuía-se o valor 0 (zero) à célula da matriz, quando o indicador atendia, atribuía-se 1 (um). A matriz preenchida é apresentada na tabela oito.

A matriz preenchida pelo autor foi feita utilizando-se critérios subjetivos, o que dá margens a várias interpretações, sendo o ideal que a matriz fosse preenchida através de um processo de participação popular, o que acabou por um problema de tempo não sendo efetivado neste trabalho.

**Tabela 8: Exemplo de matriz de avaliação preenchida**

Indicadores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	Total
Critérios															
Produtividade do Trabalhador (DUNFORD, 1996)	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	13
Coefficiente de Empregabilidade (DUNFOR, 1996)	1	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	13
Taxa de Participação da Força de Trabalho (OIT, 2002)	1	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	13
Condições no emprego (OIT, 2002)	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	1	8
Emprego Setorial (OIT, 2002)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
N.º Trabalhadores em meio expediente (OIT, 2002)	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3
N.º Horas Trabalhadas (OIT, 2002)	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	6
Emprego Informal (OIT, 2002)	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	9
Taxa de Desemprego (OIT, 2002)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
Taxa de Desemprego na população jovem (OIT, 2002)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
Tempo de Desemprego (OIT, 2002)	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	5
Desemprego por grau de escolaridade (OIT, 2002)	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
Diferenças no nível de escolaridade (OIT, 2002)	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	9
Salários Reais Médios na Indústria (OIT, 2002)	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	10
Ganho Salarial por ocupação (OIT, 2002)	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	10
Custos do trabalho (OIT, 2002)	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	5
Produtividade do trabalhador (OIT, 2002)	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	13
Fluxo do Mercado de Trabalho (OIT, 2002)	1	0	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	10

#### 4.4 – Seleção dos indicadores, com base nos critérios de sustentabilidade

A partir da matriz, foram selecionados os indicadores de emprego que atingiram uma pontuação igual ou superior a dez pontos.

**Tabela 9: Indicadores pré-selecionados**

<b>Indicadores</b>	<b>Princípios</b>	<b>Pontuação média</b>
Emprego Setorial	<b>Quantidade de empregados em cada setor da economia</b>	<b>14</b>
Taxa de Desemprego	<b>Número de pessoas que estão desempregadas em relação a população total</b>	<b>14</b>
Taxa de Desemprego População Jovem	<b>Número de pessoas que estão desempregadas na faixa etária entre 18 a 22 anos em relação ao total da população da mesma faixa etária</b>	<b>14</b>
Produtividade do Trabalhador	<b>Valor adicionado dividido pelo número de pessoas empregadas</b>	<b>13</b>
Coefficiente de Empregabilidade*	<b>Relação entre total de pessoas empregadas e o total da população</b>	<b>13</b>
Desemprego por grau de escolaridade	<b>Número de pessoas desempregadas por nível de escolaridade</b>	<b>13</b>
Taxa de participação da força de trabalho*	<b>Relação do número de pessoas empregadas pela população total</b>	<b>13</b>
Fluxo do mercado de trabalho	<b>Movimentações de contratações e demissões dentro do mercado de trabalho</b>	<b>10</b>
Ganho salarial por ocupação	<b>Valor dos salários pagos por setor da economia</b>	<b>10</b>
Salários reais médios na indústria	<b>Valor dos salários pagos no setor industrial</b>	<b>10</b>

\* Foram condensados os dois indicadores Dunford (1996) e OIT (2002) por serem análogos

Ao se avaliar as alternativas, percebeu-se que todas eram aplicáveis e forneciam bons resultados, diferentes no grau de refinamento. Todavia, as matrizes onde havia maior quantidade de variáveis, apresentavam maior risco de comprometer a objetividade do processo

de escolha, uma vez que havia uma maior arbitrariedade em sua elaboração. Tais matrizes são melhor aplicáveis quando há um processo participativo, ou colaborativo, de construção e preenchimento das matrizes.

A partir da comparação das matrizes preenchidas, ao invés de se buscar o “melhor indicador”, procurou-se excluir aqueles que em ambas seleções apresentavam baixa pontuação, abaixo de 10 pontos. Os restantes, apresentados na Tabela nove, foram então analisados individualmente, sendo utilizados para elaboração dos novos indicadores de sustentabilidade.

## **5 – RESULTADOS OBTIDOS NO ESTUDO DE CASO**

Neste capítulo analisam-se os resultados obtidos pelos indicadores selecionados no capítulo anterior e que foram aplicados para a cidade de Jaboticabal. Um diagnóstico do município de Jaboticabal, que visa familiarizar o leitor com a cidade esta prescrita no anexo um deste trabalho. O anexo dois apresenta todos os resultados obtidos individualmente por cada um dos nove indicadores.

### **5.1 – Considerações Metodológicas**

No Brasil, existem duas pesquisas mensais que tratam da questão do emprego: a mais antiga, denominada de Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acompanha o desempenho do mercado de trabalho em seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre) e, como o próprio nome diz, preocupa-se com o próprio emprego. A segunda pesquisa realizada mensalmente por iniciativa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio – Econômicos (DIEESE) e da fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) do governo paulista, criou-se a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada atualmente nos mercados metropolitanos de trabalho de São Paulo, Recife, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador, que tem como principais indicadores as taxas de desemprego aberto em 30 dias. Esta segunda pesquisa leva em consideração também: desemprego oculto pelo trabalho precário (que inclui trabalhadores desempregados que exerceram algum tipo de bico e buscaram emprego) e desemprego oculto pelo desalento (inclui trabalhadores desempregados e que por motivo de desalento não buscaram emprego no período de referência) (MATOSO, 1999).

Este tópico visa explicar a forma como foram aplicados os indicadores selecionados no capítulo quatro, com base na matriz de avaliação dos indicadores. Os indicadores de emprego foram aplicados para a cidade de Jaboticabal começando do indicador que necessitava da menor desagregação para o que necessitava de uma maior desagregação de dados, com exceção do indicador de fluxo do mercado de trabalho, que por utilizar uma outra base de dados do emprego foi analisado por último. Outra ressalva que se faz necessária foi a fusão

dos indicadores que tratam do valor médio dos salários pagos nos grandes setores da economia e os salários reais médios pagos na indústria, pelo fato de o primeiro indicador englobar o segundo. Assim sendo, os nove indicadores selecionados para a posterior aplicação foram, em ordem de aplicação:

1-Taxa de Desemprego

2-Taxa de Participação da força de trabalho

3-Coeficiente de Empregabilidade

4- Taxa de desemprego da população jovem (idade entre 15 e 24 anos)

5-Produtividade do Trabalhador

6-Emprego Setorial

7- Desemprego por grau de escolaridade

8-Salários reais médios nos setores da economia

9- Movimentações de contratações e demissões dentro do mercado de trabalho

A princípio, será feita a aplicação de uma forma abrangente no município de Jaboticabal, como um todo, utilizando dezesseis anos específicos, tendo início no ano de 1986 (dados mais antigos disponíveis) e terminando com os dados mais recentes, que são de 2001, com exceção do indicador quatro, que inclui apenas os dados entre os anos de 1993 (primeiro ano disponível) e 2001 (último ano disponível), e do indicador nove, que tem como o primeiro ano de análise 1997(dados mais antigos disponíveis), e o último ano de análise o ano de 2002 (últimos dados disponíveis).

Para o período de 1986 a 2001: serão aplicados os indicadores de um a oito e terão como base, no que tange ao número de empregados, o Relatório Anual de Informação Social (RAIS), os números que serão usados para se obter a população total do Brasil, e a população jovem (15 a 24 anos) contidas no indicador quatro e a população economicamente ativa (15 a 64 anos), contida no indicador três. Sendo assim, o exercício seguirá esta lógica: os anos de 1986, 1987,

1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994 e 1995 terão como base o ano de 1991 (ano do censo demográfico do IBGE) os anos de 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001 terão como base o ano de 2000 (ano de censo demográfico do IBGE e única fonte de dados disponíveis) A população total e os dados equivalentes ao Valor Adicionado Fiscal foram pesquisados no Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE), estando os números totais do Valor Adicionado Municipal deflacionados em valores constantes de 2001.

O indicador nove, que trata da movimentação de contratações e demissões dentro do mercado formal de trabalho, terá como base de dados o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e englobarão o período de janeiro de 1997 (dados mais antigos) e dezembro de 2002 (dados mais recentes), considerando ano por ano, ou seja, serão estudados os anos de 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002.

Duas suposições devem ser feitas para esta pesquisa:

1. O número de pessoas desempregas é entendido, como sendo o número de pessoas que foram demitidas, ou seja, que já estão inseridas no mercado de trabalho sem contar o montante da população que nunca teve nenhum vínculo empregatício.
2. O número de empregados levará em consideração apenas o universo de pessoas que estão legalmente registradas no mercado de trabalho.

A limitação destes dados se deve especialmente a incapacidade de refletir o mercado informal de trabalho. O que só poderá ser obtido por meio de uma pesquisa primária no próprio município.

A utilização da RAIS e CAGED tem sido alvo de diversas críticas. Duas dessas críticas afetam de forma direta a presente pesquisa. A primeira crítica refere-se ao universo coberto, o das relações contratuais formalizadas por intermédio de “carteira assinada”. A segunda crítica está endereçada ao método de coleta da informação primária, por auto classificação. Trata-se, sem dúvida, de dois problemas importantes que afetam a RAIS e o CAGED, assim como, com intensidade diferente, também outras fontes.

A seriedade da crítica deve ter pelo menos dois desdobramentos, deve-se como adverte Suzigan (1997), em primeiro lugar, servir de advertência contra o uso de resultados de forma absoluta, desconsiderando os possíveis efeitos de tais práticas no produto final. Isto significa que o pesquisador que recorre a RAIS e CAGED (e qualquer outra fonte) deveria evitar a prática de simplesmente indicar de forma breve e pontual a existência de um possível problema estatístico, para em seguida esquecer a sua existência ao analisar o resultado. O pesquisador deve, diferentemente, considerar a possibilidade de que o problema estatístico afete as suas conclusões e que a única solução possível para o problema é uma utilização criteriosa dos resultados, verificando a cada momento que efeitos eles podem ter na análise que está sendo realizada, e como esta seria modificada pelas estatísticas. Mas aquela crítica deveria também, em segundo lugar, servir de estímulo a uma busca de estatísticas mais confiáveis, com metodologia aperfeiçoada, para a qual o empenho coletivo dos pesquisadores e responsáveis deve partir justamente de uma utilização que explicita as dificuldades, tanto quanto as possibilidades de cada fonte e método, conclui Suzigan (1997).

O banco de Dados da RAIS e CAGED, ao considerar apenas os empregos formais, esta excluindo uma parcela sensível dos trabalhadores e dos ocupados. Isso coloca a questão do quanto importante é essa parcela. Tratando-se de municípios e regiões, como é o caso do objeto desta dissertação de mestrado, com número importante de grandes empresas e uma base sindical já implantada, dificilmente se pode conceber que o grau de informalidade das relações seja importante e atinja parcelas significativas dos ocupados. Existe, sim, em alguns casos, o recurso ao trabalho doméstico, remunerado por tarefa e não formalizado. É importante ter isso em mente, sobretudo porque nas aglomerações em que essa possibilidade existe pode ocorrer uma subestimação da importância dessas atividades. Na maior parte dos casos, a contrapartida é uma superestimação da importância relativa das atividades complementares em que a informalidade é menor. Isto afeta, é claro, a importância relativa das atividades básicas complementares, dependendo do peso relativo que tenha em cada uma delas a informalidade (SUZIGAN, 1997).

Segundo SUZIGAN (1997), uma segunda crítica que deve ser feita refere-se à possibilidade de que as firmas, operando com diversas plantas em diferentes regiões, lancem os seus trabalhadores sem correspondência com a sua localização espacial efetiva. Assim, uma

empresa com unidades em diferentes municípios não pertencentes à mesma micro região, pode estar lançando o conjunto do seu contingente numa mesma unidade, distorcendo os resultados. A última crítica que existe é endereçada à autoclassificação. Os enquadramentos setoriais e profissionais, sendo realizado pela unidade de coleta (a empresa), podem apresentar distorções.

Feitas estas considerações metodológicas que relativizam a importância da crítica às principais fontes de dados que se utilizou para realizar este trabalho, entra-se na questão de como foram agrupados os indicadores selecionados para a posterior análise.

Para início de trabalho, será feito um levantamento dos indicadores selecionados e aplicação destes para o município de Jaboticabal como um todo. Esta forma de aplicação de resultados segue uma lógica de primeiro traçar um diagnóstico geral do emprego local, sob a ótica dos princípios de sustentabilidade na área de emprego, criando uma série histórica que englobará um período de 15 anos (1986-2001), possibilitando traçar um perfil do emprego municipal.

Esta análise visa criar um embasamento estatístico que permita à sociedade local discutir realmente o município apresenta de positivo e de negativo, e quais são os seus pontos de destaque frente à região, estado e país, englobando seus principais setores de destaque. Este estudo será feito com base em quatro tabelas (Jaboticabal, Região Administrativa de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo e Brasil) que englobam os nove indicadores em questão.

Será feito um levantamento e posterior aplicação, com base nos relatórios e diagnósticos municipais, melhor detalhados na seção um deste capítulo, seguidos de uma série de entrevistas na própria cidade de Jaboticabal no ano de 2003.

Este levantamento primário, em conjunto com os levantamentos secundários, tem ainda a finalidade de possibilitar a indicação de futuras políticas públicas que serão sugeridas para o poder público local, tendo como objetivo um monitoramento do emprego local e também visando tentar minimizar o impacto das políticas macroeconômicas nacionais no âmbito do município, que serão discutidas no capítulo conclusivo desta dissertação de mestrado.

## 5.2 – Resultados

A partir deste momento serão analisados os resultados obtidos de forma isolada na cidade de Jaboticabal. Estes números visam caracterizar e traçar de uma forma detalhada o histórico do comportamento do emprego Municipal, diagnosticando todas as características intrínsecas da cidade no âmbito que rege a geração de empregos.

O levantamento destes nove indicadores permitiu obter uma perspectiva da sustentabilidade. Uma outra, obtida por entrevistas favorecerá a comparação.

Os relatos que serão verificados na próxima seção vão tentar explicar a nível municipal alguma ou algumas alterações muito grandes ocorridas no município. Visando dar uma maior credibilidade para análise os dados do município serão comparados à Região Administrativa de Ribeirão Preto, ao qual o município de Jaboticabal esta inserido, Estado de São Paulo e Brasil. Estas comparações visam tentar entender se estas variações estão relacionadas com o contexto macroeconômico da economia, ou são frutos de alguma sazonalidade microeconômica da própria cidade.

Para que se tenha uma análise mais complexa, foi definida uma série de princípios:

1. Os dados da tabela dez mostram como estão classificados os indicadores aplicados
2. Os dados da tabela onze servem como referência dos indicadores com o enfoque principal do trabalho que é a geração de emprego.
3. Para facilitar a análise dos nove indicadores foi feita uma tabela mais ampla englobando os quatro primeiros indicadores, que são referente a taxas.
4. Os indicadores de cinco a nove serão analisados de forma separada devido à complexidade e maior abrangência de seus números.

**Tabela 10**

<b>Indicadores Aplicados na cidade de Jaboticabal</b>
<b>Indicador 1</b> – Taxa de Desemprego
<b>Indicador 2</b> – Taxa de participação da força de trabalho
<b>Indicador 3</b> – Coeficiente de Empregabilidade
<b>Indicador 4</b> – Taxa de Desemprego na População Jovem
<b>Indicador 5</b> – Produtividade do Trabalhador
<b>Indicador 6</b> – Emprego Setorial
<b>Indicador 7</b> – Desemprego Por Grau de Escolaridade
<b>Indicador 8</b> – Salários Reais Médios nos Setores da Economia
<b>Indicador 9</b> – Movimentações de Contratações dentro do Mercado de Trabalho

**Tabela 11**

<b>Número de empregados na cidade de Jaboticabal</b>								
	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>
<b>N.º de empregados</b>	13.545	13531	14.483	14.178	14.194	13.303	12.515	14.081
	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>N.º de empregados</b>	12.766	12.035	12.392	12.639	13.095	12.982	13.681	14.422

Fonte: RAIS - Mtb

O emprego formal na cidade de Jaboticabal apresentou um aumento acumulado de 6,47% entre os anos de 1986 e 2001. Inicialmente esta evolução é positiva. Entretanto a evolução do emprego na cidade foi de apenas 0,43%, ao ano, contra um crescimento vegetativo verificado no último censo do IBGE (2000) de 2,2%, logo a atividade econômica local não criou oportunidades de emprego as taxas necessárias.

**Tabela 12**

<b>INDICADORES</b>	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>
<b>Indicador 1 - Taxa de Desemprego</b>	29,18%	29,68%	26,53%	20,86%	17,32%	16,04%	15,49%	9,71%
<b>Indicador 2 - Taxa de Participação da Força de Trabalho</b>	25,43%	24,88%	26,09%	25,03%	24,56%	22,57%	20,86%	23,09%
<b>Indicador 3 - Coeficiente de Empregabilidade</b>	0,37	0,37	0,40	0,39	0,39	0,36	0,34	0,38
<b>Indicador 4 - Taxa de Desemprego da População Jovem</b>	65,64%	67,47%	57,67%	44,52%	40,62%	35,56%	31,96%	20,75%
<b>INDICADORES</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>Indicador 1 - Taxa de Desemprego</b>	10,89%	11,26%	9,60%	12,00%	9,88%	9,86%	10,45%	10,93%
<b>Indicador 2 - Taxa de Participação da Força de Trabalho</b>	20,61%	19,14%	19,43%	19,56%	20,00%	19,55%	20,32%	21,14%
<b>Indicador 3 - Coeficiente de Empregabilidade</b>	0,35	0,33	0,33	0,34	0,35	0,35	0,37	0,39
<b>Indicador 4 - Taxa de Desemprego da População Jovem</b>	21,57%	22,63%	19,20%	21,02%	18,74%	18,60%	18,91%	20,09%

O indicador um, que trata da taxa de desemprego, mostra que os números da cidade estão extremamente positivos, contrariando o que foi observado na variação do emprego total, pois a taxa de desemprego no município aponta para uma queda muito acentuada deste número. O indicador que mostrava que no ano de 1986, 29,86% do montante total da população da cidade estava desempregada, passou a mostrar no ano de 2001, 10,93% desta população em uma condição de desemprego. O mercado de trabalho na cidade de Jaboticabal apresentou um forte recuo da taxa de desemprego entre os anos de 1986 e 1993, ano em que foi registrado o número mais baixo de desemprego em relação à população total do município 9,71%; a partir deste ano as taxas foram sendo alternadas, mais de uma forma mais ou menos constante, ou seja, com pouca alteração. Os biênios 1988-1989 e 1992-1993 podem ser considerados períodos atípicos, pois ocorreram quedas de quase seis pontos percentuais.

Analisando-se o contexto macroeconômico, percebemos que o período de 88 a 89 e de 92 a 93, foram extremamente positivo na economia brasileira, com crescimento do produto interno bruto nacional, apesar da alta inflação. Os dados da tabela abaixo mostram como foi o

comportamento do indicador taxa de desemprego para a Região de Governo de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, para o período de 1986 a 2001 e o biênio 1992 - 1993.

**Tabela 13**

<b>Taxa de Desemprego</b>				
	<b>1986</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>2001</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	15,48%	10,86%	10,42%	10,42%
<b>Região de Governo de Ribeirão Preto</b>	21,12%	14,63%	15,00%	11,90%
<b>Jaboticabal</b>	29,18%	15,49%	9,71%	10,93%

Fonte: RAIS - Mtb  
SEADE

Observa-se claramente que a taxa de desemprego declinou de uma forma muito acentuada entre os anos de 1986 e 1992 em todas as regiões que foram analisadas. Isto ocorreu também analogamente com a cidade de Jaboticabal. O que vale a pena ressaltar é que depois do ano de 1992, estas mesmas taxas começaram a ser manter em nível mais ou menos constantes.

Os números encontrados tanto para a cidade de Jaboticabal, como para as outras regiões acaba confirmando o que foi discutido no capítulo dois desta pesquisa; o de que a partir do início dos anos 90 ocorreu uma dificuldade maior na geração de empregos, o que acabou sendo responsável pela estabilização e em certos momentos o aumento da taxa de desemprego, como foi refletido no município de Jaboticabal, a partir do ano de 1993.

O indicador dois, que trata da taxa de participação da força de trabalho, também acabou apresentando uma tendência similar pois, até o ano de 1993 os dados mostram uma taxa de ocupação que atingia no município um valor que variava entre 23 e 25 %. A partir do ano de 1993 esta taxa declinou para a casa dos 19% em média, não mais se recuperando nos anos posteriores.

O indicador três, entretanto, que trata da capacidade de Empregabilidade teve uma trajetória um pouco diferenciada, pois apresentou um comportamento bem instável no período com alternância de quedas e aumentos. O indicador não deixa de ser extremamente negativo para a cidade, pois o nível municipal de Empregabilidade nestes últimos 15 anos acabou se

mantendo constante. No ano de 2001 o número era apenas 0,2 maior do que há quinze anos atrás 1986. Este indicador mostra que o índice apesar de ter mudado bastante, não representou ganhos substanciais para a cidade.

O indicador quatro, taxa de desemprego na cidade mostra um número aparentemente positivo, com uma queda nestes quinze anos pesquisados de quase 70%. O que deve se ressaltar, quanto ao uso deste indicador e que de uma maneira geral torna o mesmo obtuso reside no fato de que o número de desempregados, aqui tratados são na verdade o número de pessoas que foram demitidas no mercado de trabalho. Estes dados na verdade foram conseguidos através do Relatório Anual de Informação Social e são as únicas fontes disponíveis para se pesquisar que mais se aproxima com a realidade, sem se fazer uma pesquisa primaria na cidade. Estes números, portanto só abrangem o universo de pessoas que já tiveram um vínculo empregatício, ou seja, já foram registradas, não encampando as pessoas que nunca fizeram parte do mercado de trabalho. É sabido que no Brasil desde de meados dos anos 90 o mercado de trabalho informal ganhou proporções enormes e por isso os dados deste indicador, apesar de importante não fornece um retrato fiel da realidade.

O indicador cinco mostra a produtividade de cada trabalhador. No ano de 1993 cada trabalhador, individualmente, da cidade gerava para o município R\$ 40.658,97. Este número passou para o ano de 2001 à R\$ 29.213,33, ou seja, uma queda acumulada no período de 28,15%. Esta queda esta relacionada, se voltarmos para a tabela XIV a uma queda muito brusca ocorrida na geração do Valor Adicionado para a cidade de Jaboticabal. Esta queda se verificou de uma maneira mais intensa a partir do ano de 1995 e os motivos da mesma valem a pena ser levantados na cidade posteriormente. Os dados do Valor adicionado é bom salientar foram deflacionados e estão em moeda corrente em reais de 2001.

O indicador seis que trata do comportamento setorial, tem por objetivo analisar as principais características do mercado de trabalho no município, verificando qual a verdadeira "vocaçao" da cidade. Os dados da Tabela vinte e um mostram a variação acumulada do emprego setorial na cidade de Jaboticabal, Região de Governo de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo e Brasil entre os anos de 1986 e 2001.

**Tabela 14**

<b>Variação Acumulada do emprego (1986 - 2001)</b>				
	<b>Brasil</b>	<b>Est. São Paulo</b>	<b>Reg. Gov. Rib. Preto</b>	<b>Jaboticabal</b>
<b>Indústria</b>	<b>-16,11%</b>	<b>-33,64%</b>	<b>-10,67%</b>	<b>-12,62%</b>
<b>Construção Civil</b>	13,90%	9,53%	106,28%	75,97%
<b>Comércio</b>	55,95%	53,67%	55,53%	24,58%
<b>Serviços</b>	31,29%	35,44%	43,37%	5,39%
<b>Agropecuária</b>	193,72%	107,38%	5,42%	41,71%
<b>Total</b>	<b>22,68%</b>	<b>10,94%</b>	<b>26,88%</b>	<b>6,47%</b>

Fonte: RAIS - Mtb

Observa-se que a cidade de Jaboticabal apresentou um comportamento análogo às outras regiões estudadas, ou seja, apenas o setor da indústria apresentou uma variação negativa neste contexto, assim como as outras regiões. O setor industrial acabou seguindo uma tendência já observada de uma maneira geral em todo o país, corroborada na tabela acima pelas variações das demais regiões. As causas e efeitos desta queda do emprego industrial foram estudadas no capítulo dois deste trabalho e se referem mais ao cenário macroeconômico brasileiro do que ao cenário local, enfoque principal desta parte da pesquisa.

Destaca-se na cidade a evolução do emprego no setor de construção civil, com um aumento acumulado de 75,97%. Este mesmo movimento foi observado na Região de Jaboticabal, que apresentou um aumento de 106,28% no período. Em um contexto mais abrangente como o Estado e o País observaram-se um aumento mais não em tamanhas proporções. O período que impulsionou este aumento foi o biênio de 1988-89, como foi observado na tabela 15, com um aumento de aproximadamente 200%. O segundo setor mais cresceu, em número de empregados, foi o setor da agropecuária e notadamente o biênio 1992-93 foi o que mais apresentou aumento (Tabela 15), apesar de que se comparado a nível nacional e estadual este aumento foi menor, mais se comparado no âmbito regional ele se manteve bem destacado.

É passível de análise, a comparação entre o indicador um e o indicador seis, pois segundo o indicador um, que mede a taxa de desemprego, foi exatamente nestes dois biênios que as taxas de desemprego tiveram as maiores reduções.

As entrevistas visam identificar se realmente o setor agropecuário e de construção civil foram responsáveis por esta queda na taxa do desemprego municipal ou se este movimento foi ocasionado por algum fator macroeconômico, através de relatos e entrevistas com as comunidades locais.

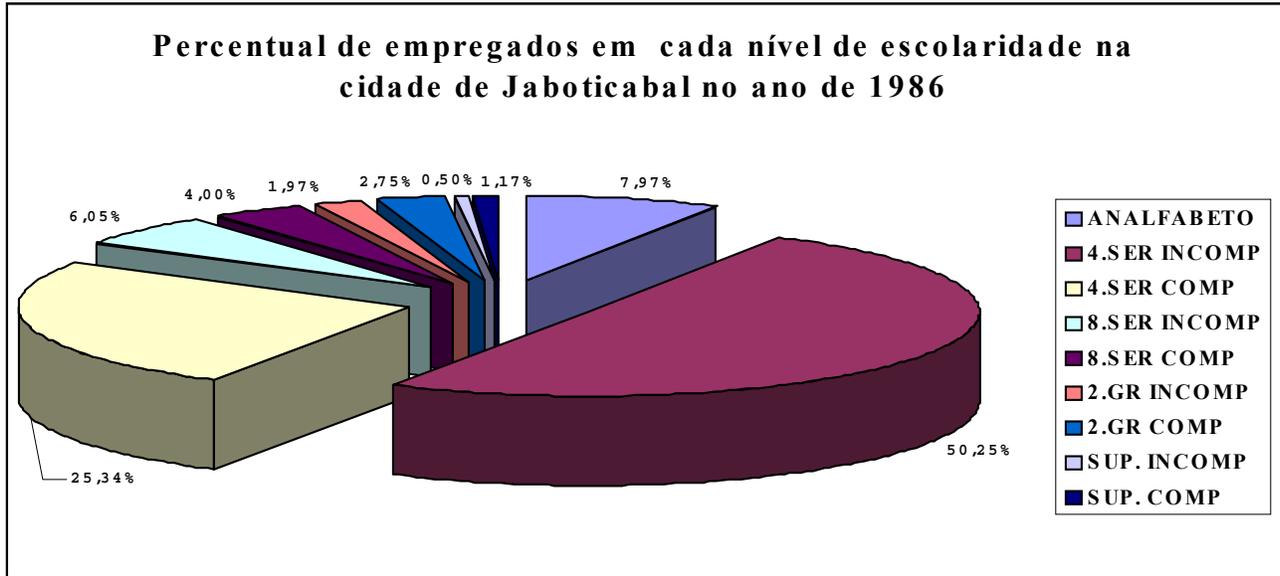
O indicador sete tem por objetivo a qualificação profissional. A partir da concentração maior dos números de empregos por grau de escolaridade. O gráfico dezenove e vinte mostram o percentual da população empregada dividida pelo nível de escolaridade no primeiro ano da pesquisa (1986) e no último ano da pesquisa (2001).

Através dos dados dos gráficos dezenove e vinte, pode-se observar que o nível de qualificação profissional do trabalhador na cidade de Jaboticabal apresentou saltos qualitativos muito importantes no período. A qualificação predominante nos dois anos estudados é a mesma: mas enquanto que no ano de 1986 mais de 50% de todos os empregados do município se situavam na faixa, quarta série incompleta, este número se contraiu no ano de 2001 para aproximadamente 30%.

Os vários graus de escolaridade mais avançados, denominados aqui como sendo a faixa que engloba do primeiro grau completo em diante, apresentaram variação positiva nestes últimos quinze anos pesquisados.

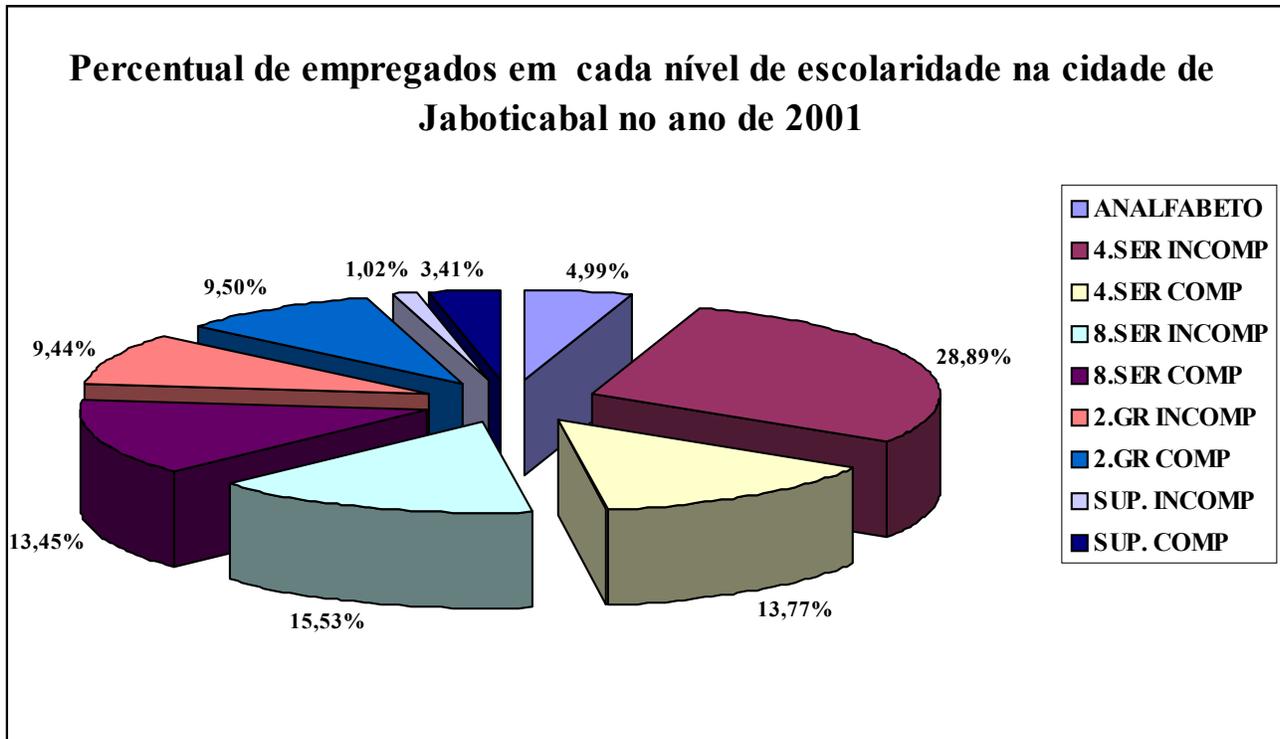
Estes dados são extremamente importantes para o município, pois mostra que de uma maneira geral os trabalhadores estão cada vez mais se especializando e procurando avançar em relação ao número de anos estudados.

**Gráfico 7**



Fonte: RAIS - Mtb

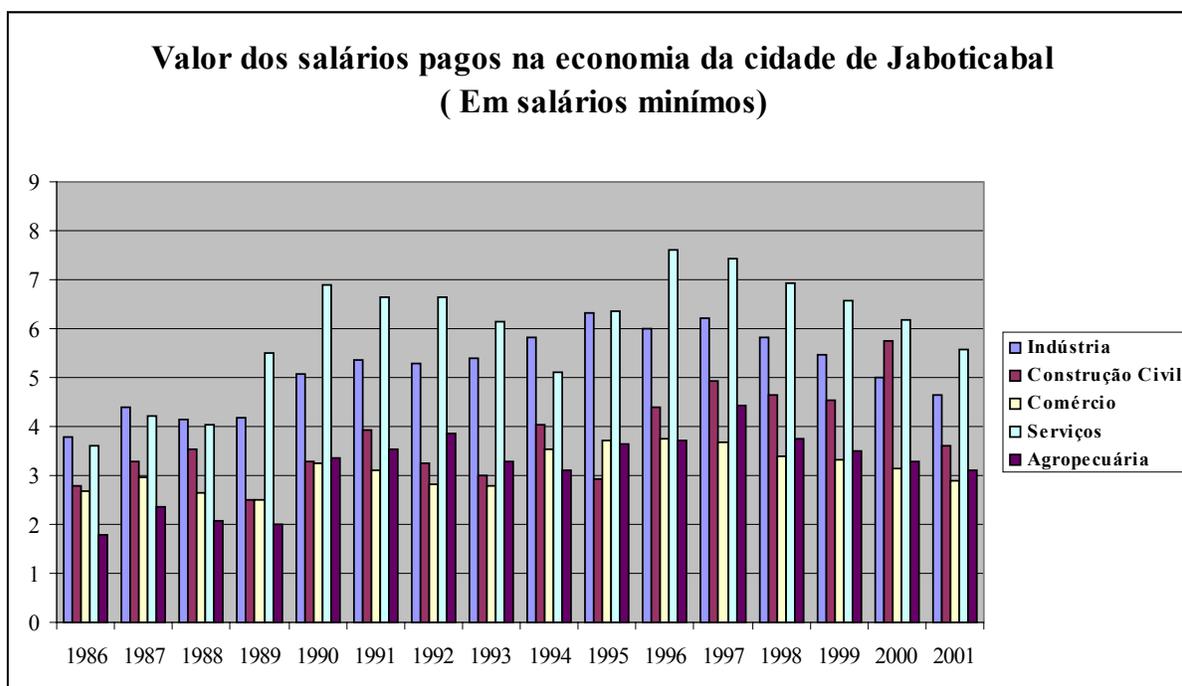
**Gráfico 8**



Fonte: RAIS - Mtb

O indicador oito mostra os salários médios na economia da cidade de Jaboticabal. Analisando de uma forma geral a média de salários pagos na economia do município, pode-se chegar a algumas constatações: os salários mais altos pagos no município são os salários industriais e do setor de serviços.

### Gráfico 9



Fonte: RAIS – Mtb

Destaca-se na cidade os altos salários pagos no setor de serviços, que a partir do ano de 1989 superou os valores pagos na indústria, tradicionalmente o setor que possui o melhor salário.

Apesar dos indicadores anteriores mostrarem uma queda no nível de ocupação e de produtividade do trabalhador, o indicador oito mostrou uma grande evolução no valor dos salários pagos na economia da cidade: o trabalhador de Jaboticabal que recebia, em moedas correntes de 2002, R\$674,00 no ano de 1986, passou a receber no ano de 2001 R\$908,00 em média por mês. Isto mostra uma evolução de 34,71% no nível salarial.

O indicador nove é responsável por mostrar como foi feita as movimentações no mercado de trabalho da cidade e no período disponível da pesquisa (1998-2002), verifica-se um equilíbrio

muito grande entre demissões (33.320 mil trabalhadores) e admissões (33.730 mil trabalhadores), tendo uma variação absoluta do emprego em apenas 410 postos de trabalho.

Com a conclusão dos indicadores levantou-se questões importantes quanto ao município de Jaboticabal e que serviu de base para a elaboração de um questionário. O mesmo será aplicado a lideranças locais, para contrapor-se com os resultados obtidos pelos indicadores.

### **5.3 – Percepção de representantes do poder público local**

Com base nos resultados obtidos a partir da aplicação dos indicadores secundários, foi elaborado um questionário visando abranger o mercado de trabalho de uma forma geral no município, dando uma maior ênfase às particularidades observadas nos resultados anteriores. Foram realizadas entrevistas com membros de lideranças locais, membros de sindicatos e poderes públicos locais.

Procurou-se ponderar os resultados além de comparar os dados levantados. Procura-se criar propostas e levantar indicadores qualitativos, que poderão ser usados pelo poder público local no intuito de mensurar e de tentar causar um menor efeito do desemprego sobre a população.

#### **Questionário**

- 1- Com base no indicador um (taxa de desemprego), foi verificado que no período analisado a cidade de Jaboticabal apresentou um comportamento extremamente positivo, tendo apresentado uma queda muito grande na taxa, entre os anos de 1986 e 1993 (menor valor) e depois uma certa estabilidade. É observado realmente este movimento no município?
  
- 2- A taxa de participação da força de trabalho municipal (indicador dois), que é representada pela divisão do número de empregados pela população total da cidade, apresentou uma trajetória negativa, ou seja, atualmente um volume menor de empregados em relação ao total de habitantes do que ocorria em 1986. Este fato é verificado na cidade?

- 3- O indicador três, que é composto pelo número de empregados dividido pela população economicamente ativa, mostra o coeficiente de empregabilidade municipal. Este indicador apresentou um aumento, em contrapartida ao indicador dois (taxa de participação da força de trabalho). Isto é observado no município e se sim qual seria uma explicação plausível para este fato?
- 4- Um dado extremamente positivo foi observado pelo indicador quatro (taxa de desemprego na população jovem), a queda acentuada do desemprego na população jovem da cidade. É sabido que estes movimentos não condizem com a realidade brasileira. De um modo geral se este fato for verídico, qual a explicação mais plausível, se não qual seria a razão deste destoamento de resultado.
- 5- A produtividade individual de cada trabalhador de Jaboticabal (indicador cinco) caiu muito no período estudado. Qual seria o motivo que corroboraria estes dados uma vez que a tendência macroeconômica nacional aponta para um aumento de produtividade?
- 6- O indicador seis (emprego setorial) aplicado para cidade de Jaboticabal mostra que o setor de serviços seguido pelo setor industrial são os maiores empregadores do município. Em determinados anos isolados, ocorrem picos de geração e quedas de emprego muito fortes, mostrando uma grande elasticidade do emprego, principalmente no setor da construção civil em 1989 e 1998 e agropecuária em 1993, na geração de postos de trabalho, e no setor agropecuário e industrial, na queda de empregados a partir de 1994 e 1997, respectivamente. É confirmado que os setores mais importantes para a geração de empregos são o de serviços e o industrial na cidade, e o que explica estes movimentos abruptos na curva de emprego?
- 7- O indicador sete (desemprego por grau de escolaridade) mostra que o montante da população com maior frequência de desemprego possui um nível de qualificação mais baixo. Isto é comprovado no município?
- 8- Tradicionalmente os salários mais altos de uma economia são provenientes do setor industrial. Na cidade de Jaboticabal, como foi observado no indicador oito (salários

reais médios por setores da economia), o setor que possui os melhores vencimentos é o de serviços. Existe alguma razão para estes números e eles são realmente verificados?

9- Nos últimos quatro anos foi observada uma grande volatilidade no mercado de trabalho do município, ou seja, ocorreu uma grande movimentação de contratações e demissões, com pouca evolução efetiva de mão de obra dentro do mercado de trabalho (indicador nove). Este fato é realmente verificado no município e qual seria o motivo deste comportamento?

10- Qual o setor mais importante da economia municipal, tanto na geração de empregos, como na produção de riquezas para a cidade e quais seriam as quatro maiores empresas do município na geração de empregos?

Este questionário, que se baseou nos resultados dos indicadores foi respondido por membros da comunidade e lideranças locais os seus resultados colocados individualmente estão no anexo três deste trabalho, os resultados gerais estão escritos nos próximos parágrafos.

O que se percebe quando os resultados do indicador um (taxa de desemprego) são apresentados, é que todos os entrevistados, ou seja 100%, opinaram que a queda destes números não condizem com a realidade verificada no próprio município. Para 44,44% dos entrevistados estes resultados devem se ao fato de que na verdade os números são referentes apenas ao mercado de trabalho formal na cidade de Jaboticabal, assim sendo, o que esta sendo colocado como desemprego na verdade são pessoas que foram demitidas de empregos legalizados pelas leis trabalhistas, com o advento da informalidade e os empregos formais se rareando menos pessoas são demitidas, pois nunca se inseriram no mercado de trabalho, 55,56% dos entrevistados não opinaram a respeito se atendo apenas a responder a pergunta de forma objetiva.

O indicador dois (taxa de participação da força de trabalho) apresentou uma interpretação, por parte dos entrevistados, exatamente diferente do que ocorreu com o indicador um (taxa de desemprego), ou seja 100% dos entrevistados confirmaram o observado nos números deste indicador, como condizendo com a situação vivida pela cidade nestes últimos quinze anos.

Os resultados obtidos pelo indicador três (coeficiente de empregabilidade), quanto ao aumento verificado na cidade de Jaboticabal apresentado aos entrevistados foi reprovado por 55,55% dos entrevistados, 44,45% dos entrevistados confirmaram que os números apresentados por este indicador foram verdadeiros, apesar de bem divididas as respostas para efeito estatístico este indicador é considerado reprovado, pois mais de 50% das pessoas pesquisadas não concordam com os resultados que apontaram o aumento do coeficiente de empregabilidade.

O indicador quatro (taxa de desemprego na população jovem) apresentou como resultado uma queda deste desemprego. Estes números foram interpretados como equivocados por 100% dos entrevistados, assim como, o indicador um (taxa de desemprego), os números deste indicador foram totalmente reprovados. Para 33,33% dos entrevistados assim como o indicador um o problema deste indicador é a metodologia utilizada que considera apenas o mercado formal de trabalho e os demitidos como desempregados, 66,67% dos entrevistados não opinaram a respeito se atendo apenas a responder a pergunta de forma objetiva.

O indicador cinco (produtividade individual de cada trabalhador) que apontou uma queda para a cidade de Jaboticabal apresentou a seguinte interpretação por parte dos entrevistados. 66,66% dos entrevistados concordam com os números apresentados, enquanto que 33,34% discordam dos números. 55,55% dos entrevistados atribuíram a queda deste indicador ao fato da cidade ter se tornado mais pobre no período gerando um menor valor adicionado o que diminui o valor gerado por cada trabalhador, 11,11% atribuíram a queda na produtividade individual ao fato de que o parque industrial da cidade não exige um grau de especialização muito grande, por isso não obteve os benefícios de ganhos produtivos verificados em outras cidades.

O indicador seis (emprego setorial) mostrou no âmbito de geração de empregos que o setor mais importante da economia na cidade de Jaboticabal, é o setor de serviços. A pergunta seis na verdade deveria ter sido dividida em duas partes: a primeira perguntando se realmente o setor de serviços é o mais importante e a Segunda explicando a elasticidade do emprego em alguns períodos. Se considerarmos só a primeira parte 100% dos entrevistados não concordam com o que foi observado, para todos eles o setor que mais emprega é o setor agrícola, os que tentam explicar esta comportamento apresentam novamente a questão da formalidade como principal problema, uma vez que no campo o grau de informalidade supera e muito o da

formalidade atingindo números que chegam a cinco vezes estes valores, segundo eles. A Segunda parte da pergunta, entretanto é sentida e concordada também por 100% dos entrevistados, mais a maioria deles não conseguiu explicar estes números, por serem estes muito direcionados a alguns segmentos da economia em particular.

Os números apresentados pelo indicador sete (desemprego por grau de escolaridade) apresenta a maioria dos desempregados situados em níveis educacionais inferiores. Para 100% dos entrevistados estes números condizem com a realidade observada no município, para 77,77% dos pesquisados a explicação mais plausível para estes resultados é o fato de que quanto menos qualificado for o trabalhador menos chances de inserção no mercado de trabalho ele possui, para estas pessoas este é um fenômeno mundial. 22,23% dos entrevistados creditam ao espaço amostral das pessoas com baixa qualificação na cidade que é maior que o espaço amostral das pessoas mais especializadas estes números.

Outro indicador que mostrou um consenso total das respostas, foi os resultados que o indicador oito (salários pagos na economia) obteve: este indicador levantou que os maiores salários eram pagos no setor de serviços da economia, para 100% dos entrevistados estes números são verdadeiros. 33,33% dos entrevistados creditaram o fato dos salários no setor de serviços serem superiores aos outros setores a grande estrutura médica, como clínicas e hospitais, existentes na cidade. 33,33% justificam os números deste indicador como sendo resultados da existência do campus da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que financia projetos no setor de serviços e paga altos salários a professores, funcionários e pesquisadores. 11,11% dos pesquisados responderam que estes salários altos estão relacionados ao arrendamento de terra para o setor sucro-alcóoleiro que produz uma grande oligarquia na cidade e 22,23% apenas responderam de forma objetiva a pergunta.

A rotatividade do emprego na cidade de Jaboticabal explorada pelo indicador nove (movimentações e contratações dentro do mercado de trabalho), também apresentou um consenso muito grande: para 100% dos entrevistados esta rotatividade alta é verificada no município e para todos eles o fator responsável por estes índices é a cultura da cana que possui períodos de safra e entre safra muito bem definidos. A grande crítica feita pelos entrevistados reside no fato de que não existe em Jaboticabal uma política pública eficiente que empregue esta mão de obra temporária excedente na cidade.

## 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se tinha como proposta original desta dissertação de mestrado era apresentar os resultados que foram levantados de forma secundária e primária no capítulo cinco, e posteriormente debatê-los com a comunidade local através de fóruns provisórios e permanentes na cidade, aproveitando uma infra-estrutura já estabelecida com o Projeto de Políticas Públicas de Jaboticabal (PPPJ), que viabilizou no ano de 2000 a criação do grupo Ação Jaboticabal Sustentável, tendo como objetivo final a monitoração do emprego local através de indicadores qualitativos levantados pelos próprios moradores da cidade. Este grupo de ação já discutiu e realizou fóruns de debates para mensurar indicadores qualitativos na áreas de saneamento básico e recursos hídricos, bem como realizou uma série de outras atividades no próprio município como, por exemplo, a criação de cadernos temáticos de discussão da sustentabilidade e de duas mostras que divulgam o trabalho de cada setor envolvido no grupo. Por limitações impostas ao desenvolvimento da presente dissertação, não foi possível que este trabalho tivesse chegado neste grau de refinamento, assim outra estratégia foi montada para tentar aproximar-se mais efetivamente com o projeto inicial, como foi observada ao longo deste trabalho.

Esta estratégia consistiu em selecionar os principais indicadores de emprego existentes na literatura nacional e internacional, levando-os a serem contextualizados sobre a ótica da sustentabilidade utilizando o instrumental da matriz para realizar esta tarefa. A partir disso os indicadores selecionados foram aplicados para a cidade de Jaboticabal. Os resultados apontados destes nove indicadores foram apresentados ao poder público local para a verificação da confiabilidade dos mesmos.

Quando se aplicou o questionário traduzindo os resultados dos nove indicadores de sustentabilidade na área de emprego, percebeu-se que o grau de confiabilidade dos mesmos era muito alta, ou seja, os indicadores de uma certa forma traduziam o mercado de trabalho local em seus últimos quinze anos, segundo a observação dos entrevistados. Dos nove indicadores apresentados, apenas três não condiziam com a realidade local do município, ou seja, em outras palavras seis indicadores que foram levantados mostravam o comportamento do mercado de trabalho formal no município de Jaboticabal, isto da um grau de confiabilidade

ao trabalho de aproximadamente 70%. Outra constatação foi a de que mesmo os pontos divergentes dos dados, no caso os indicadores um, três e quatro, causavam uma certa convergência de críticas e explicações para tais movimentos não comprovados por parte dos entrevistados.

Uma pergunta oculta que foi feita a todos os entrevistados e que por um motivo estratégico não foi encaixada na tabela vinte e três, sendo que o interesse da resposta é a base deste capítulo conclusivo: quais indicadores seriam possíveis de se levantar, esquecendo dos indicadores tradicionais da literatura, que poderiam de uma forma mais efetiva mensurar a questão do emprego e ao mesmo tempo criar condições para que o poder público e a sociedade local utilizem estes indicadores para tentar minimizar os impactos deste desemprego no contexto local. Os indicadores qualitativos que foram levantados pelos representantes da comunidade local foram:

1. Número de máquinas adquiridas pelas usinas de cana e açúcar e a demissão neste setor;
2. Número de Reais investidos no setor habitacional da cidade e o número de empregos gerados;
3. Número de empregos informais (Pesquisa Primária na cidade);
4. Número de projetos aprovados pela UNESP de Jaboticabal na cidade e número de empregos no setor de serviços;
5. Arrecadação de ICMS e aumento da assistência social;
6. Aumento da taxa de ocupação do Parque Primeiro de Maio como aumento da pobreza social;
7. Número de pessoas que nunca conseguiram um emprego formal versus a taxa de desemprego jovem; e
8. Violência no número de gangues versus falta de oportunidade dos jovens de conseguirem emprego.

Estes oito indicadores que estão sendo propostos deverão passar por uma espécie de triagem e discussão na comunidade local, para que possam ser efetivados no âmbito do monitoramento por parte da prefeitura ou poder público local.

A base de discussão para a aprovação destes indicadores, sugerida por este trabalho já esta montada com o Projeto de Políticas Públicas de Jaboticabal (PPPJ) e o Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável (GAJS), que mensalmente se reúne na cidade para as mais variadas discussões sobre o tema de sustentabilidade.

Estes indicadores qualitativos aprovados, trabalhados em conjunto com os indicadores quantitativos que foram também aprovados pelos entrevistados, formaram uma base de monitoramento do emprego local que alem de considerarem aspectos econômicos levaram em consideração aspectos sociais e de sustentabilidade.

## **ANEXO I - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE JABOTICABAL**

Foram utilizados para conceber este anexo um, o Projeto de Emprego e Renda (PRODER), o Relatório de Atividade Econômica da Caixa Econômica Estadual, pesquisa primária na própria cidade efetuada pelo Projeto de Políticas Públicas de Jaboticabal nos anos de 2000 e 2001, dados do CEPAN e na questão do emprego a base de dados do RAIS (Relatório Anual de Informação Social) e do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

### **Quadro Sócio-Econômico**

#### **Dinâmica demográfica**

O município de Jaboticabal possui atualmente uma área de 677 km<sup>2</sup>, divididos entre Os dissertates de Lusitânia, Córrego Rico e a sede municipal. Está inserido na bacia do Rio Mogi-Guaçu e do total da área do município 36 km<sup>2</sup> encontra-se urbanizada. Na década de 50, a cana-de-açúcar adquire grande importância, sendo hoje a principal atividade econômica do município. Seu PIB é aproximadamente de 160 milhões de reais e apresenta uma renda “per capita” de R\$ 2.400,00. A população atual está estimada em 65.000 habitantes, com uma taxa de urbanização superior a 93%. A percentagem de pessoas sem instrução em 1996 era de 8,3% (Contagem Populacional 1996), a mortalidade infantil de 9,63 por 1000 nascidos vivos (DIR XVIII, 1999) e a esperança de vida ao nascer é de 70,41 anos (Censo IBGE, 2000).

#### **Estrutura Econômica**

A assistência social foi municipalizada em 1997, anteriormente há esse ano já havia políticas de assistência social sendo implantadas. Com relação a “Família”, segundo o IBGE (1990), o número de famílias pobres e indigentes era de 1708, significando 10,1% do total de famílias existentes no município. Numa ordem decrescente, foram analisados 572 municípios segundo o fator pobreza, ficando Jaboticabal em 491º lugar, o que lhe resultou uma boa colocação.

De acordos com a distribuição de renda da cidade de Jaboticabal, foi possível classificar os bairros segundo seu rendimento, são eles; Jardim Pedroso, Cohab II, Vale do Sol, Ponte Seca, Santa Luzia, Primeiro de Maio, Boa Vista, CDHU, Cohab III, Jardim Angélica etc, mais de 65% dos domicílios apresentam rendimentos até 5 salários mínimos. Em bairros centrais como: Nova Jaboticabal, Jardim Tangará, Jardim Morumbi e Nova Aparecida menos de 39% dos domicílios tem rendimento inferior a 5 salários.

Já as regiões com maior número médio de moradores por domicílio são: Parque Primeiro de Maio (6 moradores/domicílio), área rural (4,9 moradores/domicílio), Conjunto Habitacional Ulisses Guimarães, Boa Vista e Solar Corintiano (4,4 moradores/domicílio).

Os principais programas de atendimento à família são: doação de cestas básicas, destacando o Fundo Social de Solidariedade atendendo 300 famílias/mês, a Despesa Vicentina com 32 famílias/mês e Unenlar com 30 famílias/mês e o subsídio financeiro com destaque para o de Renda Mínima, atendendo 55 famílias, oferece complementação de renda entre R\$ 65 a R\$ 130 para famílias com renda de até dois salários mínimos e com filhos até 14 anos, porém, as crianças têm que serem mantidas na escola. Outro programa é o Campo-Cidade-Leite, atendendo 512 famílias com a entrega de um litro de leite.

O município de Jaboticabal segundo o IBGE (2000), apresenta uma redução na taxa de natalidade, sendo que 35% da população total é composta por crianças e adolescentes. Vários projetos desenvolvem atividades sócias educativas e capacitação profissional, por exemplo, Caminhando para o Futuro e o Núcleo de Atendimento a Criança e Adolescente. Há outros programas, que oferecem as atividades acima citadas e também abrigos, são entidades particulares (sem fins lucrativos) e municipais, exemplos: o Lar Santo André (130 atendidos) e o Fraterno Auxílio Cristão (113 atendidos), destacam-se na capacitação profissional e pela Prefeitura destaca-se o projeto Caminhando para o Futuro (470 atendidos).

Para os deficientes físicos existem três instituições: APAE, Estrelinha Azul e o ABC Down. Um outro programa realizado pela Prefeitura é a medida sócia educativa de Liberdade Assistida, aplicada em adolescentes autores de atos infracionais.

Os problemas apresentados nas atividades com crianças e adolescentes são: insuficiência de programas e serviços de atendimento à criança e adolescentes; insuficiência de cursos profissionalizantes conforme exigências do mercado de trabalho; baixa escolaridade; alto índice de drogas entre adolescentes.

Com relação aos portadores de deficiência, segundo a APAE, Jaboticabal apresentava 426 deficientes em 1992, correspondendo a 1% da população, onde 39% apresentava deficiência física, 28% mental, 18% múltiplas, 17% auditiva e 3% visual.

Um levantamento realizado pelas três instituições de deficientes apresenta problemas como: falta de transporte adequado aos deficientes, falta de adequação de edificações públicas e privadas; adequação do sistema viário à circulação; arborização inadequada, falta de acesso ao ensino escolar; não aceitação no mercado de trabalho; déficit habitacional nas famílias com portador de deficiência.

O idoso em Jaboticabal corresponde a 10% da população (6.314 pessoas) com mais de 60 anos e 7% com mais de 65% (IBGE, 2000), portanto, apresenta uma significativa quantidade de idosos se comparado com dados da população brasileira.

Os programas e serviços assistenciais são do tipo (abrigo e semi-aberto), com atividade de lazer, esporte, recreação e aprendizado. Destaca-se a Associação das Damas de Caridade (Asilo São Vicente de Paulo com capacidade para 75 pessoas) e a Vila Vicentina Frederico Ozanan para 26 pessoas, ambos de natureza privada, estando inserido também o Núcleo de Convivência Cidade das Rosas.

Os principais problemas são: falta de local apropriado para as atividades com idosos nos bairros; presença de analfabetismo; carência de moradia própria e falta de atendimento especializado (geriatria) nos Ciafs.

Com relação ao migrante, 57% vem em busca de trabalho, 82% pertence ao sexo masculino; de 30 a 49 anos são 53% e apresentam escolaridade baixa, 51% apresenta escolaridade de 1ª a 4ª série e 21% o 1º grau incompleto. Os programas e serviços assistenciais aos migrantes são: SEMAI (Serviço Municipal de Atendimento ao Idoso, o qual concede passagens para outras

idades; Casa Transitória (abrigo), Albergue Noturno (pernoite, refeição e banho por 3 dias), A. A. Pro. Com (transporte migrante/ itinerante).

Na área do desenvolvimento econômico, Jaboticabal encontra-se numa posição privilegiada, pois está inseridas na área de influência da hidrovía Tietê-Paraná, no polígono formado pelas cidades de São José do Rio Preto, Campinas, Sorocaba e Marília, as quais se destacam pela tecnologia industrial.

A PEA (População Economicamente Ativa) dividi-se em 56% no setor terciário, 31% no secundário e 13% no primário.

Com relação à utilização da mão de obra, os dados do Censo, permitem constatar a existência de um predomínio da categoria permanente, com um contingente de 2.723 pessoas (70% do total de trabalhadores), seguido pela categoria familiar com 957 pessoas (25%) estes números diferem do comportamento observado no nosso estado, no qual o predomínio foi de mão de obra familiar (48%)

Entretanto, a utilização da mão-de-obra familiar mostra-se muito mais importante no conjunto do Estado de São Paulo do que em Jaboticabal, do mesmo modo que o trabalhador permanente em Jaboticabal mostra um percentual bastante mais importante. Por outro lado, a redução observada no número de trabalhadores temporários para Jaboticabal repete-se para o conjunto do Estado de São Paulo. A evolução positiva para o emprego de trabalhadores permanentes está de acordo com a tendência recente observada para o setor agrícola de empregar mão-de-obra qualificada.

A área rural apresenta extensas áreas de terra roxa, relevo favorável à mecanização agrícola, abundância de recursos hídricos e elevado índice de produtividade. Porém, há o predomínio do plantio de cana e laranja. Os problemas apresentados são: a drenagem das águas pluviais e a conservação das estradas (escoamento da produção, transporte dos alunos e segurança dos motoristas), tendo a Prefeitura que desenvolver e implantar um programa de conservação do solo e das estradas rurais.

As características quanto à fertilidade do solo de Jaboticabal diferem de forma expressiva de uma ponta a outra do município no sentido leste-oeste. Em cerca de metade do município as

condições do solo podem ser consideradas excepcionais, de altíssima fertilidade. A outra metade tem como característica um solo bem mais fraco.

A área agrícola do município passou de 70.465ha para 58.749ha e o número de estabelecimentos reduziu-se de 539 em 1985 para 519 em 1996.

Essa redução da área agrícola total e do número de estabelecimentos seguiu o mesmo comportamento da variação do estado.

Entre 1985 e 1996 a estrutura fundiária de Jaboticabal sofreu uma nítida desconcentração em favor das propriedades de tamanho médio (100 a 500 hectares), essas por sua vez ampliaram a participação tanto em termos do número de estabelecimentos quanto à área ocupada. Já as propriedades com mais de 500 hectares mantiveram a mesma proporção de terras nesse período.

O censo agropecuário de 1995/1996 mostra que a estrutura fundiária da cidade de Jaboticabal caracteriza-se pela predominância de propriedades rurais com tamanho inferior a 50 hectares.

Podemos constatar, portanto, uma concentração fundiária menos intensa no município de Jaboticabal comparativamente ao observado no Estado de São Paulo.

Analisando – se o dado do período compreendido entre 1985 e 1996, destaca-se a redução significativa da área total dos estabelecimentos do ultimo estrato, que passou de 36.058 há para 20.370 há, ao mesmo tempo em que permaneceu constante o numero de estabelecimentos, o que diminuiu sensivelmente a área media desse estrato que era em 1985 de 1001,61ha contra 565,83 há observado em 1996.

No que se refere à posse de terra, em 1996 a maioria das propriedades de Jaboticabal (63,97%) eram conduzidas por proprietários e concentravam 62,83% da área do município.

No que se refere à condição de produtor, entre 1985 e 1996 há uma nítida queda na participação relativa dos proprietários diretos do imóvel e um aumento na importância dos arrendatários e dos parceiros, o aumento da participação dessa categoria deve estar associada à exploração de culturas alimentares como amendoim, milho e arroz.

A relativamente elevada participação de arrendatários e parceiros no total da área agrícola de Jaboticabal mostra-se em desacordo com o observado para o Estado de São Paulo como um todo, onde o percentual conjunto dessas duas categorias de produtores mal alcança os 9%.

Analisando os censos de 1985 e de 1996, observa-se um aumento significativo no número de unidades produtivas que exploravam principalmente a produção mista (agropecuária), isto é, de 2 para 24. Comportamento oposto tiveram as propriedades cuja principal exploração foi a pecuária, que tiveram seu número reduzido de 90 para 36.

Tais dados revelam uma ampliação da importância das lavouras temporárias, as quais se ampliam, em termos absoluto e relativo, de 55.291 ha para 59.328 ha entre 1985 e 1996. Esse ganho de área absoluta e relativa fez-se em detrimento das lavouras permanentes e das pastagens artificiais. Estes dados indicam uma tendência de reforço da cultura canavieira em detrimento de outras alternativas, relacionadas às lavouras permanentes.

O principal cultivo foi o da cana de açúcar com cerca de 90% de participação na área total colhida e respondeu por 2,48% da área colhida no estado de São Paulo, ocorrendo uma expansão dessa cultura em 8.000 há em relação a 1985.

Além da cana, teve importância, em Jaboticabal, o cultivo de amendoim de soja e de milho. Finalmente, destaque para a cultura de algodão, que sofreu forte redução da área colhida de 1985 para 1994/96, passando de 3330 há para 793 há, respectivamente, em conformidade com o ocorrido com esta exploração no estado como um todo. A redução na área cultivada com algodão está associada à abertura do mercado brasileiro que tornou o produto nacional menos competitivo e desinteressante como atividade econômica.

A cultura do amendoim se encaixa com perfeição para a renovação do canavial, pois entre a colheita da cana e o seu replantio existe um período de 4 ou 5 meses, sendo que o plantio do amendoim providencia a recomposição de parcela importante dos nutrientes necessários à cana de açúcar. Existe um risco na cultura do amendoim que se deve ao custo elevado da mão de obra da colheita e da alta incidência de chuvas no período.

No que se refere ao cultivo de lavouras perenes, houve predominância da cultura da laranja que apresentou, em 1996, área total colhida de 266 há. No entanto, quando comparado com os dados de 1985, nota-se que esta cultura teve uma redução na área colhida da ordem de 84%.

Quanto às pastagens, a redução significativa apontada anteriormente na área com pastagens artificiais indica uma piora na condução da atividade de pecuária bovina. Segundo dados do censo agropecuário 1995/1996 do IBGE, o município de Jaboticabal apresentou valor da produção agropecuária de R\$ 51.275 mil, isto representa 0,61% do valor total gerado pelo estado. Deste total, R\$ 4.086 mil corresponderam ao segmento da produção animal.

É impossível deixar de notar, mais uma vez, a hegemonia quase absoluta da cana-de-açúcar face às demais culturas, respondendo, isoladamente, por mais de nove em cada dez reais gerados no setor agropecuário do município. Em segundo plano bem distante surge a cultura do amendoim, associada à rotação da cana, como já comentado acima.

Em relação à produção animal, vale notar que o rebanho de animais do município de Jaboticabal apresenta percentual relativo ao Estado de São Paulo extremamente reduzidos, cabendo um pequeno destaque a criação de suínos, os quais, mesmo assim, no período de 1985 a 1996, viram seus contingentes diminuídos praticamente à metade, reduzindo sua participação à cerca de apenas 1% do total estadual.

Um reflexo evidente da reduzida importância do rebanho animal de Jaboticabal em termos estaduais é também a pouquíssima representatividade da produção de origem animal. A redução metade do contingente de aves de Jaboticabal aponta em sentido exatamente inverso ao ocorrido no conjunto do Estado de São Paulo, onde esse contingente praticamente duplicou entre 1985 a 1996. A produção de leite e de ovos de galinha do município de Jaboticabal equivale a tão somente 0,03% do total do estado.

Atualmente o gado de corte existente em Jaboticabal é abatido e comercializado em Bauru, Fernandópolis e Votuporanga. O mesmo ocorre também com a produção de suínos, que se destina fundamentalmente a frigorífico de Bauru.

No setor secundário as atividades que mais se destacam são: o de transformação não metálica (25%), vestuário e calçados (12%), madeira e moveleira (11%) e metalurgia e mecânica

(10%). O setor industrial do município de Jaboticabal responde por 59% do total de arrecadação no ano de 1997. Além disso, segundo dados da RAIS, em 1996 a indústria empregava 33,5% dos funcionários formalmente registrados. Sua contribuição para a produção industrial no interior do Estado de São Paulo é cerca de 0,5%, o que é considerável dado que há cerca de 600 municípios do estado.

A composição da indústria é bastante variada no que tange ao tamanho dos estabelecimentos, apresentando empresas em todas as classes de tamanho. Essa característica da Indústria decorre da grande relevância da produção de açúcar e álcool, com dois estabelecimentos de grande porte. Somente esse setor absorve mais da metade dos empregado formais e responde a 2,2% da produção do estado de São Paulo (maior produtor de açúcar e álcool do Brasil).

Finalmente, cabe destacar que a indústria farmacêutica, embora absorva uma parcela pequena do emprego formal (1,4%), apresenta um elevado indicador de especialização a semelhança do que observamos para as usinas de açúcar e álcool e para o setor de transformação de minerais não-metálicos, cujas participações no contexto estadual revelam-se importantes.

Entre os setores industriais, deve-se destacar a queda da participação de transformação de minerais não – metálicos e mecânica, e o aumento da relevância das indústrias alimentícias e metalúrgicas. Em uma perspectiva regional, há registros de investimentos compromissados ou em realização apenas para a cidade de Ribeirão Preto.

No setor terciário, o comércio varejista é predominante no setor de serviços com 74% dos estabelecimentos, já os consultórios médicos, veterinários e dentários (13%) e os escritórios de profissionais liberais (8%).

Um projeto que merece destaque é a Incubadora de Empresas que teve início em 1998, apoiado pela Prefeitura Municipal, Sebrae-SP e Aprocom (Associação de Apoio a Projetos Comunitários), com capacidade para abrigar 15 empresas, atualmente apresenta 11 empresas incubadas.

Segundo os dados disponibilizados pela Prefeitura em Jaboticabal existiam, em 1997, 216 empresas industriais, 1397 ligadas ao comércio e serviços e 467 profissionais liberais. Há,

portanto, uma inequívoca ascendência do setor comercial e de serviços, no que toca ao número de empresas.

Em 1996 a atividade comercial em Jaboticabal empregava 2863 pessoas registradas, número ligeiramente menor em relação a 1988. Ainda nesse ano o comércio era responsável por 15,5% do número de empregos gerados no município, dos quais 7,9% era gerado pelo setor atacadista e 7,6% pelo setor varejista. Em 1988, houve uma forte diminuição da importância do setor varejista frente ao setor atacadista.

Os principais ramos de atividade do comércio atacadista para a cidade de Jaboticabal são: o comércio de peças e veículos automotores (38,5%), atacado e insumos de produtos agropecuários (13,5%) e atacado de produtos alimentícios (5,9%), existe ainda um grande número de estabelecimentos de comércio atacadista não especializados (34,0%).

O comércio atacadista apresenta uma grande quantidade de empregos de pequeno porte, sendo que 40,04% dos empregados encontram-se em empresas com até 19 empregados. Já as empresas que apresentam de 20 a 49 empregados respondem por 19,2% dos empregos gerados. O segmento de varejo concentra suas atividades, segundo o número de empregos gerados, nos ramos: têxteis vestuários e complementos, produtos alimentícios, bebidas e fumo, artigos de uso pessoal e doméstico, matérias de construção e produtos metalúrgicos. Assim como no setor atacadista, destaca-se o número de estabelecimentos não especializados.

Dessa forma, a partir da capacidade de cada núcleo urbano em ofertar bens e serviços centrais pode-se estabelecer uma hierarquia dos lugares, ou seja, a característica dos produtos ofertados por cada localidade permite situá-la comparativamente às demais. É importante observar que a oferta não implica obrigatoriamente em produção, dada a importância das economias de escala da rede de comércio varejista e atacadista. Nesse sentido, um ponto importante a observar é o poder de atração exercido pelo setor terciário de Jaboticabal em relação a pequenos municípios vizinhos, como Taiuva, Taiacu, Viradouro, Monte Alto, Monte Azul Paulista. Torna-se então evidente que Jaboticabal situa-se numa escala hierárquica intermediária no que se refere à oferta de bens e serviços entre as cidades de menor porte supra enunciadas e Ribeirão Preto, atenuando, em parte a perda de vendas para o município sede da Região de Governo.

Segundo dados levantados pela RAIS neste setor: (29,89%) da mão de obra formal esta concentrada na indústria de transformação (27,32%) na agropecuária e extração vegetal (18,81%). O setor de serviços ocupa a quarta posição nesta classificação, com apenas 11,3% do total de ocupados com registro em carteira, percentual bem inferior ao observado para o Estado de São Paulo e interior.

O município apresenta uma razoável estrutura de serviços financeiros, a despeito da baixa participação na região. São onze agências bancárias e de crédito. Considerando o seu porte, o município apresenta um baixo número de estabelecimentos hoteleiros. Igual constatação pode ser feita relativamente ao setor de alimentação fora do domicílio do município.

A importância de Ribeirão Preto como pólo regional, notadamente de comércio e serviços especializados, demonstra-se inequivocamente pela proporção relativamente importante de moradores de Jaboticabal que se deslocam à Ribeirão Preto com vistas a se abastecer de certos tipos de bens ou terem acesso a diversos serviços. No caso destes destacam-se, sobretudo os serviços de saúde e educacionais. No caso de serviços educacionais, por exemplo, a despeito da existência de três campus na cidade, há uma demanda expressiva por cursos superiores em Ribeirão Preto, ensejando, inclusive, que a Prefeitura coloque à disposição dos estudantes transporte gratuito.

### **Finanças Públicas Municipais**

A partir da Constituição de 1988, em termos fiscais, houve um processo de relativa descentralização das receitas tributárias a favor dos municípios. A participação dos municípios na receita total arrecadada no país elevou-se pela atribuição de novos instrumentos de arrecadação próprios e pelo fato de que passaram a receber uma maior parcela das receitas auferidas pelas instâncias federais e estaduais repassadas.

Pode-se perceber que a evolução das receitas é crescente logo após a promulgação da Constituição, porém esta sofreu um revés entre 1991 e 1993, voltando a crescer de maneira expressiva depois de 1994, possivelmente refletindo o melhor desempenho da economia

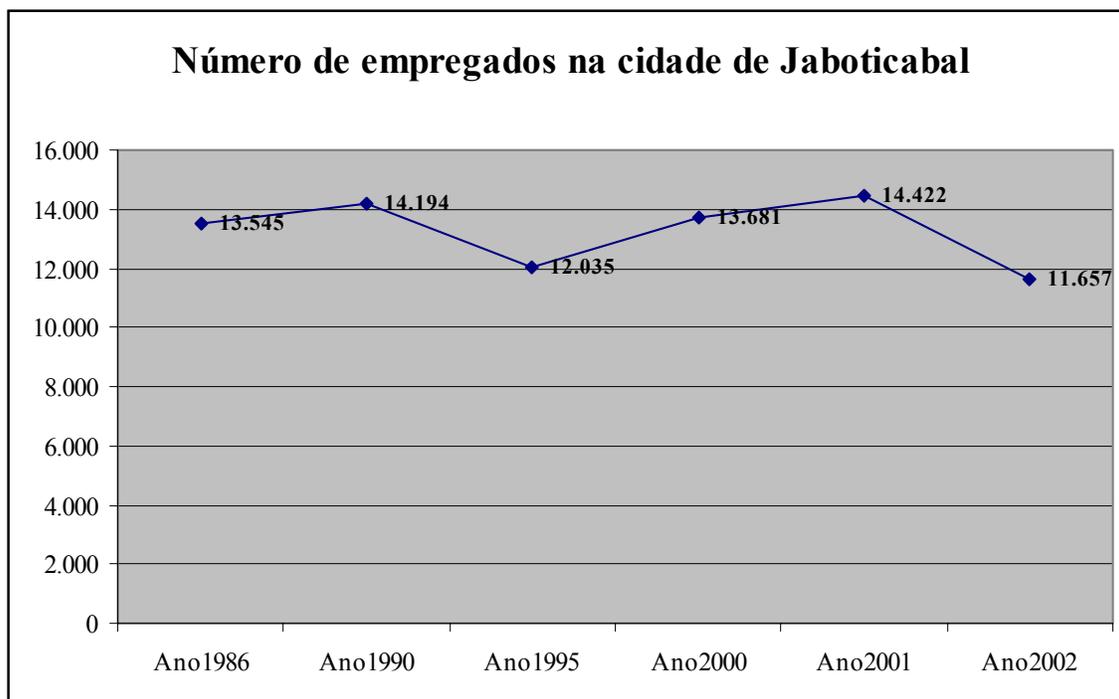
brasileira após o Plano Real e, especialmente, a diminuição das taxas de inflação e seu efeito perverso sobre a capacidade arrecadatória do país.

A evolução das receitas per capita de que dispunha o município de Jaboticabal no período mostra um comportamento, ao longo do tempo, relativamente semelhante àquele do total dos municípios do interior do Estado de São Paulo. Apesar de seguir na mesma direção, a receita per capita de Jaboticabal em média é ligeiramente inferior à receita per capita média dos outros municípios do interior. Comparando com o restante do Estado de São Paulo, o município de Jaboticabal possui uma dependência ligeiramente maior de receitas oriundas de transferências de outras instâncias de governo (federal/estadual). É importante notar que nos últimos anos houve um significativo aumento da arrecadação própria, configurando-se num crescimento do esforço fiscal municipal, mas ainda assim o município tem forte dependência de recursos fora de seu controle. Relativamente aos outros municípios do interior do Estado de São Paulo, Jaboticabal gasta menos em transporte, assistência e previdência e mais nas demais funções.

### **Emprego Municipal**

A dinâmica populacional de Jaboticabal revela uma capacidade decrescente, ao longo dos últimos anos de absorção de pessoas vindas de outras regiões do país ou do Estado de São Paulo, indicando certa desaceleração em seu crescimento econômico. Os impactos deste fato em termos de desemprego e/ou subemprego no município são por demais evidentes para exigirem maiores detalhamentos. Os dados do gráfico sete mostram que a evolução do emprego formal se deu de uma maneira bem pouco efetiva e alternada, inclusive apresentando tendências de quedas em alguns períodos de tempo. Observa-se que a variação acumulada do período de 1986 - 2002 apresenta uma queda no nível de emprego de 13,94%.

## Gráfico 10



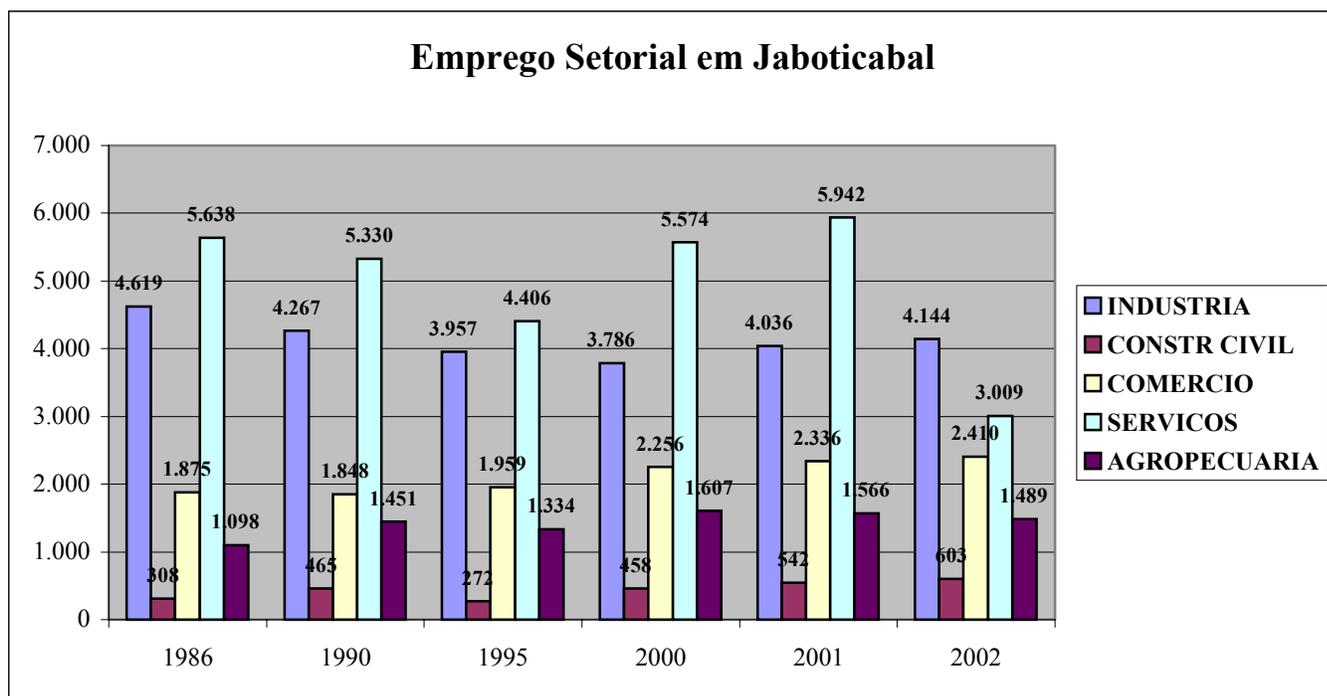
Fonte: RAIS - Mtb (1986-2001)

\* CAGED - Mtb 2002

\* Em milhares de trabalhadores

O setor primário de Jaboticabal caracteriza-se por uma predominância inequívoca das lavouras temporárias frente às lavouras permanentes e às atividades de criação de animais. A preeminência da cultura da cana-de-açúcar revela-se inquestionável, tendo inclusive ampliado essa hegemonia no período de 1985 a 1996, ocupando área total mais de 20 vezes superiores à segunda cultura de importância que é o amendoim, cujo plantio, no entanto, encontra-se intimamente associado a própria cultura da cana-de-açúcar, servindo como forma de reposição de certos elementos indispensáveis à própria cana. Jaboticabal está localizada em uma das maiores manchas de terra-roxa do Estado de São Paulo, daí a elevada fertilidade em suas terras, à qual se associa por decorrência maior produtividade e menor custo.

Gráfico 11



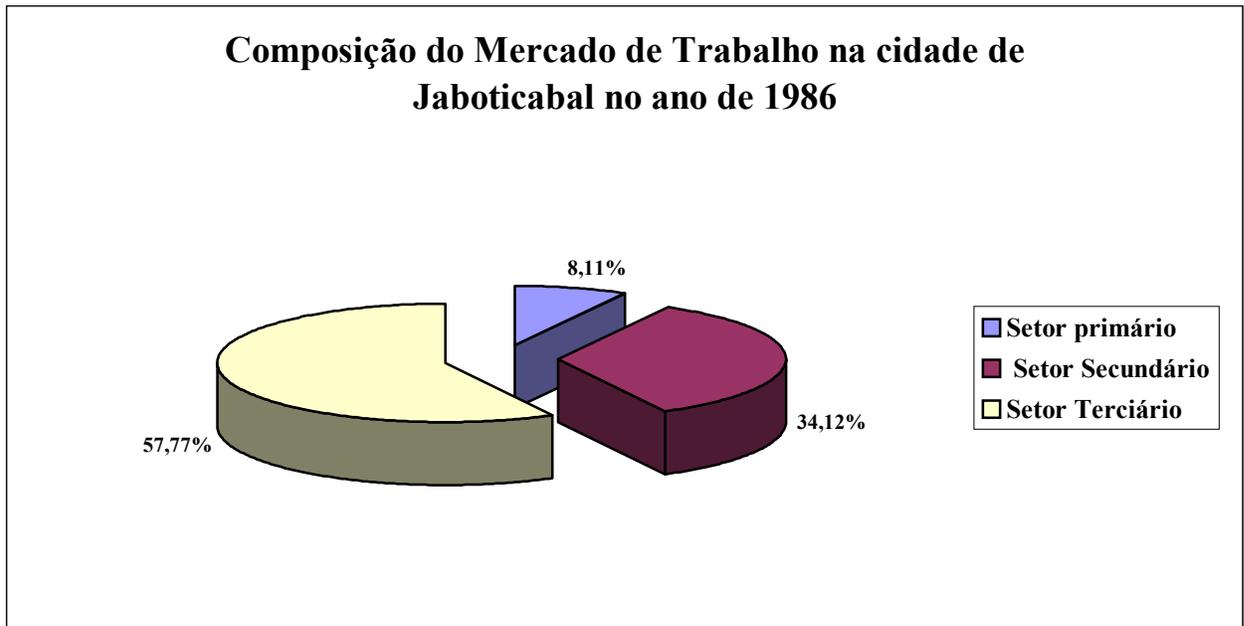
Fonte: RAIS - Mtb (1986-2001)

\* CAGED - Mtb 2002

\* Em milhares de trabalhadores

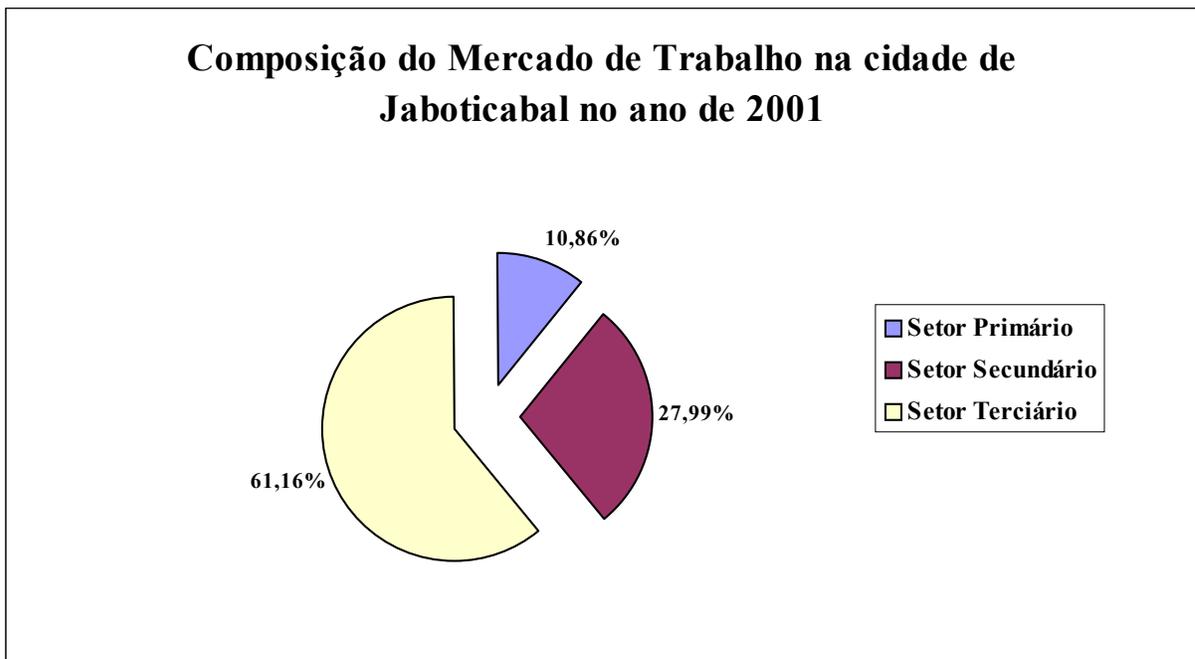
O emprego setorial da cidade de Jaboticabal apresenta o setor primário da economia, como citado no parágrafo anterior, mantendo uma taxa constante de emprego, enquanto que o setor secundário (indústria) apresentou uma redução significativa entre o primeiro ano pesquisado e o último. O setor terciário da economia, que engloba os setores de comércio serviços e construção civil, é o setor que mais apresentou um crescimento dentro deste período, tanto em números absolutos como em termos percentuais. A variação apresentada pelo Município de Jaboticabal se assemelha muito ao movimento do emprego registrado no Brasil, apresentado nesta dissertação no capítulo dois. Ocorreu neste período uma variação positiva do setor terciário, uma variação negativa do setor secundário e o setor primário da economia, acabou se mantendo constante. Os números dos gráficos nove e dez corroboram o que foi dito

## Gráfico 12



Fonte: RAIS - MTB

## Gráfico 13



Fonte: RAIS - MTB

As perspectivas de desenvolvimento para Jaboticabal no longo prazo repousam, basicamente, nas condições de evolução do mercado de açúcar e de álcool carburante e na capacidade do município em conseguir reverter uma tendência que parece se acentuar nos últimos anos relacionado à maior concentração das atividades na agroindústria canavieira. A economia de Jaboticabal revela-se relativamente diversificada nos vários setores considerados, a despeito de na agropecuária, como apontador acima, haja larga dependência no cultivo da cana-de-açúcar.

A parcela mais importante da produção do setor cerâmico encontra-se direcionada para atender o mercado nacional e, no caso das empresas maiores, o mercado externo. No que se refere aos setores de comércio e de serviços, podemos notar, a par de um desenvolvimento mediano frente às necessidades do município, uma boa diversificação de atividades, voltadas para atender, fundamentalmente, o mercado local.

A Prefeitura de Jaboticabal mostra-se firmemente empenhada em promover políticas destinadas a atrair investimentos privados para o município. A Prefeitura oferece também, em caso de necessidade, serviços de terraplanagem e limpeza de terrenos para as empresas que venham a investir no município.

Em convênio com o Sebrae-SP a Prefeitura de Jaboticabal instituiu dois programas voltados para apoiar o empresário rural e urbano. O Projeto Volta ao Campo destina-se, fundamentalmente, a fornecer assistência técnica aos produtores rurais, com o intuito de incentiva-los a adotar métodos de gerenciamento, produção e comercialização mais modernos.

A outra iniciativa em curso é a Incubadora de Empresas. Inaugurada no final de 1998, o prédio atualmente alocado para a Incubadora pode receber até 16 empresas, oferecendo, a custos extremamente reduzidos, toda a infra-estrutura necessária para a instalação dos negócios. Uma vez consolidada a empresa – num prazo máximo de dois anos – ela deve se instalar por conta própria em outra localidade, liberando o espaço para que outros empresários possam dar início a suas atividades. Quando indagamos a respeito das condições de competitividade de Jaboticabal é imperioso lembrar a importante contribuição que as pesquisas e os profissionais legados à Unesp podem proporcionar, notadamente no que se refere ao setor agropecuário, principal área de especialização do campus.

## ANEXO II - RESULTADOS OBTIDOS PARA O MUNICÍPIO DE JABOTICABAL

### INDICADOR 1 - TAXA DE DESEMPREGO

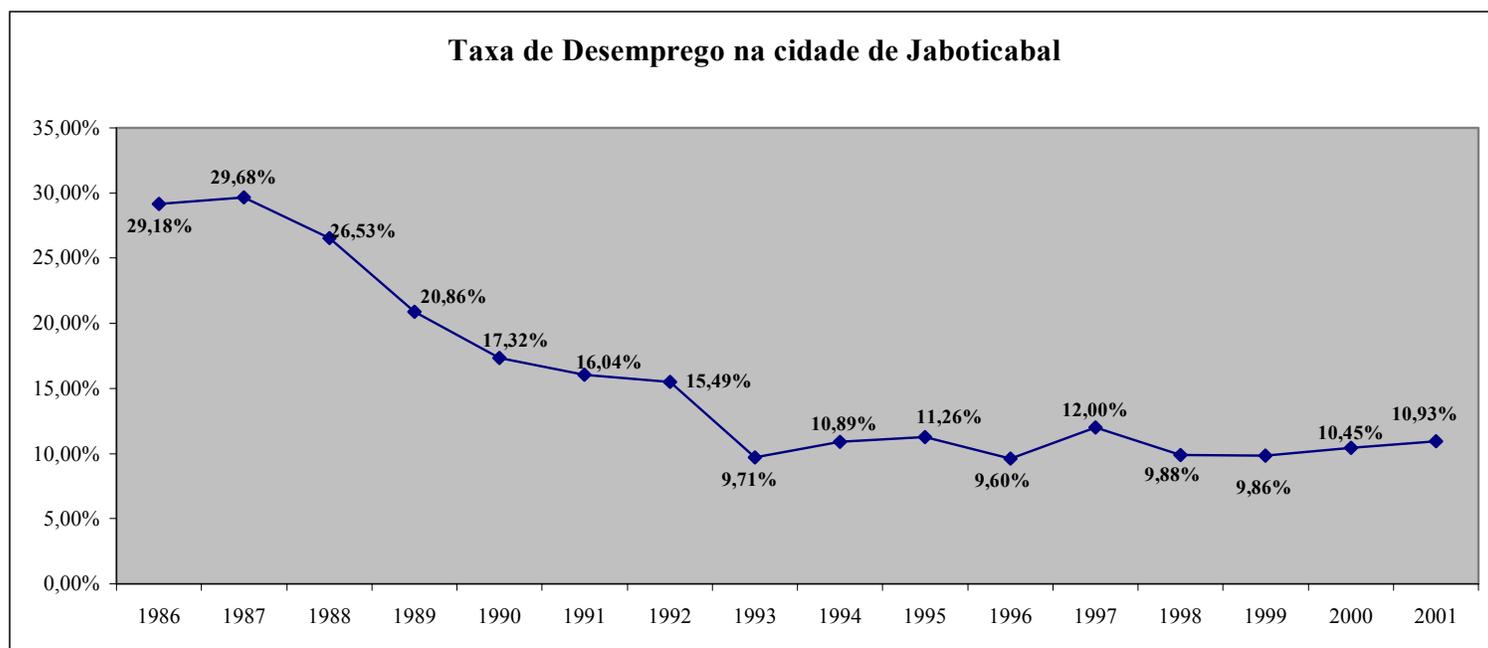
**Tabela 15**

<b>Número de Desempregados e número total de Habitantes na cidade de Jaboticabal</b>								
	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>
<b>N. ° de Desempregados</b>	15.542	16.141	14.723	11.816	10.009	9.453	9.295	5.919
<b>População</b>	53.260	54.376	55.502	56.639	57.784	58.936	59.994	60.988
	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>N. ° de Desempregados</b>	6.745	7.082	6.122	7.754	6.469	6.545	7.035	7.456
<b>População</b>	61.933	62.869	63.769	64.617	65.477	66.391	67.325	68.221

Fonte: SEADE - N.º de Habitantes  
RAIS - N.º de Desempregados

**Gráfico 14**

**Taxa de Desemprego na cidade de Jaboticabal**



Fonte: SEADE - N.º de Habitantes  
RAIS - N.º de Desempregados

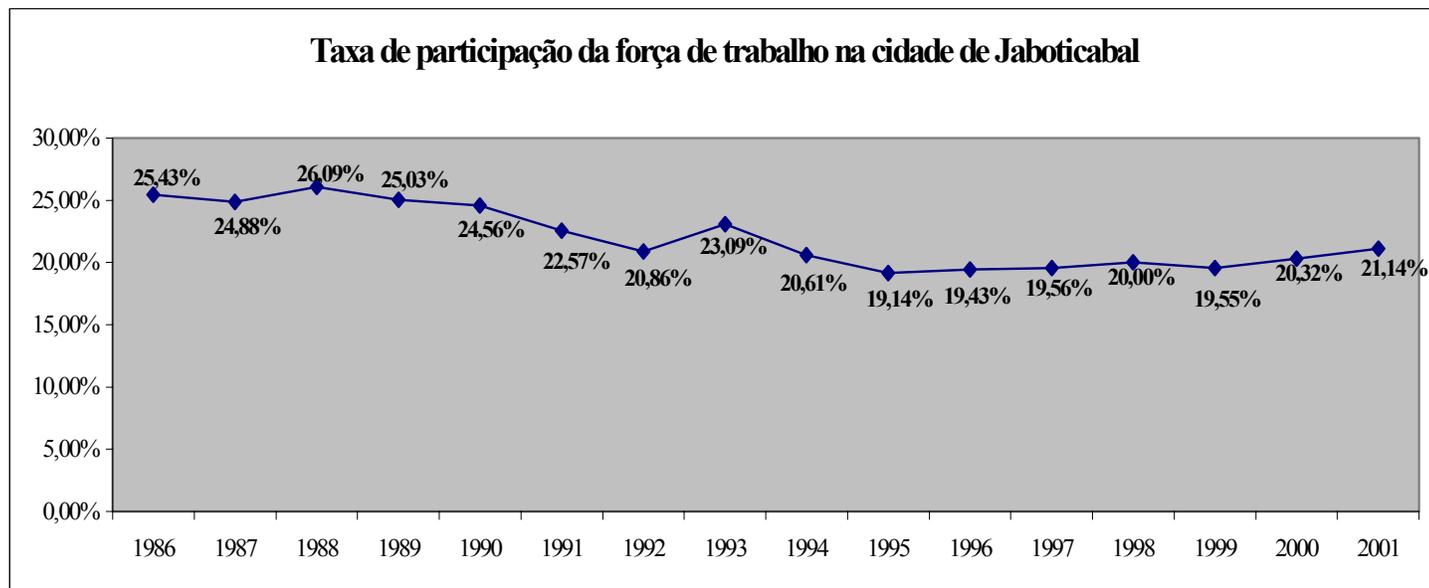
**INDICADOR 2 - TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

**Tabela 16**

<b>Número de empregados e o total de Habitantes na cidade de Jaboticabal</b>								
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
<b>Nº de empregados</b>	13.545	13531	14.483	14.178	14.194	13.303	12.515	14.081
<b>População</b>	53.260	54.376	55.502	56.639	57.784	58.936	59.994	60.988
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>Nº de empregados</b>	12.766	12.035	12.392	12.639	13.095	12.982	13.681	14.422
<b>População</b>	61.933	62.869	63.769	64.617	65.477	66.391	67.325	68.221

Fonte: SEADE - N.º de Habitantes  
RAIS - N.º de Empregados

**Gráfico 15**



Fonte: SEADE - N.º de Habitantes  
RAIS - N.º de Empregados

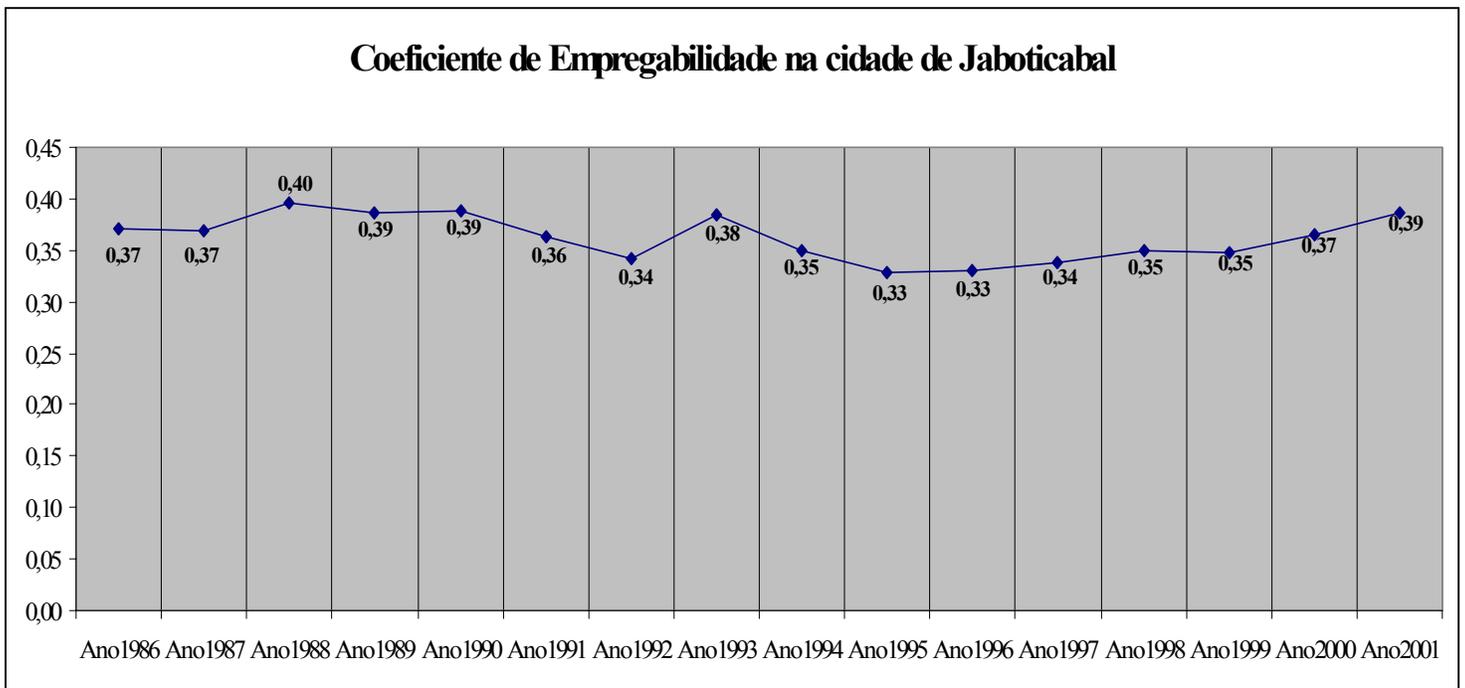
**INDICADOR 3 - COEFICIENTE DE EMPREGABILIDADE**

**Tabela 17**

<b>Número de pessoas empregadas e População Economicamente Ativa (PEA) no município de Jaboticabal</b>								
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
<b>N° de Empregados</b>	13.545	13531	14.483	14.178	14.194	13.303	12.515	14.081
<b>PEA</b>	36.618	36.618	36.618	36.618	36.618	36.618	36.618	36.618
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>N° de Empregados</b>	12.766	12.035	12.392	12.639	13.095	12.982	13.681	14.422
<b>PEA</b>	36.618	36.618	37.425	37.425	37.425	37.425	37.425	37.425

Fonte: N° de empregados - RAIS - Mtb  
PEA - SEADE

**Gráfico 16**



Fonte: N.º de empregados - RAIS - Mtb  
PEA - SEADE

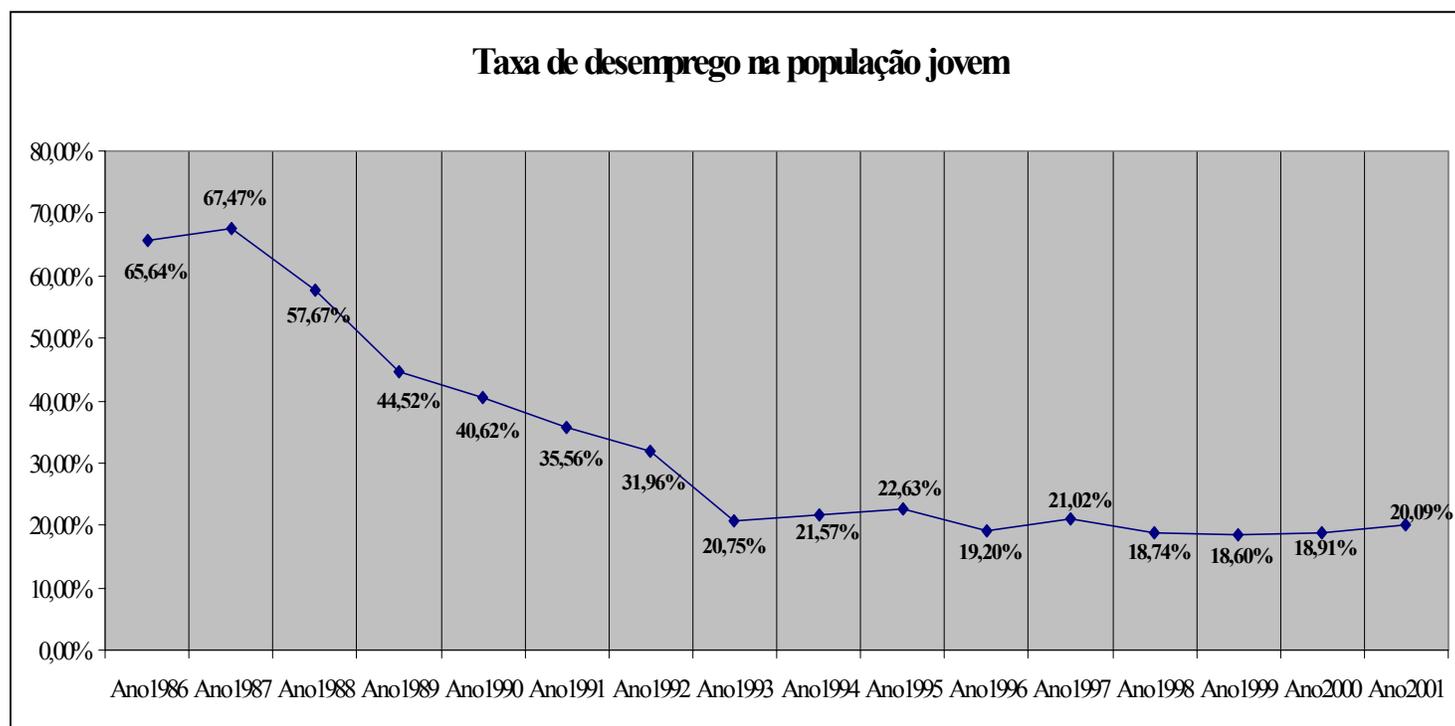
**INDICADOR 4 - TAXA DE DESEMPREGO NA POPULAÇÃO JOVEM**

**Tabela 18**

<b>Número total e de desempregados jovens (15 a 24 anos) na cidade de Jaboticabal</b>								
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
<b>N.º do desemprego Jovem</b>	6.945	7.139	6.102	4.711	4.298	3.763	3.382	2.196
<b>População Jovem</b>	10.581	10.581	10.581	10.581	10.581	10.581	10.581	10.581
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>N.º do desemprego Jovem</b>	2.282	2.394	2.044	2.238	1.995	1.980	2.014	2.139
<b>População Jovem</b>	10.581	10.581	10.648	10.648	10.648	10.648	10.648	10.648

Fonte: N.º de empregados - RAIS - Mtb  
População Jovem - SEADE

**Gráfico 17**



Fonte: N.º de empregados - RAIS - Mtb  
População Jovem - SEADE

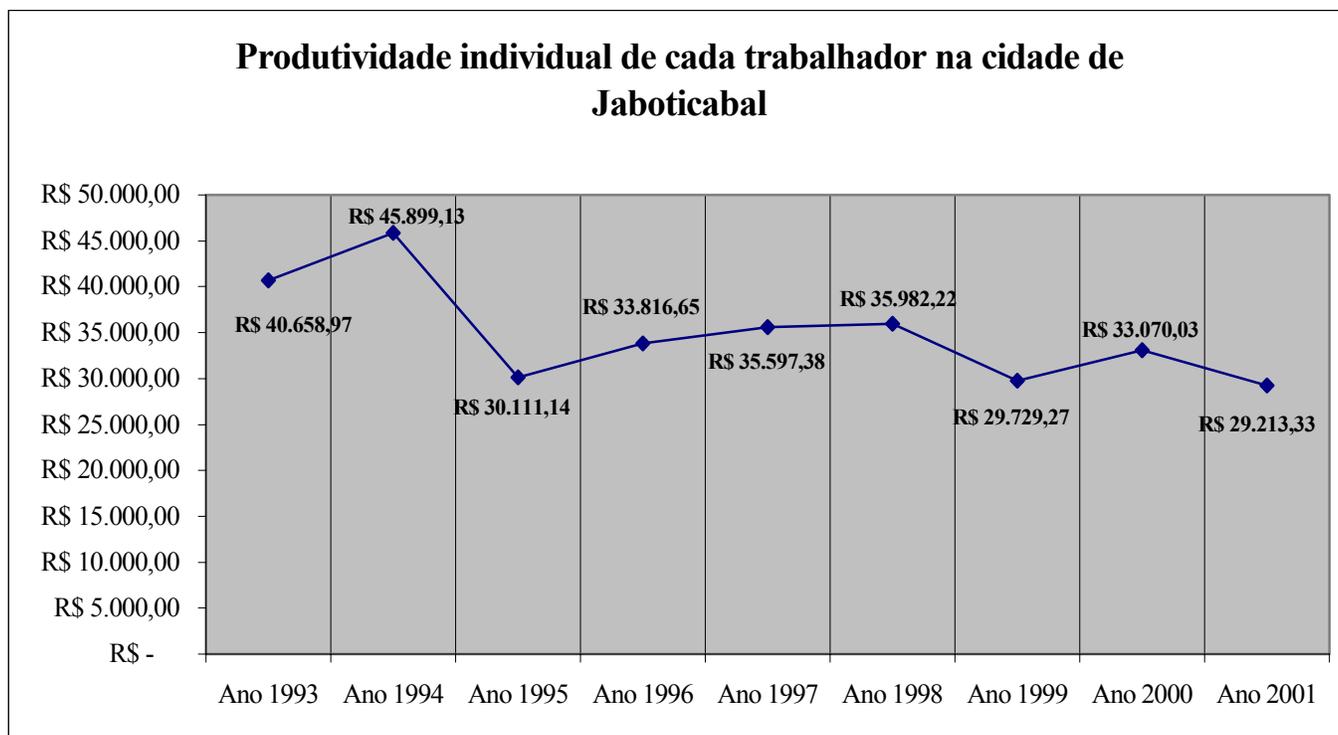
**INDICADOR 5- PRODUTIVIDADE DO TRABALHADOR**

**Tabela 19**

<b>Valor Adicionado Municipal e Número total de empregados na cidade de Jaboticabal</b>					
	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>
Valor Adicionado*	572.519.021	585.948.292	362.387.554	419.055.913	449.915.316
Empregados	14.081	12.766	12.035	12.392	12.639
	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
Valor Adicionado*	471.187.233	385.945.391	452.431.013	421.314.674	Nd.
Empregados	13.095	12.982	13.681	14.422	Nd.

Fonte: SEADE - Valor Adicionado  
RAIS - N.º de Empregados  
\* Valores em milhões de Reais de 2001

**Gráfico 18**



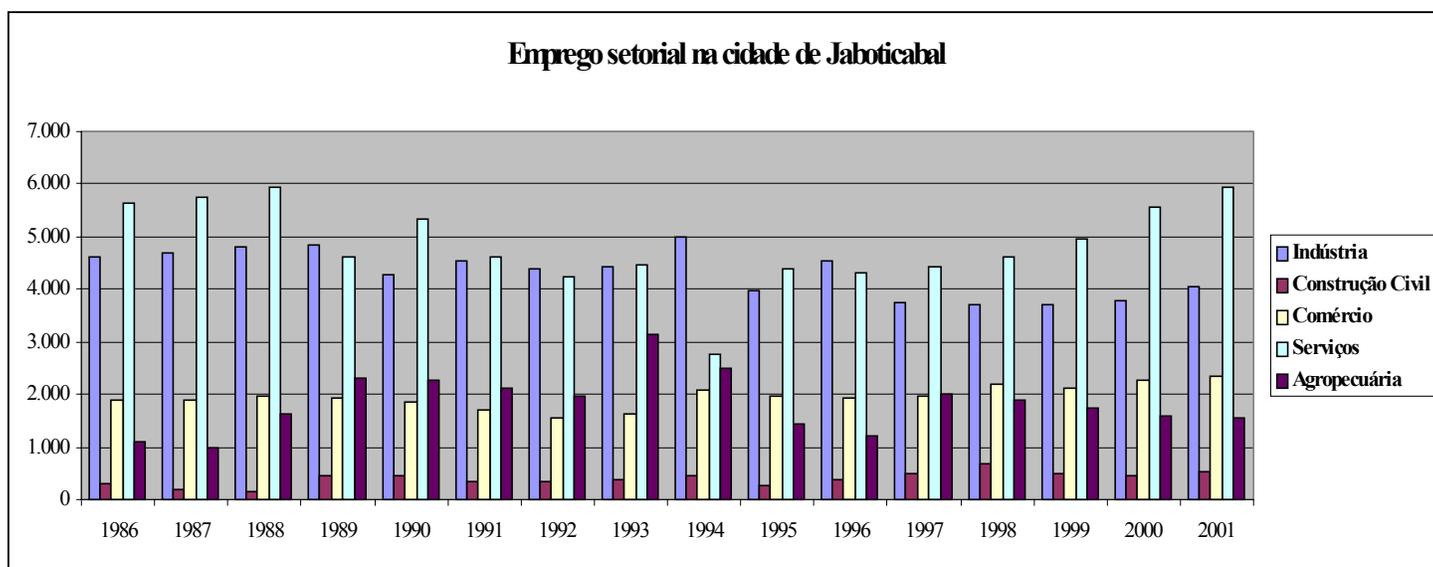
**INDICADOR 6 - EMPREGO SETORIAL.**

**Tabela 20**

<b>Número de empregados em cada setor da economia na cidade de Jaboticabal</b>								
	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>
Indústria	4.619	4.699	4.808	4.862	4.267	4.528	4.397	4.437
Construção Civil	308	187	152	453	465	336	331	377
Comércio	1.875	1.907	1.954	1.917	1.848	1.702	1.564	1.644
Serviços	5.638	5.740	5.943	4.634	5.330	4.611	4.239	4.472
Agropecuária	1.105	998	1.626	2.312	2.284	2.126	1.984	3.151
<b>Total</b>	<b>13.545</b>	<b>13531</b>	<b>14.483</b>	<b>14.178</b>	<b>14.194</b>	<b>13.303</b>	<b>12.515</b>	<b>14.081</b>
	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
Indústria	4.992	3.957	4.534	3.733	3.710	3.708	3.786	4.036
Construção Civil	440	272	386	495	683	473	458	542
Comércio	2.093	1.959	1.941	1.959	2.212	2.113	2.256	2.336
Serviços	2.749	4.406	4.320	4.431	4.617	4.956	5.574	5.942
Agropecuária	2.492	1.441	1.211	2.021	1.873	1.732	1.607	1.566
<b>Total</b>	<b>12.766</b>	<b>12.035</b>	<b>12.392</b>	<b>12.639</b>	<b>13.095</b>	<b>12.982</b>	<b>13.681</b>	<b>14.422</b>

Fonte: RAIS - Mtb

**Gráfico 19**



Fonte: RAIS - Mtb

**INDICADOR 7 - DESEMPREGO POR GRAU DE ESCOLARIDADE**

**Tabela 21**

<b>Desemprego por Grau de escolaridade em Jaboticabal</b>								
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
<b>ANALFABETO</b>	1.235	1.374	1.100	594	339	263	292	171
<b>4.SER INCOMP</b>	<b>7.789</b>	<b>8.014</b>	<b>7.444</b>	<b>5.205</b>	<b>3.496</b>	<b>3.920</b>	<b>4.138</b>	<b>1.970</b>
<b>4.SER COMP</b>	3.928	4.225	3.250	3.228	3.163	2.454	1.780	1.289
<b>8.SER INCOMP</b>	937	985	1.083	999	1.358	1.110	1.093	818
<b>8.SER COMP</b>	620	588	853	784	656	705	772	808
<b>2.GR INCOMP</b>	305	298	367	370	404	301	346	260
<b>2.GR COMP</b>	426	360	357	386	360	353	437	347
<b>SUP. INCOMP</b>	78	64	82	71	64	87	106	46
<b>SUP. COMP</b>	181	210	173	156	162	214	295	178
<b>IGNORADO</b>	43	23	14	23	7	46	36	32
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>ANALFABETO</b>	182	168	107	272	133	71	89	372
<b>4.SER INCOMP</b>	<b>2.283</b>	<b>2.294</b>	<b>2.477</b>	<b>3.285</b>	<b>2.439</b>	<b>2.551</b>	<b>2.451</b>	<b>2.154</b>
<b>4.SER COMP</b>	1.669	1.399	1.162	1.499	1.126	961	915	1.027
<b>8.SER INCOMP</b>	866	1.215	818	1.067	945	839	991	1.158
<b>8.SER COMP</b>	725	883	626	672	763	823	926	1.003
<b>2.GR INCOMP</b>	347	387	308	339	354	446	638	704
<b>2.GR COMP</b>	421	447	370	403	475	599	653	708
<b>SUP. INCOMP</b>	52	82	53	65	51	69	88	76
<b>SUP. COMP</b>	198	186	191	152	179	186	284	254
<b>IGNORADO</b>	2	21	10	0	4	0	0	0

Fonte: RAIS - Mtb

**INDICADOR 8 - SALÁRIOS REAIS MÉDIOS NOS SETORES DA ECONOMIA**

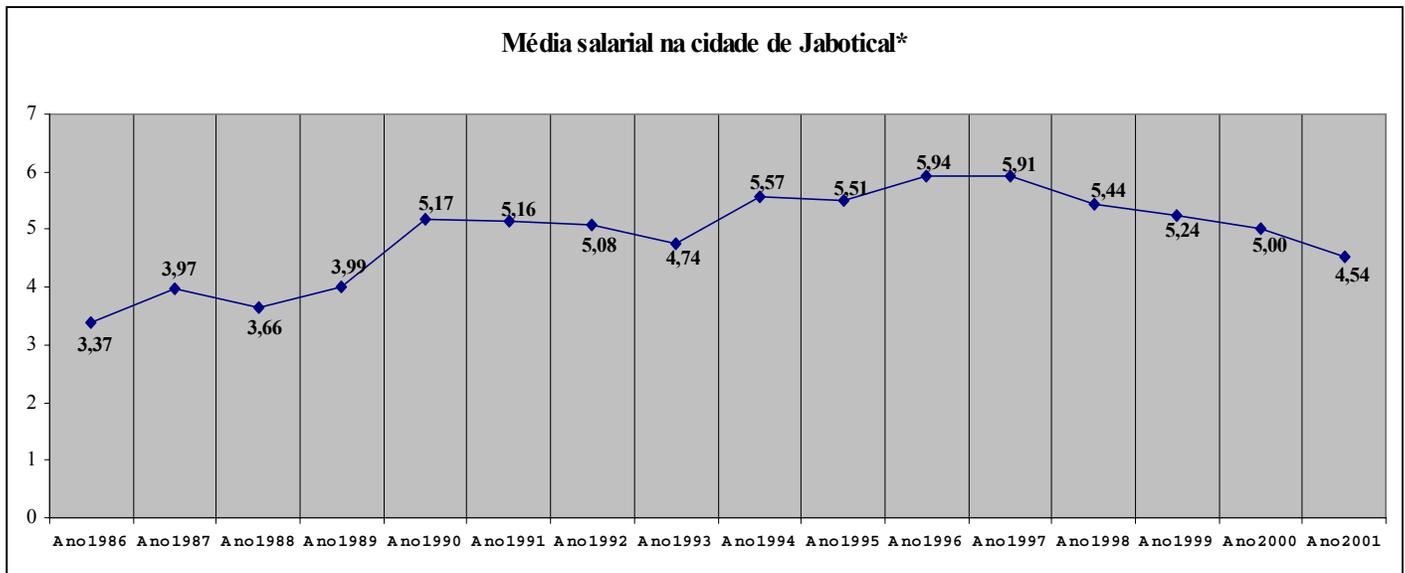
**Tabela 22**

Média Salarial na cidade de Jaboticabal por setores da economia*								
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
<b>Indústria</b>	3,79	4,41	4,15	4,17	5,06	5,36	5,29	5,39
<b>Construção Civil</b>	2,79	3,27	3,55	2,49	3,27	3,93	3,25	3,00
<b>Comércio</b>	2,69	2,98	2,63	2,49	3,24	3,09	2,81	2,77
<b>Serviços</b>	3,59	4,23	4,03	5,49	6,91	6,65	6,63	6,15
<b>Agropecuária</b>	1,78	2,37	2,08	2,00	3,34	3,53	3,86	3,27
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>Indústria</b>	5,83	6,32	6,00	6,2	5,82	5,47	5,01	4,64
<b>Construção Civil</b>	4,05	2,94	4,38	4,94	4,66	4,53	5,75	3,62
<b>Comércio</b>	3,54	3,72	3,75	3,67	3,38	3,31	3,16	2,88
<b>Serviços</b>	5,11	6,34	7,62	7,44	6,93	6,58	6,18	5,58
<b>Agropecuária</b>	3,11	3,65	3,70	4,44	3,74	3,49	3,28	3,12

Fonte: RAIS - Mtb

\*Valores em Salários Mínimos

**Gráfico 20**

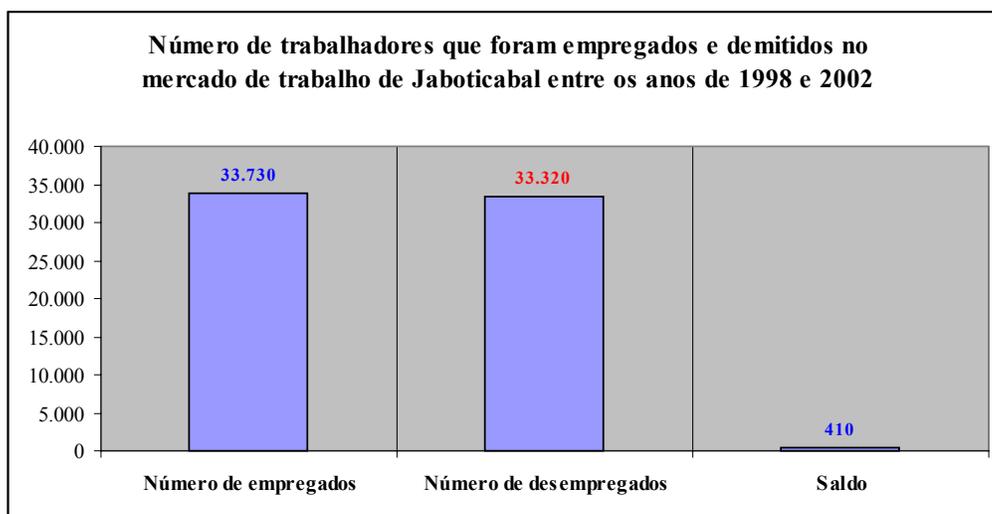


Fonte: RAIS - Mtb

\*Valores em Salários Mínimos

**INDICADOR 9 - Movimentações de contratações dentro do mercado de trabalho****Tabela 23**

<b>Movimentações dentro do mercado de trabalho na cidade de Jaboticabal</b>	
Estoque Recuperado Início do Período (01/01/1998)	11.247
<b>ADMISSÕES</b>	
Primeiro Emprego	3.518
Reemprego	29.006
Transferências de Entrada	1.206
<b>Totais de Admitidos</b>	<b>33.730</b>
<b>DESLIGAMENTOS</b>	
Dispensados	28.664
Espontâneos	3.054
Aposentados	81
Mortos	112
Transferências de Saída	1.409
<b>Total de Desligados</b>	<b>33.320</b>
<b>INDICADORES</b>	
Estoque Recuperado Final do Período (31/12/2002)	11.657



<b>Varição Emprego Absoluta de 01/01/1998 à 31/12/2002</b>	<b>410</b>
--	------------

Fonte: CAGED - Mtb

**Gráfico 21**

Fonte: CAGED - Mtb

# ANEXO III - PERCEÇÃO DE REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO LOCAL

	<b>Entrevistado 1</b>	<b>Entrevistado 2</b>	<b>Entrevistado 3</b>
<b>1</b>	O resultado obtido com os dados do indicador um, não são observados na cidade de Jaboticabal. A ação social percebe que neste período apesar das ações sociais da Prefeitura Municipal de Jaboticabal a procura por assistência aumentou, principalmente pela falta de emprego.	Este indicador apresenta um grande problema, que é o de apenas considerar como pessoas desempregadas aquelas que já tiveram um vínculo empregatício, ou seja, todo o montante de pessoas que ainda não conseguiram um registro com carteira assinada ficam de fora, por isso estes números são irrealistas.	Não, o movimento que se percebe foi de um aumento da taxa de desemprego, fruto de uma desarticulação que ocorreu nos setores primários e secundários da economia da cidade neste período que foi analisado.
<b>2</b>	Este resultado acaba sendo verificado na cidade e estão mais de acordo com a realidade do que o do primeiro indicador. A falta de emprego gerou muitos problemas sócios no município, o que vai de encontro com a diminuição da taxa de ocupação e consequentemente o aumento do desemprego.	Este sim acaba sendo um indicador que condiz com a realidade municipal e também acaba mostrando uma tendência nacional, a da diminuição da participação da força de trabalho. Na cidade este fato acaba se explicando pelo fechamento de grandes empresas e a reestruturação de outras.	Sim, a taxa de ocupação na cidade apresentou uma oscilação negativa que se deve em grande parte a falta de uma estrutura de diversificação econômica na cidade que possibilitasse a absorção da mão de obra dos setores monocultores para outros setores quando estes sofressem crises cíclicas.
<b>3</b>	Os números destes indicadores acabam se justificando pelo fato de que na cidade de Jaboticabal a taxa de crescimento vegetativo é bem inferior à média nacional brasileira, este fato resulta da queda dos processos migratórios que ocorriam na cidade até o início da década de 80 para o trabalho na cana.	O contraponto existente entre estes dois indicadores, esta no fato de que as variáveis que formam a taxa de participação da força de trabalho e o coeficiente de empregabilidade, são diferentes pois a primeira considera a população total e a segunda apenas a população economicamente ativa (PEA).	Com a consideração do banco de dados que foi usado a única explicação plausível para este fato estaria na forma como foi diferenciada a formação destes dois indicadores.
<b>4</b>	Estes números estão totalmente fora da realidade local e só se justificam pelo fato dos indicadores considerarem o mercado formal de trabalho, ou seja, os jovens que tentam emprego não conseguem se legalizar por isso o número de desempregados é muito maquiado.	Estes dados assim como os do primeiro indicador destoam totalmente da realidade observada no município, pois hoje se observa uma dificuldade muito grande da inserção dos jovens no mercado de trabalho, assim sendo este indicador deve ter apresentado este resultado devido à utilização do banco de dados do RAIS.	Não, não são confirmados estes dados para a cidade de Jaboticabal, o que percebe atualmente é uma enorme falta de opção para os jovens se inserirem no mercado de trabalho.
<b>5</b>	A cidade de Jaboticabal apresentou um movimento muito brusco de queda na geração de riquezas (valor adicionado) isto se deve em grande parte ao período de não incentivo ao setor de cana de açúcar e ao fechamento de uma grande usina de corte de cana na cidade.	Estes números são facilmente percebidos na cidade de Jaboticabal, pois ocorreu um empobrecimento muito grande no município, fruto das crises ocorridas no setor agropecuário da cidade na década de 80 e do setor industrial na década de 90	Sim, apesar do ganho de produtividade ter sido muito forte no setor industrial de um modo geral no Brasil, Jaboticabal por apresentar um parque industrial não muito forte e não muito especializado participou pouco deste ganho de produtividade.

	<b>Entrevistado 1</b>	<b>Entrevistado 2</b>	<b>Entrevistado 3</b>
<b>6</b>	A prefeitura Municipal de Jaboticabal participa, com vários projetos de infra-estrutura na cidade isto faz com que se fomente o emprego em setores específicos em determinadas épocas. O que é observado na cidade é que o setor agropecuário é o que mais emprega, mais a informalidade é muito alto por isso os números oficiais são extremamente baixos. Outro fator que contribui para a queda do emprego no campo foi à mecanização do setor. Uma máquina ceifa em média 70 empregos no setor.	O que se percebe no cenário local é que a agropecuária possui uma importância mais relevante que estes dois outros setores, mas devido ao alto grau de informalidade a mão de obra deste setor acaba sendo contabilizada um pouco menor. O que se percebe na cidade é quanto ao emprego industrial, que devido a uma série de processos de reestruturação produtiva, exemplo da venda da empresa Basilar para a Adria: foi incorporada uma série de inovações tecnológicas que resultaram no enxugamento nos quadros cooperativos da empresa refletindo diretamente no número de empregados. Outro fator a ser destacado foi o desmantelamento da indústria de cerâmica da cidade, resultando em queda de emprego neste setor.	Não, o que se percebe na cidade é que o setor agrícola é o mais importante tendo seus números maquiados pelo fato de serem dados apenas do mercado formal. A tendência de aumento em setores específicos é sim percebida na construção civil deve se a construção de conjuntos habitacionais muito grandes neste período. A agropecuária em 1993 sofreu o ápice do último investimento do pró-álcool e a indústria teve como referência a reestruturação da indústria alimentícia, no caso, a venda da marca Basilar para a Adria e todo um processo de desmantelamento da indústria ceramista. A globalização também afetou este setor com a introdução formas de produção.
<b>7</b>	Sim realmente este é um problema não apenas do município, mas do Brasil de uma forma geral. Na cidade percebe-se pouco investimento na área de qualificação profissional, em contrapartida os exames de admissão nas empresas são muito rigorosos, imperando em muitos cargos no município um paternalismo muito grande.	Esta característica não é observada apenas em Jaboticabal, mas no Brasil como um todo e a explicação é bem lógica. Quanto menor o grau de instrução de uma pessoa maior será a sua dificuldade em engajar-se no mercado de trabalho e posteriormente se reinserir no mesmo.	Sim, este indicador condiz com a realidade não só do município como do Brasil como um todo, pois a dificuldade de arranjar um emprego efetivo nos dias de hoje acirrou esta competição, dificultando ainda mais esta colocação no mercado formal de trabalho por parte de pessoas que possuem um grau de instrução menor.
<b>8</b>	O setor de serviços paga um salário maior do que os outros setores da cidade devido ao grande número de pessoas e famílias que arrendam terra para as usinas de cana. Este fato faz com que exista uma elite na cidade que possuem rendimentos exorbitantes e possam fomentar esse setor, destaca-se a grande quantidade de clínicas, tanto médicas como de dentistas na cidade. Em relação às cidades vizinhas o salário pago em Jaboticabal esta de uma certa forma compatível.	Isto é observado sim na cidade e tem duas explicações: a primeira diz respeito ao fato de que a indústria estabelecida no município não possuiu um grau muito grande de especialização e por consequência os salários não são tão altos como na maioria das cidades com bases industriais. O segundo motivo refere-se ao setor público notadamente referente a UNESP, que possui salários muito elevados para os docentes além de outros projetos que visam fomentar a pesquisa e o ensino.	Sim, o setor de serviços se destaca na cidade por duas razões distintas: a primeira é referente a uma grande “matriz econômica unificada” na área de saúde que forma uma espécie de “cluster” de clínicas médicas, veterinárias e odontológicas. A segunda refere-se aos professores e funcionários de alto escalão da UNESP. A demanda deste setor, entretanto só é possível devido a existência de uma elite muito rica formada por agropecuários da Região.
<b>9</b>	Este indicador se explica facilmente, devido a contratação temporária para a lavoura da cana de açúcar que tem picos no meio do ano e depois retorna ao mesmo patamar do começo do ano.	Sim, com a safra que ocorre no período de abril a setembro, ocorrem muitas movimentações de contratações e demissões se analisarmos o ano mensalmente, mas se pegarmos ele como um todo, sem considerar estes movimentos o ganho real de emprego é pequeno.	Sim, a explicação é bem simplificada e outra vez remete ao problema da falta de diversificação econômica da cidade, que é totalmente dependente das usinas de álcool e açúcar, os movimentos refletem o período de safra e entre safra destas empresas.
<b>10</b>	O setor mais importante é a agropecuária. As empresas mais importantes são: Usina Santa Delia, Usina São Carlos, Indústria de Massas Basilar e Cerâmica Stefani.	O setor é o primário. As empresas mais empregadoras, excetuando-se a UNESP, são Usina Santa Delia, Usina São Carlos, Indústrias de Massas Basilar e Cerâmica Stefani.	Agropecuário. Usina Santa Delia, Usina São Carlos, Indústrias de Massas Basilar e Cerâmica Stefani na área privada e a UNESP na área pública.

	<b>Entrevistado 4</b>	<b>Entrevistado 5</b>	<b>Entrevistado 6</b>
<b>1</b>	<p>Não, o que se pode considerar é que como estes dados se referem a apenas o mercado de trabalho formal considerando os desempregados apenas as pessoas que foram demitidas. Os números na verdade querem dizer que menos pessoas foram contratadas no setor formal neste período.</p> <p>Estes números sim condizem com a realidade observada na cidade de Jaboticabal, que é a de uma queda na taxa de ocupação. O que é bom salientar é que a migração do trabalho formal para o trabalho informal é uma característica observada na cidade o que pode dezoar um pouco estes dados na hora de se computar o que realmente acontece na cidade.</p>	<p>Apesar de não ser morador da cidade, o que observou neste período foi na verdade um aumento na taxa de desemprego ao invés da queda.</p> <p>Sim, de uma maneira geral o entrevistado observa que este deve ser o comportamento padrão do mercado em qualquer cidade do Brasil atualmente. Novamente frisa que não é morador da cidade há tanto tempo e por isso não faz um diagnóstico mais preciso da situação.</p>	<p>Não, esse comportamento não foi observado na cidade de Jaboticabal, principalmente se levarmos em consideração que se trata do mercado formal de trabalho. O mercado informal de trabalho até apresentou um crescimento neste período mais apenas em números absolutos.</p> <p>Sim, este indicador é bem mais condizente com a realidade do município, apesar de que a taxa de declínio apresentada é bem menor do que a notada no município.</p>
<b>2</b>	<p>A grande diferença entre estes dados esta no fato de que o primeiro trabalha com a população total e a segunda com a PEA. O que se observa na cidade é que com o fim do fluxo migratório ocorreu uma diminuição, ou um menor crescimento da população que esta apta a trabalhar isto por consequência fez com que este indicador apresenta-se alguns números melhores do que os outros.</p>	<p>Também não comprova este indicador uma vez que percebe que atualmente ocorre uma maior dificuldade para se conseguir emprego.</p>	<p>O que deve ter acontecido é que a população de Jaboticabal sofreu um processo de envelhecimento muito grande, o que contribuiu para a diminuição do número da população economicamente ativa.</p>
<b>3</b>	<p>Este dado não é sobre nenhum ponto de vista observado na cidade de Jaboticabal, e com certeza em nenhuma cidade do Brasil contemporâneo, o que se deve perceber é a mesma deficiência que é encontrada no indicador um medindo apenas o mercado formal de trabalho, ou seja, o que na verdade ocorreu foi uma menor contratação de jovens e por consequência uma menor demissão nesta faixa etária.</p>	<p>Este número, apesar de residir em Jaboticabal há pouco tempo, é totalmente irreal, ocorre nos dias de hoje uma enorme dificuldade de se conseguir emprego na cidade, principalmente o primeiro emprego.</p>	<p>Este indicador não condiz com a realidade em nenhum aspecto, principalmente se levarmos em consideração o número de menores que estão encampados pelo projeto de economia solidária.</p>
<b>4</b>	<p>Sob o ponto de vista da queda de produtividade estes números não expressam a realidade do município, mesmo porque a reestruturação produtiva foi muito intensa. Estes números devem ser atribuídos ao empobrecimento do município.</p>	<p>O que é percebido na cidade foi um empobrecimento do setor produtivo nos últimos anos, isto é percebida devido a menor arrecadação de ICMS observada pela Prefeitura Municipal o que inviabiliza vários outros projetos de assistência.</p>	<p>O parque industrial instalado na cidade de Jaboticabal não é de indústrias que exigem uma grande especialização, mais o grande problema desta variável sta no fato de que a partir do ano de 1998 o município sofreu um empobrecimento muito grande em todos os sentidos.</p>
<b>5</b>			

	<b>Entrevistado 4</b>	<b>Entrevistado 5</b>	<b>Entrevistado 6</b>
<b>6</b>	A cidade de Jaboticabal é uma cidade extremamente dependente do campo. O fato deste setor não estar sendo computado como o maior empregador deve-se ao fator de formalidade que é muito baixa no campo. Os outros resultados com certeza são observados nos demais setores da economia uma vez que a cidade passou por bolhas de crescimento muito intensas. O setor de construção civil nestes anos citados apresentou a construção das cohabes I, II, III e em 1995 do conjunto habitacional Ulisses Guimarães. Em 1993 teve –se em Jaboticabal uma bolha de crescimento no campo com o incentivo ao pró-alcool e por fim a queda da indústria é estritamente ligada à mecanização.	O que o entrevistado relatou com riqueza de detalhes foi o setor da construção civil onde ele trabalha desde que fixou residência na cidade. O setor de construção civil, pelo fato de ser o menor entre os estudados em número de geração de postos de trabalho, possui uma curva de elasticidade de emprego muito grande, ou seja, qualquer investimento que seja feito neste setor altera sensivelmente o panorama do setor. Uma estimativa da caixa econômica federal indica que cada R\$ um milhão investido são criados diretamente 140 a 150 postos de trabalhos, o que representa 70% do emprego formal deste setor no município. Os conjuntos habitacionais construídos foram: 88-89 Hugo Lacorte II, 90-93 Parque 1º de maio, 95-96 Ulisses Guimarães e 99-00 Residencial Jaboticabal.	As quedas sazonais devem ser confirmadas, apesar de que a entrevistada não estava no município em algumas destes bolsões de crescimento. O que se nota é a queda de participação do campo na década de 90 devido a mecanização ocorrida.
<b>7</b>	Este indicador é mais comprovado pelo maior número de pessoas que possuem uma baixa escolaridade na cidade do que por outro motivo, assim sendo, o campo de amostragem de quem tem menos instrução é maior do que o de outros níveis de escolaridade.	Isto é observado em todas as regiões do Brasil, quanto mais desqualificado for o trabalhador menor é a chance que ele possui de arranjar emprego.	Isto é observado principalmente se levarmos em consideração que maioria das pessoas que procuram a assistência social são pessoas que possuem os mais baixos graus de instrução.
<b>8</b>	O setor de serviços é bem desenvolvido na cidade e um dos grandes pilares de sustentação existentes é a UNESP local que financia não só projetos na cidade como em fazendas da região, investimento muito dinheiro através de fundações como a FAPESP e a Fundunesp. Outro setor que também deve ser levado em consideração é o das facilidades particulares que são grandes fomentadoras do serviço local.	A explicação existente para este descompasso na cidade são os salários dos professores da UNESP local.	O que se percebe na cidade é que os ganhos ou vencimentos das pessoas que trabalham com o setor de serviços são bem maiores do que os dos outros serviços.
<b>9</b>	Este mercado é muito volátil por ser a cidade muito dependente da safra de cana de açúcar. Estes movimentos acabam reproduzindo o período de safra e se forem computados os dados informais esta elasticidade é ainda maior.	Este fator é explicado pela safra da cana de açúcar e nos anos em que ocorreram algum tipo de investimento de habitação deve ocorrer um aumento da volatilidade de emprego.	Este fator tem uma importância que é explicada pelo período da safra.
<b>10</b>	Agropecuária, as principais empregadoras: Usina Santa Delia, Usina São Carlos, Indústrias de Massas Basilar e Cerâmica Stefani. Destaque para a Usina Santa Luzia que fechou em 1991 e era a maior empregadora.	Agropecuária, as principais empregadoras: Usina Santa Delia, Usina São Carlos, Indústrias de Massas Basilar e Cerâmica Stefani.	Agropecuária, as principais empresas: Usina Santa Delia, Usina São Carlos, Indústrias de Massas Basilar e Cerâmica Stefani.

	<b>Entrevistado 7</b>	<b>Entrevistado 8</b>	<b>Entrevistado 9</b>
<b>1</b>	Não, o que deve ter crescido na cidade de Jaboticabal com certeza foi a quantidade de pessoas que estão no mercado informal de trabalho.	Não, os números mostrados por este indicador não condizem com a realidade observada na cidade de Jaboticabal, onde ficou muito mais difícil de se conseguir um emprego bom nos últimos anos.	Não, os números apresentados neste indicador acabam não se confirmando.
<b>2</b>	Sim, o número levantado de certa forma acaba sendo condizente com a realidade da cidade. Os últimos anos foram extremamente recessivos e não contribuíram nenhum pouco para a geração e emprego.	Sim, este indicador por sua vez já se aproxima da realidade da cidade, apesar de que os dados ainda estão muito positivos para a realidade observada na cidade.	Sim, este indicador acaba sendo confirmado, apesar de que os números apresentados são melhores do que os observados na realidade.
<b>3</b>	Ocorreu um processo muito grande de envelhecimento da população na cidade de Jaboticabal, e este fato deve contribuir para o aumento deste indicador pois o espaço amostral acaba sendo um pouco maior.	Este indicador assim como o primeiro ainda destoa muito da realidade da cidade a capacidade de se conseguir um emprego hoje na cidade é bem diferente do que era há quinze anos atrás.	Não, este indicador não acaba sendo condizente com a realidade local.
<b>4</b>	Não o que se observa hoje em dia é que os jovens procuram estudar até mais do que no ano de 1986, mas isso não significa que eles por isso tenham uma maior facilidade para a obtenção de emprego, muito pelo contrário a dificuldade nos dias de hoje é muito maior.	Este dado não se confirma em nenhuma hipótese hoje às dificuldades em se encontrar o primeiro emprego são muito grandes.	Não, outro indicador que não é observado na cidade de Jaboticabal.
<b>5</b>	A produtividade deve ter aumentado muito na cidade, por conta do processo de globalização. O que deve ter ocorrido para este índice mostrar uma tendência ao contrário do que era esperado reside no fato da perda de divisas do município atual.	A partir do ano de 1998 ocorreu um empobrecimento muito grande da cidade por conta do fechamento de várias empresas importantes para a cidade, o que de certa forma confirma estes índices levantados.	Sim, este indicador é verídico uma vez que a cidade de Jaboticabal esta muito mais pobre do que no começo da década de 90.

	<b>Entrevistado 7</b>	<b>Entrevistado 8</b>	<b>Entrevistado 9</b>
<b>6</b>	O setor de construção civil é muito influenciado pelos projetos de habitação. E o setor agropecuário e industrial sofreu um grande impacto negativo devido ao desenvolvimento de novas técnicas de produção. O único contraponto que se percebe que o emprego no campo deveria ter tido um maior destaque do que foi observado.	O setor que mais apresenta importância na cidade de Jaboticabal é o agropecuário, tendo os outros setores uma importância apenas secundária no município. Estes bolsões de desenvolvimentos se confirmam na cidade de Jaboticabal em determinados períodos de tempo, mas a entrevistada não tem com precisão os números nem as datas destes acontecimentos.	Os anos em questão acabam sendo verificados alguns movimentos anormais por algum fator sazonal, mas a entrevistada não sabe precisar de forma mais incisiva os números e o espaço temporal.
<b>7</b>	O que se percebe no município de Jaboticabal é o fato das pessoas hoje procurarem um sistema de requalificação profissional, mais muitas vezes não encontram cursos ideais e com isso não consegue arrumar um bom emprego. O tamanho amostral de que tem menos escolaridade por sua vez acaba sendo maior do que os outros que possuem maior instrução.	Isto é bem observada principalmente pelas pessoas que estão procurando emprego em um dos seis ramos implantados pelo projeto de economia solidária, a pessoa de baixa escolaridade são as principais demandantes do projeto.	Sim, este indicador é verificado na cidade de Jaboticabal mais é também uma característica de qualquer cidade de país subdesenvolvido.
<b>8</b>	O setor médico é muito forte na cidade o que resulta em um grande número de consultórios e clínicas que se desenvolveram na cidade na qual os funcionários, pelo alto grau de instrução são obrigados a ganhar mais do que os outros setores.	Existe sim um setor de serviços muito forte com salários muito superiores aos do resto da economia da cidade.	Sim, este indicador também se confirma para a cidade de Jaboticabal.
<b>9</b>	Este movimento é verdadeiro e se comprova com o período da safra da cana de açúcar.	O movimento de contratação é devido ao fator da safra, este movimento é bem percebido pela ação social que aumenta muito suas atividades no período entre safra.	Sim, outro indicador que acaba se confirmando na cidade de Jaboticabal devido a cana de açúcar.
<b>10</b>	Com exceção da UNESP, as principais empresas do município são: Usina Santa Delia, Usina São Carlos, Indústrias de Massas Basilar e Cerâmica Stefani.	Com exceção da UNESP, as principais empresas do município são: Usina Santa Delia, Usina São Carlos, Indústrias de Massas Basilar e Cerâmica Stefani.	Com exceção da UNESP, as principais empresas do município são: Usina Santa Delia, Usina São Carlos, Indústrias de Massas Basilar e Cerâmica Stefani.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos ocupados por posição na ocupação.....	31
Tabela 2: Evolução da distribuição dos empregos por setor econômico .....	41
Tabela 3: Modelo de Pirâmide .....	61
Tabela 4: Triângulo de Daly .....	62
Tabela 5: Esquema do modelo dimensional sistêmico .....	65
Tabela 6: Critérios para a escolha de indicadores .....	69
Tabela 7: Exemplo de agregação de critérios .....	84
Tabela 8: Exemplo de Matriz de avaliação preenchida .....	87
Tabela 9: Indicadores pré selecionados .....	88
Tabela 10: Indicadores aplicados na cidade de Jaboticabal .....	96
Tabela 11: Número de empregados na cidade de Jaboticabal .....	96
Tabela 12: Indicadores de 1 á 4 aplicados em Jaboticabal .....	97
Tabela 13: Taxa de desemprego .....	98
Tabela 14: Variação acumulada do emprego .....	100
Tabela 15: Numero de Desempregados e o total de Habitantes na cidade de Jaboticabal...	127
Tabela 16: Número de empregados e o total de Habitantes na cidade de Jaboticabal .....	128
Tabela 17: N°. de empregados e População Economicamente Ativa (PEA) de Jaboticabal	129
Tabela 18: N°. total e de desempregados jovens (15 a 24 anos) na cidade de Jaboticabal..	130
Tabela 19: Valor Adicionado Municipal e total de empregados na cidade de Jaboticabal..	131
Tabela 20: Número de empregados em cada setor da economia na cidade de Jaboticabal..	132
Tabela 21: Desemprego por Grau de escolaridade em Jaboticabal.....	133
Tabela 22: Média Salarial na cidade de Jaboticabal por setores da economia.....	134
Tabela 23: Movimentações dentro do mercado de trabalho na cidade de Jaboticabal.....	135

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de empregados formais no Brasil .....	29
Gráfico 2: Número de Habitantes no Brasil .....	30
Gráfico 3: Composição ocupacional em países selecionados nos anos 90 .....	34
Gráfico 4: Evolução da participação do emprego na indústria de transformação .....	36
Gráfico 5: Percentual de participação de cada setor no emprego brasileiro em 1986 .....	37
Gráfico 6: Percentual de participação de cada setor no emprego brasileiro em 2001 .....	37
Gráfico 7: Percentual de empregados por nível de escolaridade em Jaboticabal - 1986 .....	102
Gráfico 8: Percentual de empregados por nível de escolaridade em Jaboticabal - 2001 .....	102
Gráfico 9: Valor dos salários pagos na economia em Jaboticabal .....	103
Gráfico 10: Número de empregados na cidade de Jaboticabal .....	123
Gráfico 11: Emprego setorial na cidade de Jaboticabal em 2002 .....	124
Gráfico 12: Composição do mercado de trabalho em Jaboticabal no ano de 1986 .....	125
Gráfico 13: Composição do mercado de trabalho em Jaboticabal no ano de 2001 .....	125
Gráfico 14: Taxa de desemprego na cidade de Jaboticabal .....	127
Gráfico 15: Taxa de participação da força de trabalho em Jaboticabal .....	128
Gráfico 16: Coeficiente de empregabilidade em Jaboticabal .....	129
Gráfico 17: Taxa de desemprego na população jovem .....	130
Gráfico 18: Produtividade individual de cada trabalhador em Jaboticabal .....	131
Gráfico 19: Emprego setorial em Jaboticabal .....	132
Gráfico 20: Média Salarial em Jaboticabal .....	134
Gráfico 21: Número de empregados que foram contratados e demitidos em Jaboticabal ...	135

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. *A construção da Sustentabilidade: uma perspectiva democrática sobre o debate Europeu*. Artigo preparado para a Conferência “Alemanha Sustentável”: Instituto Gustav Stresemann para Educação Supraregional e Cooperação Européia, Bonn, 1-2 Novembro 1997.
- ACSELRAD, H. *Discurso da Sustentabilidade Urbana*. artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.1/1999, editada pela ANPUR - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.
- AFFONSO, R. *Federalismo no Brasil: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: fundap: Editora Unesp, 1995. 340p.
- AFFONSO, R. *Federalismo Tributário e Crise Econômica. Brasil: 1975-1985*. São Paulo: 1988. 289p.
- AMADEO, E.J. e ESTEVÃO, M. *A Teoria Econômica do Desemprego*. São Paulo: Hucitec, 1994.25p.
- BELL, S. & MORSE, S. *Sustainability indicators: measuring the immeasurable*. Londres: Earthscan, 1999. 173 p.
- BELUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R. *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise*. 2ªe.d. São Paulo: Brasiliense, 1983. 255p.
- BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de Pensamento na CEPAL. Volume 2*. 2ª e.d. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do Desenvolvimentismo 1930 – 1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 496p.
- BOSSEL, H. *Indicators for sustainable development: theory, method, applications – a report to the Balaton Group*. Manitoba: International Institute for Sustainable Development, 1999. 124 p.

- BRASIL. *Ministério do trabalho. Registros administrativos: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)*. Brasília: Datamec, 1997-2001.
- BRASIL. *Ministério do Trabalho. Registros administrativos: Relação Anual de Informação Social (RAIS)*. Brasília: Datamec, 1986-2000.
- BRESSER, L.C. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1975. 230p.
- BRUSCHINI, C. e LOMBARDI, M.R. *A Bipolaridade do Trabalho feminino no Brasil: O emprego doméstico e as “novas” ocupações*. São Paulo. Fundação Carlos Chagas, 1998.
- BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, 1999. <http://www.economiabr.net> “Download” em 28/02/02.
- CAMARGO, J.M. GONZAGA, G. e NERI, M. *Distribuição Regional da Efetividade do Salário mínimo no Brasil*.(Texto para discussão, 397).Rio de Janeiro: Puc – Rio, 1999.38p.
- CAMARGO, J.M. GONZAGA, G. e NERI, M. *Efeitos informais do Salário Mínimo e Pobreza*.(Texto para discussão, 393).Rio de Janeiro: Puc – Rio, 1998.44p.
- CAMARGO, J.M. (Org). *Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil*. 1.ed.Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas,1996.243p.
- CANO, W. *Reflexões sobre o Brasil e a nova Desordem Internacional*. 2ª Edição. 1993, Editora Fapesp, 180pg.
- CASTELLS, M. & AOYAMA, Y. (1994) *Hacia la sociedad de la información*. RIT, vol. 113 (1). Ginebra: OIT
- CAVALCANTI, C. *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. Rio de Janeiro, 1997. <http://www.economiabr.net> “Download” em 01/03/02.
- CIENTÍFICA: Análise Mensal do Mercado de Trabalho com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – setembro 98.Brasília: Cadastro Geral De Empregados e Desempregados, 1991. Mensal.

- DANIELS, P. (1993) *Service industries in the world economy*. Oxford: Blackwell.
- DALY, H. E. Políticas para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. p. 179-192.
- DOYLE, Y. et al. *Healthy cities indicators: analysis of data from cities across Europe*. Copenhagen: Organização Mundial da Saúde, 1997. 67p.
- DUNFORD, M. *Disparities in employment, productivity and output in the E.U.: the roles of labour market governance and welfare regimes*. *Regional Studies*, 1996. 30:339-357.
- FALCOSKI, L.A.N. *Dimensões Morfológicas de Desempenho: Instrumentos Urbanísticos de Planejamento e Desenho Urbano*. 1.ed.São Paulo:USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1997. 370p.
- FERNANDES, A. C. *Da Reestruturação Corporativa à Competição Entre Cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo*. *Revista Espaço e Debates* nº X ano 2001.
- FERNANDES, A.C. e CASAGRANDE, E.E. *Disparidades no Emprego, Produtividade e Produção de Riqueza entre as Regiões do Estado de São Paulo: uma reflexão sobre o desenvolvimento econômico*. Artigo publicado em Congresso do IV Seminário da Red de Investigadores em Globalización y Territorio, Rosário, Argentina.
- FIORI, J.L. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA *Anuário estatístico*. Rio de Janeiro, 1996, v.2.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 25.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995. 248p.
- FURTADO, C. *Não a Recessão e ao Desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- HARVEY, D. *Condição Pós Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 4.ªed. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- HOGAN, D. & VIEIRA, P.F. *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo, 1996. <http://www.economiabr.net> “Download” em 01/02/03.
- GOODLAND, R. *Sustentabilidade ambiental: comer melhor e matar menos*. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. p. 271-298.
- GRANADOS, Á. J. & PETERSON, P. J. *Hazardous waste indicators for national decision makers*. *Journal of Environmental Management*, v. 55, p. 249-263, 1999.
- HARDI, P & ZDAN, T. (Ed.) *Assessing sustainable development: principles in practice*. Manitoba The International Institute for Sustainable Development 1997, 175 p.
- Harvey, D. *A Condição Pós-moderna*, São Paulo, Loyola, 1992.
- HOFFMANN, H. *Desemprego e Subemprego no Brasil*. São Paulo: Ática, 1977.173p.
- KAPLAN, R. S. & NORTON, D. P. *A estratégia em ação: balanced scorecard*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. 347 p.
- KONRAD ADENAUER STIFTUNG. *Competitividade Internacional e Desenvolvimento das Regiões*.(Debates, 15).São Paulo, 1998. 222p.
- LIPIETZ, A. *O Capital e seu espaço*. São Paulo: Editora Nobel.
- MARCUSE, P. *Sustainability is not enough*. In: Planners Network. New York. N.129. 1998. <http://www.plannersnetwork.org> “Download” em 31/07/01.
- MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MATOSO, J. *O Brasil Desempregado: Como foram destruídos mais de três milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

- MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L. & RANDERS, J. *Beyond the limits: confronting global collapse, envisioning a sustainable future*. White River Junction: Chelsea Green Publishing Company, 1992. 300 p.
- MEADOWS, D. *Indicators and information system for sustainable development: a report to the Balaton Group*. Hartland four Corners: The Sustainable Institute. 1998. 95 p.
- MILANEZ, B. *Resíduos Sólidos e Sustentabilidade: princípios, indicadores e instrumentos de ação*. São Carlos: Dissertação apresentada no programa de Pós Graduação em Engenharia Urbana, 2002.
- NAREDO, J.M. *Sobre el origen, el uso y el contenido Del término sostenible*.  
<http://www.habitat.aq.upm.cs/cs/p2/a004.html>. “Download em 31/07/01.
- NOVICK, M. & GALLART, M. (1997) *Competitividad, redes productivas y competencias laborales*. Montevideo: CIENTEFOR/OIT.
- NOVY, A. e FERNANDES, A.C. *A Real Supremacia do Dinheiro: do Plano Real brasileiro*. Indicadores Econômicos FEE, 1998. 285-307.
- OLIVEIRA, J.A.N. *Engenharia Econômica: Uma abordagem às decisões de investimento*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.
- POCHMANN, M. (1998) *O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional*. Economia e Sociedade, 9. Campinas: IE/UNICAMP.
- POCHMANN, M. *Políticas do Trabalho e de Garantia de Renda no Capitalismo em Mudança: um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje*. São Paulo: LTR, 1995.256p.
- POCHMANN, M. *Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil*. Campinas: UNICAMP/IE/CESIT, 1990.
- POCHMANN, M. (1997) *Traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro*. Recife: Anais do encontro Nacional de Economia.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL. Revisão do plano diretor de Jaboticabal, 2000.
- RAIS. Manual de Orientação, ano base 1998. Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília; 134p., 1998.
- REICHSTUL, H.P. e COUTINHO L.G. *Investimento Estatal 1974 – 1980: Ciclo e Crise*. São Paulo. Brasiliense, 1981.
- SALM, C. *et alii* (1996) *Emprego e desemprego no Brasil*. Novos Estudos (45). São Paulo: CEBRAP.
- SANDRONI, P. *Dicionário de Economia e Administração*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 448p.
- SEM, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.
- SILVA, S.R.M. *Indicadores de Sustentabilidade Urbana: as perspectivas e as limitações da operacionalização de um referencial sustentável*. São Carlos: Dissertação apresentada no programa de Pós Graduação em Engenharia Urbana, 2000.
- SINGELMANN, J. (1978) *The transformation of industry*. Beverly Hills: Sage.
- SINGER, P. *Desemprego e Exclusão Social*. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação Seade, volume 10 nº1, 1996.
- SINK, D. S. & TUTTLE, T. C. *Planejamento e medição para performance*. Rio de Janeiro: Quality Mark Editora, 1993. 331 p.
- SUZIGAN, W. *Aglomerções Industriais no Estado de São Paulo*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1997. 20p.
- SCHUMACKER, E. F. *Small is beautiful: economics as if people mattered*. Londres: Blond and Brings, 1973. 324 p.

TYLER NORRIS ASSOCIATES, REDEFINING PROGRESS & SUSTAINABLE SEATTLE. The community indicators handbook – measuring progress towards healthy and sustainable communities. Seattle: Redefining Progress, 1997. 145 p.

TOPALOV, C. La Urbanización Capitalista: algunos elementos para su análisis. México: Editorial Edicol México, 1979. 187p.

WILLIAMSON, J. *Reformas Políticas na América Latina na década de 80*. São Paulo, Revista de Economia Política, volume 12, nº1 1992.